



UNICAMP

*Universidade Estadual de Campinas**Instituto de Economia**Mestrado em História Econômica*

Dissertação de Mestrado

A Questão do Protecionismo no Debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin

Carlos Henrique Lopes Rodrigues

Orientadora: Prof^ª. Dra. Lígia Osório Silva

Banca: Prof. Dr. Cláudio Schüller Maciel (Unicamp)

Prof. Dr. Adilson Marques Gennari (Unesp)

Suplente: Prof^ª. Dra. Wilma Peres Costa (Unicamp)

Campinas, 30 de Junho de 2005

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	
	TI UNICAMP R618q
V	EX
TOMBO BC/	67032
PROC.	16-723-06
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	11,00
DATA	11/02/06
Nº CPD	

R.B. ID: 375903

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

R618q Rodrigues, Carlos Henrique Lopes.
A questão do protecionismo no debate entre Roberto Simonsen e Eugenio Gudín / Carlos Henrique Lopes Rodrigues. -- Campinas, SP : [s.n.], 2005.

Orientador: Ligia Maria Osorio Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Liberalismo. 2. Neoliberalismo. 3. Protecionismo e livre cambio. 4. Intervenção estatal. I. Silva, Ligia Maria Osorio.
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.
III. Título.

*Dedico este trabalho a minha querida
mãe, que nunca mediu esforços
para que conseguíssemos alcançar
nossos objetivos.*

Agradecimentos

Quando concluímos mais uma etapa de nossa vida, inegavelmente não teríamos chegado a ela sozinhos; muitas são as pessoas e as condições que nos propiciam chegar a este momento. Gostaria de agradecer à Universidade Pública, que com sua estrutura de assistência estudantil, através da moradia, na qual morei meus dois primeiros anos de graduação, permitiu dar seqüência aos meus estudos. Gostaria de agradecer à FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) por ter financiado esta pesquisa, permitindo assim uma dedicação integral a ela, além da reserva técnica que me possibilitou realizar as pesquisas nas bibliotecas do Rio de Janeiro e a aquisição de um computador, imprescindível para a feitura da dissertação. Agradeço ainda à FAPESP pela bolsa concedida durante a minha graduação.

Agradeço aos professores das disciplinas do mestrado que proporcionaram um rico ambiente de discussão e estudos, que contribuiu sobremaneira para o complemento de nossa formação: Fernando Novais, Lígia Osório Silva, Wilma Peres Costa, Frederico Mazzucchelli, José Jobson Arruda, Paulo Baltar, Eugenia Trancoso, Luiz Francisco Lopreato, Waldir Quadros e José Ricardo Gonçalves. Não poderia deixar de agradecer ao Alberto e à Cida, que estão sempre prontos a facilitar nossa vida na burocracia acadêmica. Agradeço, também, à Lourdes e à Almira pela ajuda em nossas pesquisas realizadas na

biblioteca do IE. Ainda agradeço aos bibliotecários do IFCH, que me permitiram realizar a pesquisa na biblioteca Roberto Simonsen, recém adquirida e ainda não catalogada. Não posso deixar de registrar também meus agradecimentos aos funcionários do CPDOC e da Biblioteca do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro.

Agradeço à professora Lígia Maria Osório Silva, pelo seu empenho e dedicação no percurso deste trabalho que, com certeza, foram imprescindíveis para sua consolidação. Agradeço ao professor e amigo Adilson Marques Gennari, que me orientou durante o período de minha graduação, contribuindo e muito para minha formação; agradeço-lhe, ainda, as sugestões durante a banca de qualificação e sua participação na banca de defesa. Agradeço também ao professor Paulo Lima, o ambiente fértil de discussões proporcionado em nossa graduação. Agradeço ao professor Pedro Paulo Bastos pela participação e sugestões dadas na banca de qualificação. Agradeço também a participação do professor Cláudio Maciel na banca de defesa.

Agradeço principalmente a minha família que sempre esteve presente, apesar da distância geográfica, me proporcionando irrestrito apoio em minhas decisões e contribuindo de maneira incondicional para que conseguíssemos alcançar nossos objetivos: minha mãe Neide Lopes Rodrigues, meus irmãos Paulo César Rodrigues e Gilberto César Lopes Rodrigues, a minha irmã Mary Lídia Lopes Rodrigues, minha cunhada Meiry Blanco Baldini Rodrigues, ao Mário Neto, aos meus queridos sobrinhos João Paulo Baldini Rodrigues e Luis Paulo Baldini Rodrigues e ao meu avô Joaquim.

Agradeço, ainda, aos amigos de longa data: Barny, Pantanal, Tubarão, Cocada, Bonsai, Renata, Rangel e Labareda. Além dos companheiros de mestrado: Bife, Rogério, Francano, Michael, Faby, Márcia, João, Cássio, Thiago, Zé Aparecido, Ana Carla, entre outros. Agradeço, também, à Carol Baltar, Carol Bixete, Ellen, Bel, Renatinha, Stella, Édison, Rubinho, Rosana e Kelly.

SUMÁRIO

Resumo.....	p.ix
Introdução.....	p.01
Capítulo I: Os Autores.....	p.07
I.1. Roberto Simonsen.....	p.09
I.2. Eugênio Gudín.....	p.28
Capítulo II: O Protecionismo.....	p.49
II.1. Antecedentes Teóricos.....	p.51
II.1.1. Friedrich List.....	p.52
II.1.2. Mihail Manoilescu.....	p.62
II.2. O Protecionismo Brasileiro e a Evolução Industrial.....	p.70
Capítulo III: O Debate.....	p.85
III.1. Introdução.....	p.87
III.2. O Primeiro Congresso Brasileiro de Economia e o Imposto Sobre Lucros Extraordinários.....	p.90
III.3. A Controvérsia Sobre o Planejamento Econômico.....	p.111
III.3.1 Roberto Simonsen e a Planificação da Economia Brasileira.....	p.115
III.3.2. A Política Econômica segundo Eugenio Gudín.....	p.121
III.3.3. A Réplica de Roberto Simonsen.....	p.130
III.3.4. Tréplica de Eugênio Gudín (Carta à Comissão de Planejamento).....	p.136
Considerações Finais.....	p.141
Bibliografia.....	p.145

Resumo

O objetivo deste trabalho foi retomar o debate sobre o papel do protecionismo presente nas obras de Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, estabelecendo a relação de cada um com suas vertentes teóricas assumidas - o “neoliberalismo” e o “desenvolvimentismo” respectivamente -, e procurando levar em conta o quadro histórico no qual está imerso o debate e que, ao mesmo tempo, delimita e estimula a discussão destes autores sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Deste modo, caracterizamos como cada autor concebe a forma de desenvolvimento da economia brasileira mediante a análise da política protecionista por parte do governo, a qual influenciou o desenvolvimento da agricultura e da indústria nacionais. Portanto, de um lado analisamos o pensamento específico de Eugênio Gudin, a sua proposta para a economia brasileira aumentar a produtividade na agricultura a fim de conseguir mão-de-obra excedente que possa deslocar-se para a indústria, e como ele concebe tal processo de industrialização. De outro lado procuramos evidenciar, também, dentro da concepção específica de Roberto Simonsen, como se dá o processo de industrialização da economia brasileira e qual é a contribuição da agricultura nesse processo.

Introdução

O debate ocorrido entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin à luz do protecionismo ocorre num momento privilegiado do processo capitalista brasileiro, em que a indústria passa a ser uma realidade em nossa vida econômica e a agricultura começa a perder sua posição hegemônica.

Roberto Simonsen e Eugênio Gudin surgem, nesse processo histórico, como os maiores e melhores representantes dos interesses industrial e agrário-exportador, respectivamente e, mesmo sendo eles contemporâneos, têm distintas posições sobre a melhor maneira de o Brasil se desenvolver e melhorar sua renda nacional, preocupação constante dos dois autores.

Nesse momento, consolidava-se o processo de industrialização brasileiro, acentuado por crises pelas quais passou o capitalismo no período compreendido entre a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, principalmente devido às obstruções havidas no comércio internacional, que provocaram o desvio dos fatores de produção, que outrora eram quase exclusivamente destinados às atividades agrícolas, para as atividades industriais.

Esse processo revela que os fatores exógenos, consubstanciados nas crises, geraram mudanças internas; contudo, inegavelmente, os fatores endógenos determinam o processo e, nesse sentido, a adoção de uma política eminentemente protecionista, que propiciasse um

desenvolvimento planejado e estruturado de nosso parque industrial, dependia, em última instância, de decisões internas.

As pressões externas que poderiam ocorrer no caso de elevação tarifária para proteger a industrialização brasileira e o receio de diminuição das rendas aduaneiras, que significavam uma parcela importante da receita para o governo honrar seus compromissos assumidos, pressionavam para que não houvesse o protecionismo pleiteado pelos industriais através de Roberto Simonsen.

No entanto, ao analisarmos o processo de desenvolvimento dos países que se industrializaram, percebemos que apesar da retórica do liberalismo, das “vantagens naturais” ou das “vantagens comparativas” que teriam de ser respeitadas, estes países utilizaram-se e muito do expediente do protecionismo, inclusive a Inglaterra, adotando o livre-cambismo após a consolidação de seu grande parque industrial.

No Brasil, a adoção de uma política protecionista, defendida por Simonsen e pelo setor industrial que ele representava, era combatida por Gudin e pelo setor agrário. Para esse grupo, a adoção de uma política protecionista poderia significar podermos encontrar dificuldades em colocar no mercado internacional nosso principal produto de exportação, além do que não consideravam que a agricultura fosse uma atividade inferior à atividade industrial, e que ela poderia cumprir o papel de elevar a renda nacional.

Não obstante, cabe-nos ressaltar que tanto Simonsen quanto Gudin defendem a consolidação do capitalismo brasileiro e, em todo o percurso do debate, nenhum autor indica a possibilidade de um outro modo-de-produção que não seja o capitalista. Os dois autores rejeitaram a obra de Karl Marx, aparentemente sem compreendê-la, pois quando a estudavam, o faziam para angariar argumentos para questioná-la.

Nosso trabalho tem como objetivo reconstituir o debate sobre o papel do protecionismo presente nas obras de Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, além dos autores que serviram de sustentáculos teóricos para suas argumentações acerca do protecionismo. Entretanto, cabe ressaltar que a defesa de uma política protecionista depende da análise de cada autor sobre a realidade brasileira e o papel do Estado enquanto agente planejador que será o responsável por implementar ou não uma política protecionista, através de um planejamento.

Não temos a pretensão de avaliar o vencedor desse debate, e sim, retomarmos essa discussão muito rica, que marca propostas contundentes de desenvolvimento do capitalismo nacional, num momento de redefinição da divisão internacional do trabalho e alteração dos rumos da política econômica brasileira. Para tanto, dividimos nossa dissertação em três capítulos.

No *Capítulo I*, intitulado **Os Autores**, fizemos uma incursão pelas obras de Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, através de livros, discursos, artigos de jornais, revistas, entre outros, além de textos e livros sobre esses autores encontrados na historiografia brasileira. Nesse capítulo percorremos toda a formação de nossos autores, suas participações enquanto práticos e teóricos, suas análises sobre a realidade brasileira e suas posições sobre o protecionismo.

No *Capítulo II*, denominado **O Protecionismo**, fizemos uma divisão em duas partes, sendo a primeira denominada **Antecedentes Teóricos**, em que tratamos dos autores que influenciaram o debate sobre o protecionismo, ou seja, Friedrich List e Mihail Manoilescu.

List, preocupado com a situação da Alemanha, e tendo contato com as transformações que estavam ocorrendo nos Estados Unidos, fortaleceu os pressupostos de sua teoria de que, para um país se desenvolver, era necessário promover a unidade nacional, abolir as tarifas internas e proteger sua economia da concorrência externa, principalmente para a instalação de manufaturas, consideradas uma atividade superior à atividade agrícola e imprescindível para seu próprio desenvolvimento.

Pautado na história, percebeu o autor que o desenvolvimento das nações se dava em função de um protecionismo, como fora o caso da Inglaterra; contudo, alicerçada nas teorias vigentes, a Inglaterra escoimava o verdadeiro motivo de seu desenvolvimento e defendia o livre-cambismo.

De forma competente e corajosa, List contrapõe-se às teorias até então vigentes e demonstra como os países, de fato, se desenvolveram. Sua teoria influenciará muitos teóricos e práticos de diversos países, os quais levarão suas idéias adiante para tentar desenvolver suas nações.

O mercado interno de um país ganha relevância, pois é considerado muito mais importante que o comércio exterior, pois o primeiro é garantido e permite uma melhor

programação sobre a produção; em contrapartida, o comércio exterior pode ser interrompido a qualquer momento deixando algumas nações que ainda não desenvolveram seu mercado interno e não implementaram a manufatura numa situação em que não podem exportar suas matérias-primas e também não podem importar os produtos manufaturados dos quais carecem.

O desenvolvimento do mercado interno apenas se dá a partir do momento da instalação da manufatura, com uma política coerente e protetora por parte do Estado, o qual deve, inclusive, orientar os investimentos privados nos setores mais importantes para o país.

A teoria de List influenciou de maneira direta Roberto Simonsen, o qual também desenvolve sua defesa do protecionismo pautada na necessidade da industrialização, industrialização esta promovida pelo Estado, de maneira direta, através de um planejamento que promova um protecionismo às atividades industriais. O mercado interno também é considerado por ele de suma importância e, para seu desenvolvimento, é necessário o aumento da renda nacional, considerada muito baixa no caso brasileiro, sendo este aumento apenas possível através da industrialização.

Posterior à obra de List, já no século XX, Mihail Manoilescu lança sua teoria “científica” do protecionismo. Sua obra é introduzida no Brasil em 1931, por Roberto Simonsen, então presidente da FIESP, que manda traduzi-la e publicá-la, tornando-a disponível em nosso país.

Manoilescu, além de contrapor-se às teorias de Adam Smith e David Ricardo, contrapor-se-á, também, à teoria de List. Embora amplamente difundido, o pensamento de List é a favor de um protecionismo limitado, tanto em sua taxa quanto em sua permanência; Manoilescu irá acusá-lo de estar munido de argumentos os próprios livre-cambistas. Sua crítica é pertinente, pois Eugênio Gudim admitirá, em seu debate com Simonsen, a utilização de um certo protecionismo, pautando-se em List. Contudo, diferentemente dos industrialistas, considera que no Brasil havia um excessivo protecionismo tanto no que diz respeito ao tempo de vigência quanto à sua taxa.

Manoilescu propõe-se a discutir com os livre-cambistas no terreno estritamente econômico, o que, a seu ver, estabelecerá o caráter científico de sua teoria, diferentemente de List, que considera ter discutido em outra esfera.

Além de defender o protecionismo para as indústrias, o autor também defenderá uma proteção para as atividades agrícolas que representem uma produtividade que seja maior que a das atividades já instaladas em determinado país, mas reconhece que a atividade industrial apresenta uma produtividade muito maior em relação à agricultura.

É importante ressaltar que a teoria “científica” de Manoilescu não é uma antítese à teoria de List, por isso Roberto Simonsen pauta sua defesa ao protecionismo, sustentando-a nos dois autores, que são os pilares de sua argumentação. A importância tanto de List quanto de Manoilescu no debate de Simonsen e Gudin faz com que se torne necessário percorrermos a obra dos dois autores para apreendermos suas teorias.

Na segunda parte do *Capítulo II*, realizamos uma incursão no desenvolvimento brasileiro e no papel que tiveram as tarifas protecionistas nesse processo, privilegiando os períodos da Primeira Guerra Mundial, da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial que, em virtude da diminuição do comércio internacional, proporcionaram ao Brasil um desenvolvimento econômico peculiar em cada período.

Na parte intitulada **O Protecionismo Brasileiro e a Evolução Industrial**, trouxemos à tona a discussão sobre o caráter da indústria nacional, se esta é artificial ou não. Utilizamos, dentre outros, um trabalho realizado a pedido do governo inglês para evidenciar a política adotada pelos países que comercializam com a Inglaterra, no que diz respeito às suas tarifas aduaneiras, num estudo entre os períodos de 1914 e 1924.

Também trabalhamos com o Inquérito Continental Sobre Fomento e Coordenação de Indústrias, através do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, em que as respostas referentes ao Inquérito foram organizadas pelo Departamento de Economia Industrial, órgão ligado à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). O Inquérito nos demonstra as transformações pelas quais passou o Brasil no período e a política tarifária utilizada entre 1934 e 1944.

No *Capítulo III*, denominado **O Debate**, realizamos na primeira parte um estudo sobre o Congresso Brasileiro de Economia, realizado em 1943, que marca um momento muito fértil do debate. Nesse evento foram discutidas as melhores maneiras de o Brasil conseguir alcançar seu desenvolvimento, principalmente no período em que o fim da Segunda Guerra Mundial se anunciava e a perspectiva de um surto liberalizante em nível mundial, após o conflito bélico, preocupava principalmente os industriais e o comércio

importador. Nesse sentido, a idéia era definir as medidas necessárias para o governo levar adiante as transformações ocorridas em nosso país.

Para finalizar a primeira parte do *Capítulo III*, tratamos da discussão sobre *Os Lucros Extraordinários*, nos quais as indústrias foram acusadas de estarem incorrendo, trazendo com isso a carestia de vida para a população.

Para tratarmos dos lucros, utilizamo-nos em grande medida das Atas do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, por este assunto ter mobilizado estas entidades de classe e influenciado diretamente no desenvolvimento das indústrias, além de atuar como uma desproteção às mesmas.

Na segunda e última parte do *Capítulo III*, trabalhamos **A Controvérsia Sobre o Planejamento Econômico**, que marca a extensão do debate ocorrido entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin no Congresso de Economia. Sua importância decorre do fato de marcar uma tentativa de o governo Getúlio Vargas se fortalecer perante as classes produtoras; para tanto, aceita a instauração do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, que fica responsável por elaborar um trabalho sobre nossos problemas econômicos e a melhor forma de solucioná-los. Este trabalho é elaborado por Roberto Simonsen e para sua apreciação o próprio presidente cria a Comissão de Planejamento Econômico, cujo objetivo é analisar as propostas do Conselheiro Simonsen. Essa análise fica a cargo de Eugênio Gudin, o qual questionará as propostas do Conselheiro e iniciará um intenso debate entre os dois, havendo inclusive réplica e tréplica. A Controvérsia exporá a visão de cada autor sobre os problemas brasileiros e, de acordo com suas vertentes teóricas assumidas, a melhor maneira de se resolver esses problemas e nos desenvolvermos.

CAPÍTULO I: Os Autores

I.1. Roberto Simonsen

Roberto Cochrane Simonsen nasceu no Rio de Janeiro, em 18 de fevereiro de 1889, e já no primeiro ano de sua vida mudou-se para Santos, o que leva muitos autores a dizer que Simonsen nasceu em Santos¹. Em 25 de março de 1948, vítima de um ataque fulminante morre na Academia Brasileira de Letras, na capital Federal, quando fazia um discurso em homenagem ao ministro belga Van Zeeland².

Filho de Sidney Martin Simonsen, que nasceu na Inglaterra e transferiu-se para o Brasil aos 25 anos de idade, de tradicional família inglesa e de Robertina Cochrane, natural do Rio de Janeiro e descendente de família escocesa, Roberto Simonsen iniciou seus estudos em Santos, no Colégio Tarquínio Silva; antes de ingressar na Faculdade, concluiu seus estudos secundários no Colégio Anglo-Brasileiro, em São Paulo.

¹ Edgar Carone, na introdução do livro que organizou, diz que Simonsen havia nascido em Santos. Essa confusão se deve em grande medida, de acordo com sua sobrinha, porque Simonsen gostava tanto de Santos que chegava a “omitir sua origem carioca”. Roberto Simonsen: o engenheiro que levou à indústria brasileira para a Idade Moderna. In: *Revista IstoÉ*, Biografias de Grandes Empresários. Nº 30, 1998, p.29.

² Para maiores informações sobre o ocorrido, cf.: O Falecimento do Dr. Roberto Simonsen. In: *Revista Industrial de S. Paulo*. Ano IV, Junho de 1948, Nº 43. Cf. também, O Último Discurso. In: *Revista Industrial de S. Paulo*. Ano IV, Junho de 1948, Nº 43.

Simonsen foi, em grande medida, influenciado por seu avô materno, Inácio Wallace Gama Cochrane³, com quem residiu durante alguns anos e, atendendo a vontade de seu pai, ingressou em 1903, aos 15 anos de idade, na Escola Politécnica de São Paulo, no curso de Engenharia.

Formou-se em 1909, tendo optado pela engenharia civil. Fora um dos melhores alunos de sua turma, e essa distinção apresentou-lhe a possibilidade de atuar como engenheiro num cargo público. Contudo, Roberto Simonsen não aceitou e foi trabalhar na iniciativa privada, na *Southern Brazil Railway*, como engenheiro. Trabalhou nessa empresa entre 1909 e 1911. Posteriormente, após breve passagem pela prefeitura de Santos, no cargo de Diretor Geral de Obras funda, em 1912, aos 24 anos de idade, a Companhia Construtora de Santos, ocupando até 1940 o cargo de Diretor-Presidente. Esta Companhia foi a responsável, de acordo com Edgar Carone, pela modernização da cidade de Santos, pois em “uma época em que as construções eram feitas empiricamente pelos empreiteiros, a Companhia executa projetos técnicos e arquitetônicos modernos, pavimenta parte da cidade e constrói armazéns e bancos, a Bolsa de Café e a Associação Comercial, a Base de Aviação Naval etc.”⁴

Criou ainda, em 1912, a Companhia Santista de Habitações Econômicas, com o objetivo de criar dois bairros, um operário e outro mais luxuoso; a criação de um bairro operário era vista por Simonsen como fundamental, pois acreditava que a falta de casas para operários contribuía para o encarecimento do custo de vida.

Preocupado com o desenvolvimento das forças produtivas, a partir de 1916, Roberto Simonsen inaugura o procedimento da racionalização do trabalho, ou da administração científica na reestruturação de sua Construtora, procurando com isso, de acordo com Helena Fanganiello, “imprimir na Construtora a previsão, organização, concatenação e controle das várias atividades por ela desempenhadas. Substitui o antigo processo de administração, denominado ‘militar’ pelo americano”⁵. Para tanto, criou Simonsen o IDORT, Instituto de Organização Racional do Trabalho, para difundir, tanto em suas

³ Além de avô, fora também seu padrinho e engenheiro, “fundador da Companhia City de Santos, Deputado na Assembléia Provincial, de 1870 a 1879, e membro da Diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro”. Helena FANGANIELLO. *Roberto Simonsen e o Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: 1970, mimeo. Tese (mestrado), USP/FEA, p.2.

⁴ Edgar CARONE. Introdução. In: Roberto SIMONSEN. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: EDUSP, 1973, p.XI.

⁵ Helena FANGANIELO, op. cit., p.7.

empresas como nas demais, a racionalização da produção baseada em critérios estritamente científicos.

Apesar de ter falecido jovem, Roberto Simonsen teve uma atividade intensa. Foi ainda presidente da Companhia Frigorífica Pastoril de Barretos, entre 1919 e 1924; associou-se à Firma Murray, Simonsen e Cia Ltda; dirigiu a Companhia Nacional de Borracha entre 1926 e 1927; foi presidente do Sindicato Nacional de Borracha entre 1926 e 1927; foi presidente da Companhia Nacional de Combustíveis Líquidos entre 1923 e 1928; dirigiu e instalou a Companhia de Artefatos de Cobre entre 1926 e 1928; fundou a Cerâmica São Caetano e organizou a Fábrica de Tecidos Santa Helena.

Uma de suas grandes realizações enquanto engenheiro, sendo definida por Edgar Carone como seu “ápice” foi a construção dos quartéis, obra encomendada pelo Ministro da Guerra Pandiá Calógeras, no governo de Epitácio Pessoa. As obras iniciaram-se em 1922 e estenderam-se por 9 Estados e 26 cidades da Confederação, num total de 54 quartéis. Apesar das conclusões das obras, exceção feita aos quartéis do Sul, nos quais foram suspensas, a quitação total apenas ocorreu em 1935. A desconfiança em relação às contas da construção dos quartéis levou Roberto Simonsen a escrever o livro intitulado *A Construção dos Quartéis para o Exército*, obra na qual ele esmiúça o processo da efetuação das obras com o objetivo de esclarecer qualquer dúvida em relação à sua lisura.

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, muitas empresas, principalmente do setor têxtil, se viram numa situação periclitante, e essa situação gerou greves e uma animosidade entre operários e patrões. Simonsen, enquanto Presidente do Centro de Construtores e Indústrias de Santos, organizou, em 1916, a primeira Junta de Conciliação dos Trabalhadores do Brasil, da qual faziam parte os representantes de classe. Essa Câmara de Trabalho tinha como *desideratum*, de acordo com Helena Fanganiello, “conseguir uma justa conciliação dos interesses de ambas as classes e pôr fim aos contínuos conflitos que se registravam entre empregados e empregadores(...). Foi fundada à revelia de qualquer intervenção oficial, vinte e três anos antes da instalação da Justiça do Trabalho no Brasil”⁶.

Roberto Simonsen participou, em agosto de 1919, da Missão Comercial Brasileira à Inglaterra; no mesmo ano, em setembro, foi representar o Brasil no Congresso Internacional

⁶ Helena FANGANIELO, op. cit., p.17.

dos Industriais de Algodão em Paris, além de representar as classes produtoras na Conferência Internacional do Trabalho em Washington.

Em 1928, Simonsen lidera a cisão do Centro das Indústrias de São Paulo, tornando-se Vice-Presidente e a presidência ficou com Francisco Matarazzo. Apóia a Revolução Constitucionalista de 1932, o que acaba fazendo-o exilar-se, num curto período, na Argentina. Em 1934, elege-se Deputado na Assembléia Nacional Constituinte, cargo que ocupa até 1937, quando com o início do Estado Novo, perde o mandato parlamentar. Em 1945, é eleito senador pelo PSD (Partido Social Democrata) vencendo o candidato do PCB (Partido Comunista Brasileiro), o pintor Cândido Portinari.

Em 1946, torna-se um “imortal”, disputando pela segunda vez uma cadeira na Academia Brasileira de Letras; é eleito para ocupar a cadeira de Felinto de Almeida. Simonsen já fazia parte, desde 1939, da Academia Paulista de Letras. Na primeira vez que disputou a cadeira deixada por Manuel Bandeira na Academia Brasileira de Letras e perdeu, chorou, pois confidenciou a sua sobrinha, Maria Camila Cardoso, que “das entidades com as quais estava envolvido, FIESP, o Congresso e a Academia, se pudesse escolher um lugar para morrer, este seria a Academia”⁷.

Apesar de Deputado na Assembléia Constituinte, aceita Roberto Simonsen o cargo de Presidente da Confederação Industrial do Brasil, que posteriormente transforma-se na Confederação Nacional da Indústria, para o período de 1935 e 1936. No ano seguinte é eleito Presidente da FIESP⁸, na qual ocupa este cargo de 1937 a 1945, percorrendo todo o período da Segunda Guerra Mundial.

Roberto Simonsen sempre esteve preocupado com a formação dos profissionais brasileiros, pois sabia que sua qualificação era imprescindível para o desenvolvimento de um país; para tanto, em 1933 ajuda a fundar a Escola Livre de Sociologia e Política. Nessa Escola ficou responsável pela disciplina de História Econômica, o que resulta em seu livro *História Econômica do Brasil*. A sua dedicação é coroada com o convite para ser paraninfo na colação de grau dos primeiros bacharéis, em 18 de Dezembro de 1937. Em seu discurso,

⁷ Roberto Simonsen: o engenheiro que levou à indústria brasileira para a Idade Moderna. Op. cit., p.33.

⁸ De acordo com Helena FANGANIELO, op. cit., pp.24-5, Simonsen “foi um dos defensores da idéia de que o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo(...) deveria continuar a existir concomitantemente com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, muito embora esta última, pelo Decreto nº 2.381, de 9 de julho de 1940, tivesse sido elevada a entidade patronal de segundo grau. As duas entidades complementavam-se. Daí a razão de sua coexistência, uma vez que estavam irmanadas pelos mesmos interesses. Ademais, o CIESP, por não depender do Poder Público, possuía maior liberdade de ação do que a FIESP”.

Roberto Simonsen explicita que o objetivo do curso é formar “elites administrativas” para “servir à coletividade”, num momento em que se faz imprescindível a atuação no sentido de alavancar o desenvolvimento nacional com projetos que atendam, de fato, às demandas nacionais, pois, em suas palavras: “é preciso que às simples cópias de instituições alienígenas para aplicações inadequadas em nosso meio, prefiramos o estudo profundo de nossa evolução, no intuito de alcançar as soluções mais consentâneas com as nossas realidades”⁹.

Foi também, Simonsen, o responsável pela criação do SESI, Serviço Social da Indústria, que se consolidou em 26 de junho de 1946, em São Paulo. Segundo Simonsen, o objetivo da instituição era efetivar o ideal máximo do patronato brasileiro, sem ônus algum para o poder público. O ideal máximo do patronato industrial brasileiro era forjar, com compreensão, boa vontade e cooperação recíprocas entre patrões e operários, o clima da Paz Social, para que se pudesse promover a elevação substancial do padrão de vida das populações¹⁰. Contudo, antes da fundação do SESI, em 1942 foi fundado o SENAI, Serviço Nacional de Aprendizado Industrial, também idealizado por Simonsen e acatado pelo presidente Getúlio Vargas, através dos decretos 4.048 de 22 de junho de 1942, 4.471 e 10.009, de 16 de julho de 1942. As inovações no modo de produção, com a introdução de novas técnicas, e a industrialização brasileira durante o período, exigiam um trabalhador mais qualificado e um dos objetivos do SENAI era justamente qualificar esses operários, principalmente para elevar o padrão de vida nacional, preocupação constante de nosso autor. No dia de sua inauguração, Roberto Simonsen já explicitava o papel do SENAI: “visa prestar imediato serviço às nossas atividades procurando ajustar a mão-de-obra existente aos empreendimentos onde ela poderá ser mais eficientemente aplicada”¹¹. Isto é, tem como objetivo atender as exigências de qualificação do operariado pelas indústrias brasileiras. Após a criação do SENAI e do SESI, têm-se as criações do SENAC, Serviço Nacional do Comércio e do SESC, Serviço Social do Comércio, ambos ligados ao setor comercial.

Roberto Simonsen também teve importante participação no I Congresso Brasileiro de Economia, realizado em 1943, conforme trabalhado, de forma mais detida, na primeira

⁹ Roberto SIMONSEN. “Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo”. In: *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*. São Paulo: FIESP, 1943, p.16.

¹⁰ Os Industriais de São Paulo e o SESI. *Revista Industrial de S. Paulo*. Ano II, Maio de 1946, Nº 18, p.25.

¹¹ Roberto SIMONSEN. “O Aprendizado Industrial”. In: *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. Op. cit., p.141.

parte do *Capítulo III*. Após esse Congresso, organizou e participou da I Conferência Nacional da Indústria, ocasião em que aproveitou para reforçar as teses aprovadas no I Congresso Brasileiro de Economia. Ainda, participou ativamente da I Conferência das Classes Produtoras, realizada em 1945. Na Conferência Nacional da Indústria, concluiu-se da necessidade de uma participação do Estado na economia, além do reaparelhamento industrial e do barateamento do custo de produção, para tanto, a industrialização foi discutida e abordada sob 5 aspectos: i) reerguimento econômico nacional com o objetivo de elevar o padrão de vida da população; ii) exame das novas atividades criadas durante a Guerra; iii) amparo às indústrias criadas no contexto da II Guerra; iv) estudo sistemático do custo de produção da indústria brasileira, em comparação à dos países industrializados e; v) necessidade de fixação de normas permanentes de política industrial¹². Na Conferência das Classes Produtoras, realizada em Teresópolis, 98% das recomendações da FIESP foram aprovadas¹³, recomendações estas que seguiram as aprovadas no Congresso de Economia e na Conferência Nacional da Indústria.

Toda a intensa participação de Roberto Simonsen tinha como finalidade o desenvolvimento nacional e este desenvolvimento, em sua concepção, apenas seria possível através de políticas contundentes do Estado no planejamento de nossa economia; para tanto, a bandeira desfraldada pelo nosso autor, para esse desenvolvimento, é a bandeira do protecionismo. Simonsen encontrou na História Econômica das nações desenvolvidas o argumento de sua defesa para o protecionismo nacional. Dentre os exemplos explícitos da Inglaterra, dos Estados Unidos, dentre outros, temos também os sustentáculos teóricos de sua argumentação, quais sejam, Friedrich List e Mihail Manoiesco, que versaram, conforme trabalhamos na primeira parte do *Capítulo II*, sobre a necessidade de se implementar o protecionismo para o desenvolvimento de uma nação que queira se tornar soberana.

Ao longo da história econômica brasileira, constata-se que a tarifa alfandegária adotada devia-se mais às necessidades do fisco, de conter o desequilíbrio de nossa Balança Comercial, a propriamente uma tentativa de promover um desenvolvimento industrial,

¹² Roberto SIMONSEN. Congresso Brasileiro da Indústria. In: *Revista Industrial de S. Paulo*. Ano I, Janeiro de 1945, Nº 2. Para maiores informações, cf: Congresso Brasileiro da Indústria. In: Roberto Simonsen. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. Op. cit., pp.102-16. Ver também: O Congresso Brasileiro da Indústria debateu Problemas de Vital Importância para a Economia do País. In: *Revista Industrial de S. Paulo*. Ano I, Janeiro de 1945, Nº 2.

¹³ Para maiores informações, cf: Mariano FERRAZ. A FIESP e a Confederação das Classes Produtoras. In: *Revista Industrial de S. Paulo*. Ano I, Maio de 1945, Nº 6.

conforme veremos na segunda parte do *Capítulo II*. Os déficits comerciais acumulados na Colônia portuguesa e posteriormente no Brasil incidiam diretamente no câmbio, o qual tornava-se instável devido a necessidade de se tentar aumentar as receitas, pois “muito mais do que possíveis desmandos governamentais, iam influir doravante, na política monetária brasileira, os déficits de sua Balança Comercial”¹⁴.

Posteriormente, o desenvolvimento da cultura cafeeira no Brasil tornou-se o responsável pelos nossos saldos na Balança Comercial, “o café já era o principal produto de exportação na década de 1840”¹⁵. O desenvolvimento da indústria brasileira, após a abolição da escravatura, tornou-se truncado também devido à falta de uma política tarifária eminentemente protecionista e o café tornou-se o principal responsável pelo desenvolvimento capitalista do Brasil, principalmente pela industrialização, com cuja intensificação coincidiam os períodos de prosperidade da cultura cafeeira.

Roberto Simonsen mostra que os países industrializados conquistaram seu desenvolvimento à custa do protecionismo e, com isso, não era concebível que o Brasil abrisse mão desse contingente, isto é, não se baseasse na história dos países desenvolvidos para adotar políticas restritivas semelhantes a desses países. Para elucidar o protecionismo adotado pelos países desenvolvidos temos os casos da França, da Inglaterra e dos Estados Unidos.

A política comercial francesa era vista por Simonsen como protecionista, sendo liberal apenas em determinados momentos, pois rapidamente via a França a necessidade de voltar a adotar uma política aduaneira protecionista. A França, para Roberto Simonsen, fora protecionista até 1860 e, depois, em 1881, já instituíra novamente o protecionismo, inovando com a tarifa mínima em 1892.

No período de 1918 a 1927, para compensar as desvalorizações de sua moeda, a França criou sobre-taxas *ad valorem* e, em 1926, os direitos aduaneiros sofreram duas majorações na ordem de 30% cada uma, além de que o governo evitava aceitar a cláusula de nação mais favorecida em seus tratados comerciais.

Contudo, a partir de 1927, volta a França a utilizar-se da cláusula de nação mais favorecida, mas com a crise de 1929, de acordo com Simonsen:

¹⁴ Roberto SIMONSEN. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. 8. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978, p. 397. Muitas vezes, recorria-se aos próprios empréstimos ingleses para equacionar a Balança Comercial brasileira.

¹⁵ Sérgio SILVA. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1981, p.18.

“julhou-se no dever imperioso de defender o seu mercado interno por novas medidas de proteção, e, assim, é que lançou mão de contingenciamentos, de sobre-taxas, de depreciação de câmbio e de caixas de compensação, e, na maioria dos acordos comerciais, voltou a restringir o uso da cláusula de nação mais favorecida. Novos aumentos de tarifas foram também efetuados”¹⁶.

Fugindo das teorias econômicas que propugnavam o liberalismo, conseguiu a França, com a política protecionista adotada, posicionar-se de forma vantajosa no comércio internacional, principalmente por salvar parte da agricultura e muitas atividades industriais que se encontravam ameaçadas.

A Inglaterra também se utilizou, em grande medida, do protecionismo, na visão de Simonsen desde Cromwell, com os Atos de Navegação, em 1651, e, além desses Atos, seguiram-se “numerosas leis estabelecendo o monopólio do comércio colonial; proibição e direitos proibitivos sobre importações de produtos manufaturados; privilégios e prêmios para a manufatura inglesa; proibição de importação de máquinas etc”¹⁷. Essa política protecionista inglesa utilizada até 1860, ou seja, por mais de 200 anos permitiu a ela, dada a sua posição de superioridade econômica perante o mundo, adotar a cláusula de nação mais favorecida, adentrando, assim, ao liberalismo, seguindo os dizeres das doutrinas econômicas em voga.

Contudo, a política livre-cambista mostrou à Inglaterra a necessidade de voltar a adotar medidas protecionistas, pois a concorrência com a Alemanha e os Estados Unidos em relação aos produtos manufaturados, fez com que, em 1903 a Inglaterra já voltasse a se utilizar de medidas protecionistas e, com o início da Primeira Guerra Mundial, sua Comissão Econômica, nas palavras de Simonsen, recomendasse:

- 1º) medidas de proteção às indústrias contra o dumping;*
- 2º) manutenção de indústrias básicas (Key industries);*
- 3º) proteção por leis e direitos alfandegários ou com o auxílio do governo das indústrias necessárias à defesa nacional ou ao fortalecimento da posição econômica da Inglaterra perante a concorrência estrangeira;*

¹⁶ Roberto SIMONSEN, Aspectos da Política Econômica Nacional. In: *Discursos pronunciados na Câmara Federal dos Deputados*, 11 de Setembro de 1935, p.12.

¹⁷ Idem, op. cit., p.13

4º) *tratamento preferencial das colônias, por todos os meios e com as despesas que fossem necessárias;*

5º) *utilização de direitos alfandegários para negociações de tratados comerciais;*

6º) *estabelecimento de um ministério com poderes e competência em matéria econômica, para examinar as formas de auxílio que o Estado poderia conceder*¹⁸.

Assim, voltava a Inglaterra a adotar o protecionismo e, posteriormente, “em 1931, estabeleceu direitos contra as importações anormais e, em maio de 1932, criou uma tarifa geral *ad valorem* de 10%”¹⁹. Além disso, em 1933, adotou também uma política protecionista específica para os produtos agrícolas.

Os Estados Unidos, após sua independência, em 1776, com raras exceções livre-cambistas, de 1783 a 1789 e de 1833 até 1861, principalmente por pressões do sul do país, marcam uma posição protecionista, influenciados por Hamilton, considerado precursor de List, no que tange ao protecionismo.

Para Roberto Simonsen, os Estados Unidos tiveram logo a consciência de que primeiro seria necessário desenvolver-se tanto em sua agricultura, quanto na indústria, garantindo inicialmente o mercado interno para seus produtos, para posteriormente adentrar no comércio internacional.

Em 1933, o presidente Roosevelt aprofundou o caráter protecionista de seu país, promovendo a política do *New Deal*, o que permitiu aos Estados Unidos superar a Crise da Grande Depressão de 1929, para tanto, nas palavras de Simonsen:

“estabelecidos os grandes códigos norte-americanos de intervenção, em todas as suas modalidades, no comércio, na agricultura e na indústria, depreciou o governo, por deliberação própria, a sua moeda, com o intuito de elevar artificialmente o preço no interior do país e permitir que as mercadorias americanas concorressem nos mercados externos, em paridade com as mercadorias inglesas”²⁰.

No Brasil, a situação se apresentava de modo diferente e não foram adotadas políticas econômicas protecionistas como as da França, Inglaterra e Estados Unidos. Impunha-se aqui, inclusive após a Crise de 29, “a outorga sem maiores preocupações da cláusula de nação mais favorecida, e reformava suas tarifas, instituindo direitos específicos

¹⁸ Idem, op. cit., p.14.

¹⁹ Idem, op. cit., p.15.

²⁰ Idem, op. cit., p.16.

em moeda que se deprecia continuamente”²¹. A cláusula de nação mais favorecida beneficiava apenas as nações de riqueza já consolidada, pois mesmo contendo condições jurídicas de igualdade, do ponto de vista econômico, os países mais desenvolvidos levam uma evidente vantagem, gerando, inclusive, “uma progressiva vassalagem da nação menos aparelhada à mais poderosa”²².

Para Roberto Simonsen, nossa economia fora liberal, sem adoção de uma política que visasse um certo protecionismo, até 1844, com a instauração da Tarifa Alves Branco. Contudo, devido a pressões, rapidamente voltamos a adotar uma política mais liberal, a qual, por sua vez, propiciou déficits em nossa Balança Comercial, os quais eram equilibrados com empréstimos provenientes da Inglaterra; mas, “por volta de 1860, após a elevação tarifária para a base de 30%, e com o valor crescente das exportações do café é que pôde o Brasil conhecer a sua era de ‘superávit’ na balança de comércio”²³.

Em 1866, o Brasil passa a contar com 9 indústrias têxteis, entretanto, é a partir da década de 80 que se verifica um desenvolvimento industrial acentuado, passando essa mesma indústria a ter 44 fábricas; desta forma, para Simonsen, a década de 1880 ia revelar o primeiro surto industrial do Brasil, pelos seguintes motivos:

“barateamento do ferro e do aço pelos grandes aperfeiçoamentos introduzidos na indústria metalúrgica, na Europa e nos Estados Unidos, a nova política imperial de fomento a várias indústrias, o advento da tarifa Belizário, a primeira, talvez, que teve alguma tonalidade protecionista, a prosperidade da cultura cafeeira”²⁴.

Em 1889 temos a inauguração do Período Republicano brasileiro, no qual o ministro da Fazenda do Governo Provisório Rui Barbosa, promove uma política expansionista conhecida por “encilhamento” que, além de um desenvolvimento industrial, caracterizou-se por uma fase de especulação e alta inflação no biênio 1890-91.

Rui Barbosa inaugura a tarifa-ouro, em que parte do imposto é paga em ouro, atendendo, dessa forma, às necessidades do Erário e promovendo um certo protecionismo

²¹ Idem, op. cit., p.17.

²² Roberto SIMONSEN. Possibilidades da Expansão Industrial Brasileira. In: *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. op. cit., p.81. Para Simonsen, a cláusula de nação mais favorecida foi imaginada pelos países industriais, que, com ela, “visavam a conquista de novos mercados para a multiplicidade de seus produtos”. Roberto SIMONSEN. Aspectos da Política Econômica Nacional. In: *Discursos pronunciados na Câmara Federal dos Deputados*, op. cit., p.18.

²³ Roberto SIMONSEN. *Evolução Industrial do Brasil*. Idem. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973, p.14.

²⁴ Idem, op. cit., p.20. A Tarifa Belizário Souza foi instituída em 1887 alterando as taxas, principalmente sobre mercadorias com similares nacionais.

às indústrias nacionais, entretanto, essa tarifa atinge todos os produtos importados, de forma indiscriminada, mesmo assim, temos que entre 1890 e 1895 “foram fundadas 452 fábricas”²⁵.

No governo de Campos Sales, o ministro da Fazenda, Murinho, inicia uma campanha contra as indústrias nacionais, acusando-as de serem artificiais. Além disso, promove uma política econômica caracterizada pelo controle da inflação, acreditando que esta tinha sua origem no excesso de moeda em circulação; para enxugar os meios de pagamentos, chegou o governo a queimar uma grande quantidade de papel moeda, além de diminuir a disponibilidade de créditos.

O governo ainda cancelou as construções de obras públicas que estavam em andamento, resultando na diminuição da inflação e na valorização da moeda nacional. Apesar dessa política restritiva, considera Simonsen que “Murinho, que se manifestou a princípio contra a política industrial do país, foi, porém, forçado a aumentar consideravelmente muitas taxas e a adotar em larga escala a quota-ouro”²⁶.

Com a reforma de Oswaldo Aranha, em 1934, a tarifa-ouro foi definitivamente extinta, a pauta aduaneira reajustada, contudo, baseada em impostos específicos e não *ad valorem*, o que culminou, com a desvalorização da moeda, na própria diminuição das tarifas estipuladas através dessa reforma.

Roberto Simonsen preocupou-se em demonstrar que não se contrapunha à atividade agrícola, mas se posicionava contrário à restrição de um país como Brasil às atividades estritamente agrícolas, pois em sua opinião a própria agricultura era imprescindível para o desenvolvimento industrial, no que tange ao fornecimento de matérias-primas, e o desenvolvimento da agricultura também dependia em grande medida do desenvolvimento industrial, porque “o progresso da agricultura vai, por seu turno, e cada vez mais, depender do aumento das indústrias, pelo crescimento do consumo das matérias-primas oriundas da terra”²⁷.

A partir dessa constatação, deve uma nação ter um parque industrial em consonância com sua agricultura, possuindo assim uma independência econômica em relação aos demais países, isto porque, para Simonsen, “a independência econômica e,

²⁵ Idem, op. cit., p.16.

²⁶ Roberto SIMONSEN. Aspectos da Política Econômica Nacional. In: *Discursos pronunciados na Câmara Federal dos Deputados*, op. cit., p.19.

²⁷ Idem, op. cit., p.48.

portanto, a perfeita independência política só pode existir, na generalidade dos casos, nos Estados em que se conjugam em estreita harmonia e íntima interdependência a Agricultura e a Indústria”²⁸.

Defender a agricultura, em detrimento da atividade industrial, como queria Eugênio Gudín, com a argumentação de que deveríamos respeitar as nossas “vantagens naturais”, seria nos condenarmos a voltar à situação de “colônia”. Essa situação caracteriza-se pela dependência do comércio internacional para vender nossos produtos agrícolas, cuja demanda é inelástica e os preços sujeitos às oscilações nesses mercados, que por sua vez nos fornecem os produtos industrializados dos quais necessitamos, e que podem ser interrompidos, devido às vicissitudes do comércio internacional. Além disso, teríamos déficits em nossa balança comercial, comprando produtos industrializados e vendendo produtos agrícolas, o que nos tornaria mais dependentes ainda das nações desenvolvidas, principalmente porque teríamos que incorrer em empréstimos para equilibrar nossa balança comercial. Por isso, acusa Roberto Simonsen que:

“os brasileiros que combatem a implantação e disseminação das indústrias no país, fazem consciente ou inconscientemente obra a favor das nações estrangeiras, interessadas na conquista dos nossos mercados, trabalhando para que retrogrademos à posição de colônia dos produtos estrangeiros à mercê ainda de um bloqueio econômico em caso de Guerra”²⁹.

Para Simonsen, quem teve essa percepção da necessidade da agricultura se desenvolver próxima à indústria foram os Estados Unidos; para garantir essas atividades em pleno funcionamento o país preocupou-se em desenvolver o mercado interno, amparando-o através de medidas protecionistas e pela elevação da renda nacional; essa política teve como resultado que nos Estados Unidos 90% da produção industrial eram para o mercado interno e apenas 10% se destinavam ao mercado externo.

No Brasil não havia essa percepção da harmonia que deveria ocorrer entre as duas atividades e a proteção necessária ao seu desenvolvimento, principalmente através da garantia de nosso mercado interno para o consumo da produção industrial. Para isso, aumentar a renda nacional era a condição necessária para o próprio desenvolvimento industrial e evidente era, por mais que se pudesse questionar os números apresentados por

²⁸ Roberto SIMONSEN. “Orientação Industrial Brasileira”. In: *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. Op. cit., p.55.

²⁹ Idem, *ibidem*.

Simonsen no seu Parecer, como veremos no *Capítulo 3*, que a renda brasileira era muito baixa, por isso era imprescindível uma política protecionista, que protegesse esse desenvolvimento industrial que traz consigo o aumento dessa renda, principalmente porque a “indústria é fator de riqueza”, de acordo com Simonsen:

“a grande indústria, por toda a parte do mundo em que se instala, traz como corolário a melhoria dos salários, o barateamento relativo do produto, o enriquecimento social e o aumento da capacidade do consumo. Trás ainda mais, como consequência, a intensificação das relações comerciais, dos meios de transportes e a marcha vitoriosa da civilização. O Parque Industrial brasileiro só pode portanto concorrer para o enriquecimento do Brasil”³⁰.

No Brasil, aqueles que combatem o desenvolvimento industrial o fazem, em geral, a partir de cinco acusações, das quais discorda Roberto Simonsen e que encontram-se abaixo expostas:

- i) que a indústria brasileira é em grande parte artificial, pois importa grande porção de matéria-prima do estrangeiro;*
- ii) que não contribuiu para o enriquecimento do Brasil;*
- iii) que, vivendo sob tarifas protecionistas produz caro, encarecendo sobremodo a vida da população;*
- iv) que, atraindo braços à cidade, perturba a mão-de-obra do trabalho agrícola e;*
- v) que constitui um monopólio em favor de meia dúzia de brasileiros, em detrimento de milhões de habitantes*³¹.

Levando-se em consideração que uma indústria é tida como artificial ou não, de acordo com a porcentagem de matéria-prima importada na sua composição, os dados estatísticos demonstram que no Brasil a participação de matérias-primas no processo produtivo é muito inferior à da Inglaterra, e neste país jamais se ousou falar na existência de indústria artificial.

Quanto à acusação do abuso do regime protecionista no Brasil, Simonsen argumenta que se a tarifa protecionista é alta isso, se devia às necessidades do fisco e não propriamente à uma política de proteção à indústria. Tanto isso era verdade, que as tarifas incidem indiscriminadamente onerando vários produtos de importação, inclusive naqueles que seriam necessários à própria indústria, pois “uma política protecionista organizada para

³⁰ Idem, op. cit., pp.57-8.

³¹ Idem, op. cit., p.56.

o desenvolvimento das indústrias desonera as matérias-primas, pouco grava os produtos semi-industrializados, fazendo incidir os impostos aduaneiros principalmente sobre os produtos manufaturados”³².

Simonsen não concorda que o custo de vida no Brasil estivesse se elevando devido ao regime alfandegário, pois para ele o Brasil foi um dos únicos países em que não se notou o encarecimento do custo de vida no pós Primeira Guerra Mundial e, mesmo que tenha havido, esse encarecimento não poderia ter passado de 6%, dado que “no consumo médio por cabeça no Brasil, os produtos industriais representam 30% dos valores consumidos(...), de modo que admitindo um encarecimento médio de 20% sobre a generalidade dos produtos industriais, nunca onerariam em mais de 6% o custo médio de vida”³³.

Contra os que acusam a indústria de estar retirando os trabalhadores do campo, Simonsen argumenta, através de dados estatísticos do censo de 1920, que a distribuição da mão-de-obra, nas diferentes atividades, demonstra que há deficiência de trabalhadores na agricultura, e essa deficiência não se deve à indústria, pois “na indústria em geral se encontravam apenas 3,8%, e na indústria fabril pouco mais de 1%”³⁴, de trabalhadores brasileiros.

Com o término da Segunda Guerra Mundial e o anúncio dos Estados Unidos do Plano de Reconstrução Europeu, consubstanciado no Plano Marshall, haverá uma reação à unilateralidade desse Plano, liderada por Roberto Simonsen, o qual pretende que haja um Plano dessa magnitude também para os países da América Latina, principalmente o Brasil, como reconhecimento pelo nosso esforço de Guerra.

Apesar de apoiar a reconstrução européia e, portanto, o Plano Marshall, Roberto Simonsen tentava também demonstrar a necessidade de extensão desse Plano para os países latino-americanos, pois se na Europa havia o perigo de inquietações sociais, o que abria a possibilidade para o socialismo da União Soviética se expandir para esses países, aqui também havia essa possibilidade, esse “perigo vermelho”.

Roberto Simonsen contrapor-se-á às propostas estabelecidas no Relatório do Comitê de Paris sobre a forma de participação da América Latina nessa reconstrução, porque além

³² Idem, op. cit., p.58.

³³ Idem, op. cit., p.59.

³⁴ Idem, Ibidem.

de contemplar apenas os interesses europeus, não levava em consideração as transformações econômicas havidas no período de guerra.

Para a ajuda da América Latina à Europa, com a qual Simonsen concordava que deveria existir, seria imprescindível que as transformações econômicas ocorridas fossem levadas em consideração e que se promovesse uma política de desenvolvimento para essa região; para tanto, defende que o comércio internacional se processe em base triangular:

“venderemos mais à Europa do que lhe poderemos comprar e compraremos mais dos Estados Unidos do que lhes poderemos vender. Qualquer intensificação de correntes comerciais tem que ser mantidas nessas bases, tanto vale dizer, que os norte-americanos deverão financiar as nossas exportações para a Europa, habituando-nos a intensificar nossas compras em seu país”³⁵.

Com a guerra, devido às dificuldades de importações de produtos industrializados, ocorreu um surto industrial, porque houve o deslocamento de fatores produtivos para a indústria e este desenvolvimento não foi levado em consideração para a colaboração com os esforços de recuperação da Europa e, se não se levasse em consideração essa alteração, poderia haver, de acordo com Simonsen, “(...) efeitos contra-producentes. Reduzir-se-iam os níveis de subsistência, aumentaria o desemprego qualitativo; seria inevitável a agitação das massas; periclitaria a estabilidade das instituições políticas; medraria um forte sentimento anti-americano”³⁶.

Para não haver um retorno dos fatores de produção à estrutura anterior à guerra, para evitar-se o “perigo vermelho”, devido a possíveis descontentamentos populares, deveria ocorrer a renovação e ampliação dos fatores destinados à indústria e com o auxílio dos Estados Unidos, através do comércio internacional em “base triangular”.

Constatou Roberto Simonsen que no período de guerra houve uma diminuição na taxa de investimentos no Brasil se comparada ao período anterior, o que comprometeu o aumento de nossa renda nacional, pois antes este investimento era de 8% da renda nacional, distribuídos em 5% para investimentos novos e 3% para a manutenção dos capitais

³⁵ Roberto SIMONSEN. “Devem Pleitear as Nações Latino-Americanas sejam atendidas, no Plano Marshall, as suas aspirações”. In: *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. Op. cit., 339.

³⁶ Roberto SIMONSEN. “Sugestões para uma política econômica Pan-Americana: problemas de desenvolvimento econômico Latino-Americano”. In: *Simonsen e a Operação Pan-Americana*. São Paulo: Serviço de Publicações do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1958, p.70.

existentes e passou, no período de 1940 a 1945, à seguinte situação, de acordo com a tabela abaixo:

Taxa de Investimento Durante a Guerra³⁷

(percentagem da renda nacional)

Anos	Manutenção	Investimento Líquido	Total
1940	1,9	2,9	4,8
1941	1,9	2,9	4,8
1942	1,6	2,4	4,0
1943	2,0	3,0	5,0
1944	2,5	2,7	6,2
1945	2,5	3,8	6,3

Este quadro demonstra, para Simonsen, o desgaste sofrido pelos fatores de produção e a aquisição de capitais que deixou de ser efetuada no período devido às restrições nas importações. As perturbações de Guerra, no que dizem respeito aos investimentos, comprometeram o aumento de nossa renda nacional, pois, nas palavras de nosso autor: “no Brasil, a renda nacional real aumentou, de 1940 a 1945, somente de 13%, mas, tendo em vista o crescimento demográfico, calculado à razão de 2% ao ano, as rendas reais *per capita* permaneceram praticamente as mesmas”. Em contrapartida, caso não houvesse a guerra, teríamos um “incremento líquido de capitais na razão de 5% da renda nacional, e admitindo, para simplificar, que fosse uniforme e igual à existente produtividade dos novos capitais, o que é improvável, chegaríamos a um resultado em que a renda nacional real teria aumentado de 28%, ou seja, um aumento de 14% na renda real *per capita* naquele mesmo período de 1940 a 1945”³⁸.

³⁷ Idem, ibidem, p.83.

³⁸ Idem, Ibidem, p.87.

Roberto Simonsen elabora um estudo para demonstrar o incremento que teria na renda *per capita* brasileira nas possíveis formas de participação em diferentes modalidades de política econômica adotada no pós-guerra, conforme segue:

- 1) *desenvolvimento natural, sem auxílio à Europa: 3,9%;*
- 2) *desenvolvimento com o plano de renovação e ampliação, sem auxílio à Europa: 4,7%;*
- 3) *desenvolvimento natural com auxílio à Europa: 2%;*
- 4) *desenvolvimento com o plano de renovação e ampliação e com o auxílio à Europa: 3,5%*³⁹.

Essas constatações seriam suficientes, em sua visão, para os Estados Unidos assumirem na América Latina um comprometimento semelhante ao assumido com os países europeus; ajudar a Europa, de acordo com os pressupostos do Comitê de Paris, seria comprometer ainda mais o desenvolvimento dos países Latino Americanos, além do que não justificaria ajudarmos a reconstrução de parte de um Continente que possui um padrão de vida médio seis vezes superior ao nosso.

Caso se confirmasse essa ajuda brasileira à reconstrução da Europa, para os dezesseis países que seriam beneficiados, as exportações brasileiras seriam da ordem de 401 milhões de dólares; deste total, de acordo com Simonsen, “representa a exportação da classe de gêneros alimentícios o principal contingente, com 277,6 milhões de dólares, seguida pela de manufatura e matérias-primas, com cerca de 112 milhões”, cujo principal produto da classe de gêneros alimentícios será o café, e “na classe de matérias-primas e manufaturas avultam as exportações de algodão e, em madeiras, preparadas ou não, nossa contribuição deverá atingir 10,3 milhões”⁴⁰.

Essas cifras demonstram a impossibilidade tanto do Brasil quanto dos demais países de atender às necessidades da Europa financiando suas próprias exportações, além do que, condenaria o Brasil a voltar a ser uma economia primário-exportadora. Contudo, reconhece Roberto Simonsen que “há muitos, entre nós, que, direta ou indiretamente, concedem fique reduzido o Brasil a uma economia de exportadores de matérias-primas”⁴¹.

³⁹ Idem, *Ibidem*, p.90.

⁴⁰ Roberto SIMONSEN. O Plano Marshall e um novo critério em face das relações internacionais (Conferência Pronunciada em 28 de abril de 1948). In: *Suplemento da Revista Industrial de S. Paulo*. Ano IV, Nº 41, p.5.

⁴¹ Idem, *Ibidem*, p.3.

Em seu último discurso, em 25 de março de 1948, Roberto Simonsen elogiou a política econômica adotada pelo ministro belga Van Zeeland, quando, em 1935, enquanto Presidente do Conselho de Ministros da Bélgica, defendeu a intervenção do Estado na economia e a defesa do seu mercado interno, com o incremento da renda nacional. Para Simonsen, nestas novas circunstâncias, após acatar as sugestões de Zeeland, a Bélgica poderia adotar uma política econômica mais liberal. Em contrapartida, países como o Brasil, “de desenvolvimento incipiente, não se podem beneficiar dos mesmos termos de uma política de liberalização do comércio exterior, que reclama, sobretudo, o desarmamento de defesas que lhes são indispensáveis nas condições atuais do seu progresso econômico”⁴².

Roberto Simonsen, durante todo o percurso de sua intensa e profícua atividade tanto como engenheiro, professor, empresário, congressista, nunca deixou de se preocupar com o nosso desenvolvimento nacional, sempre chamando a atenção para os problemas verificados no campo econômico e as ilusões com nossos saldos da balança comercial no pós II Guerra Mundial. Preocupou-se constantemente com nosso desenvolvimento econômico e encontrava no Brasil uma característica de muita valia que era a possibilidade de se desenvolver a agricultura e a indústria concomitantemente.

O Estado deveria estar presente, contudo, sem concorrer com a iniciativa privada, pelo contrário. Para tanto, deveria este Estado promover um planejamento econômico e principalmente uma política aduaneira protecionista e não somente de caráter fiscal, porque sendo a indústria uma atividade superior em relação à agricultura, ela promove, em última instância, nosso desenvolvimento econômico, pois a indústria remunera melhor o seu trabalhador e concorre para a elevação da renda nacional; com isso, nosso país se tornaria mais rico, em melhores condições de concorrer com os demais países com os quais possui uma relação comercial.

Identificou Roberto Simonsen a desvantagem que os países agrícolas levavam nas trocas em relação aos industrializados, que além dos últimos imporem os preços para os produtos agrícolas, as condições de igualdade no comércio internacional apenas beneficiam os países industriais no que redundava que os países industrializados possuem altos níveis de vida, e os agrícolas um baixo padrão. Isso faz com que se verifique que “é elevada a

⁴² Roberto SIMONSEN. Saudação Acadêmica. In: *Digesto Econômico*. Ano IV, junho de 1948, Nº43, p.15.

participação dos primeiros no comércio mundial, enquanto os segundos, que, paradoxalmente, vivem à base de seu comércio exterior, exercem pequeno papel no intercâmbio internacional”⁴³.

Essa desvantagem dos países agrário-exportadores em relação aos países industrializados faz com que só nos reste uma alternativa para melhoramos nossa situação e promovermos a elevação do padrão de vida da nossa população, que é a industrialização, pois, nas palavras de Roberto Simonsen, temos que:

“a situação do intercâmbio dos países exportadores de manufaturas e países exportadores de produtos primários, impõem a estes uma situação desvantajosa nos termos de troca. Os produtos primários, de uma maneira geral, são inelásticos e, inversamente, os produtos manufaturados têm uma alta elasticidade. A evolução dos preços de uns e outros produtos mostra disparidades. As flutuações dos níveis de preços atingem mais duramente os produtos primários do que os manufaturados, depreciando os termos de troca dos países exportadores dos primeiros. Por outro lado, os preços dos produtos primários, via de regra, não são influenciados pelos países produtores, mas são ditados pelos próprios países manufatureiros”⁴⁴.

Esta constatação de Simonsen já é um indicativo da teoria da deterioração dos termos de troca, desenvolvida posteriormente pela CEPAL, contudo, sem esta assumir explicitamente que nosso autor já havia, anteriormente, explanado sobre essa situação desvantajosa dos países agrário-exportadores no comércio internacional. Esta percepção contradiz as tão difundidas no Brasil “Leis das Vantagens Comparativas”.

⁴³ Roberto SIMONSEN, “Memorandum”. In: *Anais do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria dos anos de 1947, 1948 e 1949*. Rio de Janeiro, 1951, p.63.

⁴⁴ Idem, *Ibidem*.

I.2. Eugênio Gudín

A família de Eugênio Gudín chegou ao Brasil em 1839; seu bisavô veio da França, com sua mulher, filhos e uma *institutrice*, que havia trazido para ajudar na educação dos filhos. Seu avô paterno casou-se com a *institutrice* e, em 1853, nasceu seu pai, Manoel Eugênio Gudín.

O pai de Gudín estudou na França, onde passou sete anos. Após voltar ao Brasil tornou-se negociante, sócio de uma firma importadora, a Almeida & Gudín e posteriormente trabalhou na Bolsa de Valores. A mãe de Gudín, Carlota Fontes Gudín, era descendente de portugueses e morreu ainda jovem, aos 23 anos de idade, deixando três filhos, sendo Gudín o mais novo.

Eugênio Gudín nasceu em 12 de julho de 1886 e, como sua mãe faleceu quando ele era muito novo, foi educado, até os 6 anos de idade, por sua madrinha, Ana Machado e suas filhas, até que seu pai casou-se novamente, com a filha do Conde de Figueiredo, banqueiro e detentor de grande fortuna. Gudín gostava tanto de sua madrastra, Elvira de Figueiredo Gudín, que deu continuidade à sua educação, que preferia chamá-la de segunda mãe.

Em 1895, Eugênio Gudín foi matriculado num Colégio Interno em Petrópolis, chamado Colégio Brasileiro-Alemão, no qual estudou durante cinco anos; depois estudou no Colégio Fluminense por um ano e, em 1900, foi aprovado para a Escola Politécnica no

Rio de Janeiro. Gudin iniciou o curso de engenharia em janeiro de 1901, com apenas 15 anos de idade, e se graduou em 1905, com 19 anos, optando pela engenharia civil⁴⁵.

Após se formar, no saguão da Faculdade recebeu a notícia de que a *Light* estava precisando de engenheiros para a construção da Represa de Ribeirão das Lages, com o objetivo de fornecer energia elétrica para o Rio de Janeiro. Gudin se interessou e iniciou sua carreira de engenheiro civil, atuando nos levantamentos topográficos para determinar o volume da bacia.

Eugênio Gudin trabalhou na *Light* durante dez meses e após deixar essa empresa trabalhou na firma Dodswood & Cia., da qual mais tarde passou a ser sócio. Foi nessa empresa, de acordo com Manoel Leão, que se “desenvolveram as atividades de Eugênio Gudin como engenheiro devoto à profissão”⁴⁶.

Em Pernambuco, o governador abriu concorrência pública para a instalação de bondes na cidade e a empresa da qual Gudin era sócio venceu a licitação para esse empreendimento; com isso, fica Gudin morando dez anos em Pernambuco, de 1912 até 1922, quando termina a construção dos bondes. Esse trabalho permitiu-lhe conhecer Follet Holt, Presidente da *Great Western of Brazil Railway Co.*, com sede em Londres, que o convidou para ocupar o cargo de Diretor dessa empresa; Gudin aceitou e nela trabalhou por quase 30 anos. “Em 1927, elegeu-se Presidente da Associação das Estradas de Ferro do

⁴⁵ Naquela época, a parte geral do curso de engenharia compreendia as matérias lecionadas nos três primeiros anos, terminada essa etapa, vinham as especializações que podiam ser escolhidas pelos alunos, eram elas: engenharia civil, mecânica e eletricitista. Gudin optou pela primeira e se graduou em engenharia civil. Como fora um aluno de destaque, recebeu o prêmio Gomes Jardim, conferido pela Congregação ao aluno que mais se distinguia no curso. Cf.: Manoel de Azevedo LEÃO. Eugênio Gudin como engenheiro. In: Alexandre KAFKA. et alli. *Gudin visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1979. Cf. também: Paulo de Berredo CARNEIRO. O exemplo e a lição de Eugênio Gudin – traços de sua personalidade. In: Alexandre KAFKA. Et alli. *Gudin visto por seus contemporâneos*. Op. cit.

⁴⁶ Principais obras nas quais participou:

- Para o Ministério da Marinha, na ilha das Cobras, construção de diversos edifícios e do reservatório elevado para o abastecimento d’água, uma das primeiras obras em concreto armado executada neste país (1907); na ilha do Boqueirão, vários galpões e a ponte de atracação.
- Pavilhões e serviços de água e esgoto na ilha das Flores, local destinado ao desembarque dos emigrantes que chegavam ao Rio de Janeiro.
- Na administração de Sampaio Corrêa (1907-1908), os trechos das adutoras do Xerém e da Mantiquira entre a Pavuna e o reservatório do Pedregulho, e várias pequenas barragens de tomada d’água no rio Mantiquira.
- Corte da Pedreira da Saúde que obstruía a passagem do cais do Porto. Nessa obra foi pela primeira vez empregado no Brasil um equipamento completo de ar comprimido(...).
- Na exposição Nacional de 1908 o molhe e, em colaboração com Henrique de Novais, a ponte parabólica de 20 metros de vão, que ainda está lá ligando a Urca à praia Vermelha.
- Na estrada de Ferro Central do Brasil, os edifícios das novas oficinas em Engenho de Dentro e o alargamento da secção de dois túneis na serra do Mar, permitindo a duplicação da linha entre Belém (Japeri) e Mendes. Essas obras foram realizadas sem interrupção do tráfico e sem acidentes(...).
- Construção da barragem do Acarape para o abastecimento d’água de Fortaleza. Essa barragem que tem hoje o seu nome, mede 350 metros no coroamento e tem 30 metros de altura (...). Manoel de Azevedo LEÃO. Eugênio Gudin como engenheiro. In: Alexandre KAFKA. et alli. *Gudin visto por seus contemporâneos*. Op. cit., pp.23-4.

Brasil, que englobava todas as Estradas de Ferro sob administração particular – a Paulista, a Leopoldina, a *Great Western*”⁴⁷.

Eugênio Gudín tornou-se economista autodidata e no jornal carioca *O Jornal*, de propriedade de seu amigo que conhecera em Pernambuco, Assis Chateaubriand, começou a escrever artigos, em 1924, que versavam sobre economia, além de tornar-se um dos diretores desse jornal. Em 1927, começou a trabalhar no Correio da Manhã. Participou, em 1931, da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos, criada pelo Ministério da Fazenda, no governo de Getúlio Vargas; em 1932 apoiou a Revolução Constitucionalista de São Paulo; e em 1935 integrou a Comissão Mista de Reforma Econômica e Financeira. Além do que, em 1945, foi incumbido pelo presidente da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) de elaborar o Parecer no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial sobre a proposta de Roberto Simonsen⁴⁸.

Em 1937, participou da fundação da Sociedade Brasileira de Economia Política, com o objetivo de criar uma escola de economia no Brasil; em 1938, depois de criada a primeira escola privada de economia, a Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, Gudín assumiu, por concurso, a cátedra da disciplina de Moeda e Crédito. Em 1943, participou do I Congresso Brasileiro de Economia, no qual foi figura de destaque, defendendo as idéias liberais; no mesmo ano houve a publicação de seu livro *Princípios de Economia Monetária*, primeiro manual de economia publicado no Brasil, que em 1952 fora desdobrado em dois volumes. Esta obra mostra a influência do pensamento liberal de Gudín na formação de várias gerações de economistas, além da influência que teve o autor da Escola de Pensamento Austríaca. Em 1944, participou como delegado brasileiro da Conferência Monetária Internacional, realizada em *Bretton Woods*, nos Estados Unidos. Foi também um dos fundadores do Núcleo de Economia da FGV e atuou como professor catedrático até o ano de 1954, quando se aposentou e passou a se dedicar mais ao jornalismo econômico. Após a fundação da FGV, Eugênio Gudín e Octávio Bulhões formaram um centro de pesquisas econômicas que, em 1950, ganhou o nome de Instituto Brasileiro de Economia (Ibre). A partir de 1948, a equipe passou a editar a Revista Brasileira de Economia. Em 1952, passaram a controlar outra importante revista da FGV, a

⁴⁷ Op. cit., p.29.

⁴⁸ Cf.: Ib TEIXEIRA. O patriota Eugênio Gudín. In: *Digesto Econômico – Eugênio Gudín: 100 anos*. São Paulo, Maio/Junho, 1986. Ver também: Maria Angélica BORGES. *Eugênio Gudín: capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: EDUC, 1996.

Conjuntura Econômica. Gudin introduziu o primeiro programa de curso superior dirigido exclusivamente à ciência econômica e foi, na Universidade do Brasil, hoje UFRJ, o líder intelectual da Faculdade de Economia. Entre 1954 e 1955, foi governador-representante brasileiro junto ao FMI e BIRD e ministro da Fazenda no governo Café Filho⁴⁹.

Eugênio Gudin, em seus primeiros escritos sobre economia, ao analisar a crise de 1929, identifica três fatores, responsáveis a seu ver por essa crise, quais sejam: i) o progresso tecnológico; ii) problemas políticos e; iii) motivos de ordem financeira e monetária.

O progresso tecnológico, apesar de trazer benefícios para “o bem estar e a felicidade humana”, traz consigo uma situação na qual um menor número de pessoas consegue produzir cada vez mais uma maior quantidade de mercadorias para satisfazer as necessidades de consumo, com isso, chega-se a seguinte situação, que ocorrera na Suécia: “a sua produção total aumentara de 1920 a 1927 de 32% enquanto a mão-de-obra empregada fora reduzida em 2%”⁵⁰.

Essa situação caracterizará a crise, isto é, uma crise de impossibilidade de se consumir as mercadorias disponíveis no mercado devido ao baixo poder de consumo dos países que não conseguiram vender seus produtos, principalmente países agrário-exportadores, e das populações que não tinham dinheiro para praticar o consumo porque não conseguiam emprego.

Essa idéia de Gudin, da crise devido ao progresso tecnológico, é abandonada rapidamente e em seus escritos posteriores encontramos elogios ao avanço técnico. A tese principal do desequilíbrio, defendida pelo autor, será a do fator político, devido aos seus vícios e suas paixões que fazem com que sejam tomadas decisões equivocadas que comprometerão a harmonia de todo o sistema. Nesse sentido, toda a crise é gerada por decisões políticas equivocadas⁵¹.

As causas políticas se devem ao fato de que depois da Guerra, as nações decidiram elevar suas tarifas protecionistas, o que aumentou significativamente a dificuldade de se

⁴⁹ Ver: Ricardo BIELSCHOWSKY. *Pensamento Econômico Brasileiro - o ciclo ideológico do desenvolvimentismo: 1930-1964*. 4. Ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 2000. Cf.: Maria Angélica BORGES. *Eugênio Gudin: capitalismo e neoliberalismo*. Op. cit. Confira também: Cinthia ABRAHÃO. Eugênio Gudin: disseminador do *laissez faire* no Brasil. In: José DANTAS (org.). *Gudin-Bulhões-Furtado: matrizes do pensamento econômico brasileiro*. Maringá: Eduem, 1999.

⁵⁰ Eugênio GUDIN. *Origens da Crise Mundial, Política Econômica do Brasil, Política Financeira e Relatório Niemeyer*. Rio de Janeiro: Typographia Almanak Laemmert, 1932, p. 23.

⁵¹ Cf.: Maria Angélica BORGES. *Eugênio Gudin: capitalismo e neoliberalismo*. Op. cit, pp.52 e segs.

promover o comércio internacional. Países mais dependentes desse comércio eram os mais prejudicados, como o Brasil, que possuía apenas um produto de exportação, o café, e que a partir de sua venda conseguia as receitas necessárias para remunerar os fatores de produção e promover a aquisição de bens e serviços necessários para o consumo interno.

Para Gudin, com o término da Guerra, houve o aumento do número de nações na Europa, que passaram de 23 para 36. Essas nações, em vez de tentar promover acordos internacionais que facilitassem o comércio, fizeram o contrário. Fecharam suas fronteiras e promoveram a nacionalização econômica, procurando “cada uma equipar a sua indústria para reduzir a importação, de sorte que passou cada uma a produzir caro aquilo que poderia importar barato e a opor barreiras às exportações de seus vizinhos, de quem recebiam, aliás, sem demora, igual e recíproco tratamento”⁵².

A política econômica adotada pela Inglaterra, após a Primeira Guerra Mundial, de restabelecer a paridade ouro da libra nos padrões do pré-Guerra, através da deflação, comprometeu sobremaneira sua balança comercial, promovendo um prêmio à importação e um desestímulo à exportação, resultando na diminuição da quantidade de dinheiro que a Inglaterra aplicava em empréstimos e investimentos nos demais países. Essa restrição ocasionou, de acordo com Eugênio Gudin, uma “forte redução de poder de compra nos países economicamente mais fracos. A depressão econômica destes países repercutiu desde logo sobre suas importações e, por conseguinte, sobre as exportações dos países industriais”⁵³. Além disso, na própria Inglaterra, antes da desvalorização promovida em 1931, que estabeleceu uma taxa cambial “natural”, houve “queda das exportações, aumento progressivo do número de desempregados, greves generalizadas, mal-estar social etc”⁵⁴.

Diferentemente da Inglaterra, a França, preocupada com suas exportações e com a situação de suas indústria, estabilizou sua moeda “na base de 124 francos por libra”, e não a 100 francos, como poderia ter feito. Essa situação gerou uma inflação na França, pois com o aumento das exportações, aumentou a quantidade de ouro que entrou no país; com isso, o Banco Central Francês teve de emitir mais moeda para comprar esse ouro, redundando num aumento da circulação monetária francesa, “que era de 6 bilhões de francos antes da

⁵² Idem, op. cit., p.27. Gudin identificou esse protecionismo nos Estados Unidos, nos domínios Britânicos, na Rússia, na China, na Índia, na Europa e no Brasil.

⁵³ Idem, op. cit., p.33.

⁵⁴ Eugênio GUDIN. *Ensaio sobre problemas econômicos da atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p.174.

Guerra, correspondentes com a desvalorização do franco, a 30 bilhões depois da Guerra, já atinge atualmente a perto de 80 bilhões”⁵⁵.

Para Eugênio Gudin, a taxa de câmbio natural tem de ser respeitada e o câmbio acima ou abaixo de sua taxa natural prejudica o desenvolvimento do país, assim como aconteceu com a Inglaterra e a França.

Nos Estados Unidos, o período anterior à crise foi de grande prosperidade, havendo, inclusive, um movimento de constante alta na Bolsa de Nova Iorque e nas Bolsas européias. Na Bolsa de Nova Iorque, “de março a setembro de 1929 as ações da *General Electric* aumentaram de 68%, as da *United States Steel Corporation* de 43%”, fazendo com que houvesse um descolamento entre o valor financeiro desses títulos e seu valor real. Foi assim, de acordo com Gudin:

“que de seu posto de observação, um grupo de chefes de indústrias, vendo a acumulação dos stocks e sentindo os primeiros sintomas de baixa dos produtos imposta pela lei da oferta e da procura, começou a vender fortemente em bolsa. Foi assim ouvido o primeiro estalo em Wall Street em outubro de 1929; a Bolsa desmaia, a situação é trágica e o golpe brutal é seguido dentro em pouco por uma repercussão atenuada em Londres e Paris”⁵⁶.

Apesar dos três fatores de desequilíbrio elencados por Gudin, o maior elemento de desequilíbrio da economia mundial no período de 1930 foi, a seu ver, a mudança da situação econômica dos Estados Unidos durante a Primeira Guerra Mundial, “que de país devedor e importador de capitais, que era antes da guerra, passara a ser a maior nação credora do mundo”⁵⁷.

O grande problema que se deu com essa mudança de liderança mundial foi o fato de os Estados Unidos, além de serem os maiores credores mundiais, ainda possuíam superávits em sua Balança Comercial, o que comprometia a suposta harmonia do sistema econômico mundial. Gudin argumenta que essa situação prejudicava o comércio internacional, pois como poderiam os países devedores pagar suas dívidas para os Estados Unidos se não lhes poderiam exportar suas mercadorias? A existência das tarifas protecionistas utilizadas pelos

⁵⁵ Eugênio GUDIN. *Origens da Crise Mundial, Política Econômica do Brasil, Política Financeira e Relatório Niemeyer*. Op. cit., p.34. Este atualmente se refere ao ano de 1931.

⁵⁶ Idem, op. cit., p.38.

⁵⁷ Eugênio GUDIN. *Para um Mundo Melhor (ensaio sobre problemas de após-Guerra)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1943, p.105.

Estados Unidos, como a Tarifa *Hawley-Smoots*, decretada em 1930, piorava ainda mais a situação.

Outro problema encontrado por Eugênio Gudín era a inexperiência do recém instalado Banco Central dos Estados Unidos (FED), que fora criado apenas um ano antes da guerra e que encontrava dificuldades em lidar com todo o sistema bancário de seu país, permitindo, inclusive, a especulação na Bolsa de Valores sem precedentes que se manifestou na crise de 1929.

A situação anterior, sob a liderança da Inglaterra, permitia que os países devedores encontrassem, através dos déficits da balança comercial inglesa, os recursos necessários para honrar suas dívidas, pois a Inglaterra “comprava ao resto do mundo perto de 300 milhões de libras por ano mais do que vendia, e eram esses 300 milhões de libras de mercadorias que permitiam às outras nações satisfazer o pagamento de seus empréstimos à Inglaterra”⁵⁸.

A harmonia foi rompida pelas decisões políticas que levaram à adoção do protecionismo, contribuindo para a eclosão da Guerra de 1914. Esta harmonia existia desde o advento da “Era Industrial”, em que houve um aumento da capacidade de produção, que redundou na prosperidade da economia, trazendo benesses inclusive para os trabalhadores, como o aumento do salário real e a possibilidade deles consumirem produtos que outrora apenas eram acessíveis às camadas da população mais abastadas. Esse impulso dado em favor do “bem-estar” da sociedade colocará Eugênio Gudín como um crítico, mesmo que superficial, de Marx, ao considerar que:

“na ânsia de prever o futuro, Marx não se deteve a analisar e meditar o passado. Se Marx tivesse estudado e meditado a história, teria verificado que as crises econômicas existiram em todos os tempos e em todas as civilizações e que essas crises, como ele presenciou e como presenciamos hoje, tiveram sua origem em fatores políticos e não em fatores econômicos”⁵⁹.

Argumentando contra a teoria marxista que destaca o papel da economia no desencadeamento da Primeira Guerra, Eugênio Gudín enfatiza os aspectos políticos das decisões governamentais como se assim ficasse provada a inexistência de motivações

⁵⁸ Idem, op. cit., p.106.

⁵⁹ Eugênio GUDÍN. *Capitalismo e Sua Evolução*. Conferência realizada na Liga de Defesa Nacional. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1936, p.8.

econômicas nas decisões governamentais. Ignorando a grave crise econômica que mudou os rumos do capitalismo nas últimas décadas do século XIX, Gudin acreditava que a sociedade vinha desde 1875 numa caminhada de progresso, prosseguindo seu “ritmo natural e benéfico”, ritmo interrompido, contudo, por decisões políticas equivocadas que geraram o conflito bélico.

O objetivo de Gudin é criticar a “literatura esquerdista” e os marxistas em particular de terem se equivocado ao considerar a economia como a responsável pela ruptura do equilíbrio internacional. Se os fatores políticos não intervierem nos fatores econômicos haverá, a seu ver, um progresso harmônico que é natural do sistema e que só pode ser rompido por decisões políticas equivocadas; cada país deve fazer o possível para se aproveitar desse progresso.

Naquele momento, as decisões políticas que comprometeram o equilíbrio do sistema econômico e fizeram surgir, de maneira equivocada, a economia planificada foram ocasionadas, nas palavras de Eugênio Gudin, pelas seguintes situações:

“No plano internacional é o sistema da autarquia, das fronteiras fechadas, da suspensão de aplicação do princípio da divisão internacional do trabalho, isto é, da volta a um padrão de vida muito mais baixo do que aquele que já havíamos atingido. No plano nacional a resposta é igualmente evidente: não é possível estabelecer equilíbrio econômico dentro de uma nação, em que o enriquecimento se processa à custa da miséria da maioria, pela simples razão de que a maioria é a grande consumidora e onde não há quem consome, não pode haver incentivo a produção, que é a fonte do enriquecimento”⁶⁰.

No caso do Brasil, país que depende do comércio internacional, para beneficiar-se do progresso, não pode querer planificar sua economia e fechar suas fronteiras através da instauração de barreiras protecionistas. A questão da tarifa aduaneira brasileira deve ser analisada do ponto de vista da necessidade de se auferir rendas para o Estado e a proteção a certas atividades industriais que não concorram para o encarecimento de vida.

Outro problema para a adoção das tarifas é o fato de considerar Gudin que o Brasil não é uma “unidade econômica” e, em razão disto, uma mercadoria vinda do exterior muitas vezes tem um preço menor em relação às mercadorias brasileiras, pois estas eram oneradas por tarifas internas que encareciam o produto final; além disso, havia o problema do monopólio no setor do transporte marítimo, encarecendo ainda mais o preço das

⁶⁰ Eugênio GUDIN. *Para um Mundo Melhor (ensaios sobre problemas de após-Guerra)*. Op. cit., p.108.

mercadorias. Por isso Eugênio Gudín é incisivo na consideração de que “ou se resolve o problema da nossa unidade econômica, ou se divide o Brasil em várias zonas de influência em matéria de produção nacional com pautas aduaneiras diferentes, ou então que se abra a navegação de cabotagem aos navios estrangeiros”⁶¹.

Gudín condena o protecionismo e a afirmação de que é preciso “exportar muito e importar pouco”, defendendo que devemos “exportar muito e importar muito”. Isto porque, além da Balança Comercial ser “apenas” uma das contas do Balanço de Pagamentos - que pode ser equilibrada, por exemplo, com a entrada de capitais estrangeiros -, exportar muito significa aumentarmos nosso saldo em ouro, o que leva à expansão dos meios de pagamentos, incrementando a inflação; além disso, o saldo em ouro é considerado por Gudín como uma “riqueza morta”. Então, países como o Brasil, carentes de desenvolvimento e devedores, não devem acumular saldos em ouro, devendo todos os saldos que possuímos “ser utilizados na aquisição de toda sorte de produtos de que precisamos para o nosso progresso industrial e agrícola ou para melhorar o *standard* de vida, ainda tão baixo, de nosso povo e não em ouro improdutivo”⁶².

Apesar de falar da necessidade de nosso progresso industrial, Gudín discorda que os países industriais sejam ricos e os países agrícolas pobres. Para ele, quem pensa desse jeito está confundindo “causa e efeito”, pois “o país é industrial porque primeiro enriqueceu com a agricultura ou a pecuária”⁶³ e, nesse sentido, dada a limitação dos fatores de produção, é necessário desenvolver a agricultura brasileira para posteriormente promover a industrialização.

Reconhece Eugênio Gudín que muitas indústrias têm o direito de reclamar uma proteção, mas, a seu ver, o fazem de forma equivocada, porque, em suas palavras, temos que:

“em vez de reclamar do Estado e da comunhão os elementos necessários ao barateamento de sua produção, clamam pelo aumento da tarifa sobre o produto estrangeiro e isso por duas razões muito simples: a primeira porque é mais simples aumentar uma tarifa aduaneira do que resolver problemas de transporte e de economia internos e a segunda porque lhes falta,

⁶¹ Eugênio GUDÍN. *Origens da Crise Mundial, Política Econômica do Brasil, Política Financeira e Relatório Niemeyer*. Op. cit., p.49.

⁶² Idem, op cit., p.52.

⁶³ Idem, op. cit., p.60.

em regra, confiança, na capacidade dos governos para dar solução eficiente a esses problemas”⁶⁴.

Quando Eugênio Gudín vê legitimidade na necessidade de proteção para alguns ramos das indústrias, ele acusa os industriais de reivindicarem erroneamente, pela “lei do menor esforço” e não, “patrioticamente”: “é a mania de deixar de importar bem, mesmo que para isso seja preciso produzir mal, isto é, anti-economicamente”⁶⁵.

Neste sentido, torna-se necessário fazer um inquérito detalhado para saber qual a indústria que de fato merece uma proteção aduaneira, num determinado período de tempo, para depois concorrer livremente com as indústrias de outros países. Mas que não onere no período de proteção o custo de vida nacional e também que não colabore para o aumento da inflação.

Eugênio Gudín, apesar de assumir que há divergências no cálculo da renda nacional, acredita que ela sirva para indicar a riqueza ou pobreza de um país. Utilizando-se dos números da renda nacional do Relatório Niemeyer, constata Gudín que a renda nacional é muito baixa, principalmente se comparada com a de outros países, o que fica explícito a partir dos seguintes dados: a renda *per capita* em libras no Brasil, no início da década de 1930, era de 6,5; a da Itália, 19,3; a da Alemanha estava em 44,9; a da França era de 45,1, a Grã-Bretanha possuía 97,2 e os Estados Unidos 136⁶⁶.

A constatação de que os Estados Unidos são o país cuja renda *per capita* é a maior de todos, não significa, para nosso autor, que devemos imitá-lo, pois precisamos, a seu ver, para nos desenvolver, utilizarmos nossos “recursos potenciais”, que são diferentes dos Estados Unidos.

Eugênio Gudín posicionou-se também contra a baixa cambial porque ela apenas traz benefícios aos exportadores, que passam a receber uma maior quantidade de moeda nacional em função de sua exportação que, além disso, consegue entrar no mercado internacional com maior facilidade devido à diminuição de seus preços em moeda estrangeira. Por isso, utiliza-se Gudín de uma frase de José Maria Whitaker, a qual afirma

⁶⁴ Idem, op. cit., p.62.

⁶⁵ Idem, op. cit., p.63.

⁶⁶ Cf.: Eugênio GUDÍN. *Notas à Margem dos Problemas Econômicos da Constituinte*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1934, p.7.

que “os exportadores – e com eles uma boa parte da indústria nacional – não desejam propriamente câmbio baixo e sim câmbio cadente”⁶⁷.

O grande problema reside que ao baixar o câmbio, necessariamente baixa-se também o valor das exportações brasileiras e ao baixar esta exportação diminui a nossa possibilidade de importar, isto é, nossa relação de trocas. Ainda, o governo necessitará de uma quantidade maior de moeda nacional para adquirir a moeda estrangeira que o exportador trouxe com a venda de seus produtos.

Para se ter uma idéia, após a desvalorização do mil réis em abril de 1933, as exportações do café, que em janeiro daquele ano representavam, para uma quantidade exportada de 1.290.000 sacas, o valor em libra de 2.819.000, passaram, em agosto do mesmo ano, para uma exportação de 1.281.000, ou seja, praticamente o equivalente em quantidade, para 1.915.000, em libras/ouro. Isto significa para Gudin que “entre outros malefícios que nos causa a depreciação da moeda, devemos inscrever em primeiro lugar a queda das nossas disponibilidades em ouro no exterior, resultante da depreciação do valor ouro do nosso principal produto de exportação”⁶⁸, no que resulta, a seu ver, num enorme prejuízo para a “comunhão nacional”.

No caso do Brasil, país cuja renda nacional é baixa, necessário se faz tomar outras medidas que não as propostas pela “literatura esquerdista”, equivalente ao que se fez na Rússia, isto é, “um regime do mais feroz capitalismo de Estado”, cujo único capitalista é o Estado. São necessárias outras medidas, que não a mudança de governo ou de organização social, para tirar o país desse estado de pobreza. Para Gudin:

“o *standard* de vida do trabalhador não pode deixar de guardar o paralelismo inevitável com o grau de prosperidade ou pobreza da região de economia estagnada, ele é vítima de excesso de oferta sobre a procura de trabalho, o correto deve ser procurado na educação e no progresso da economia e não na revolução que nada constrói”⁶⁹.

O que se torna necessário, então, de acordo com o nosso autor, é que as benesses do progresso propiciadas pela sociedade cheguem a essas regiões longínquas para que essas populações consigam sair do estado de pobreza e contribuir para a elevação de nossa renda

⁶⁷ Eugênio GUDIN. *Câmbio e Café: 1933-1934*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1934, p.12.

⁶⁸ Idem, op. cit., p.9.

⁶⁹ Idem, op. cit., p.25.

nacional. Se no momento posterior à guerra recrudesceram os escritos sobre o problema da organização social promovida pelo capitalismo isto se deve,

“porque seus propagandistas começam todos a esquecer o maravilhoso ritmo de progresso com que, no atual regime, vínhamos aperfeiçoando o mundo e melhorando a vida humana até 1914, ritmo esse só interrompido pela explosão de paixões e de ambições de ordem puramente política, que teriam detonado com o sistema capitalista como qualquer outra organização econômica”⁷⁰.

Eugênio Gudín elege no Brasil a inflação como o grande mal a ser combatido e identifica o protecionismo como o maior causador dessa inflação, porque o protecionismo provoca o desvio dos fatores de produção de uma atividade à outra. Em nosso país, de acordo com o autor, vive-se, à exceção do período de 1930 a 1935, uma situação de pleno emprego⁷¹ dos fatores de produção, e desviá-los para a atividade industrial seria necessariamente produzir a inflação. A depreciação cambial, que funciona como uma proteção às atividades econômicas internas, propicia um aumento das exportações que somente beneficiaria o exportador, provocando também a inflação e, como a inflação tem de ser eliminada, necessariamente o protecionismo tem de ser combatido, a não ser em situações bastante específicas.

Ao considerar nosso autor que no Brasil vivia-se uma situação de pleno emprego dos fatores de produção, qualquer desvio dos fatores de uma atividade para outra não contribuiria para o aumento da produção. A nova produção ocorreria em detrimento da anterior e esse desvio de fatores de produção como os trabalhadores, por exemplo, redundaria numa inflação porque isso ocorreria através da oferta de um salário maior. Mas, como não haveria um aumento da produção, os preços aumentariam e, conseqüentemente, a inflação. Então, se há aumento salarial nas indústrias em detrimento da agricultura este aumento salarial é monetário e não real. Por isso, na sua opinião, era necessário, inicialmente, aumentar a produtividade para depois implementar novas atividades econômicas, como as industriais. Para Gudín, os industriais e os comerciantes não entendiam essa situação. Para eles, “o problema consiste em produzir mais, sem se lembrar

⁷⁰ Idem, op. cit., p.29.

⁷¹ Esta identificação da economia brasileira feita por Gudín, de uma situação de pleno emprego, “tornava-o imune, em sua análise convencional da inflação brasileira, à crítica Keynesiana”. BIELSCHOWSKY, op. cit, p.42.

que para produzir mais, em determinado ramo de atividade, importa primeiramente liberar os fatores de produção necessários, que já estão sendo empregados por outro”⁷².

De acordo com Eugênio Gudin, existe um nível ótimo de crédito na economia. Na situação de pleno emprego dos fatores de produção tem de haver uma diminuição do crédito disponível, para que não haja novos investimentos. Em contrapartida, numa situação de ociosidade dos fatores de produção, deve-se estimular a produção, através, principalmente, da concessão de novos créditos. Por isso, para Gudin, “o volume máximo do crédito é aquele necessário e suficiente para promover o pleno emprego dos fatores de produção. E como é que se reconhece que esta situação de pleno emprego foi atingida? Quando passa a haver disputa dos fatores de produção, e seus preços começam a subir”⁷³.

Para reforçar sua posição contra o desvio dos fatores de produção e conseqüentemente a industrialização e qualquer política por parte do governo que possa vir a privilegiá-la, Gudin distingue a produção em duas categorias: produção para consumo e produção para investimento.

A primeira se refere à produção de alimentos, à pecuária etc. Já a segunda diz respeito aos investimentos necessários ao aparelhamento econômico, como a construção de estradas, ferrovias, indústrias etc.

A partir dessa distinção, e tendo-se na comunidade um número de trabalhadores destinados à produção para o consumo que satisfaça às necessidades de toda a população, qualquer deslocamento desses trabalhadores que comprometa sua produção de maneira a não mais atender a sua demanda, será condenado por Eugênio Gudin. Isso porque levará, obrigatoriamente, a um aumento de preços desses produtos e, em contrapartida, o aumento da produção em investimentos não trará benefícios, pois se trata de um trabalho que só se torna profícuo no futuro, sem vantagens no presente. Desta forma, sustenta o autor que “em qualquer comunhão econômica, há de haver um equilíbrio entre a produção de artigos e serviços para consumo e a produção aplicada a novos investimentos”⁷⁴.

⁷² Eugênio GUDIN. *Análise da situação econômica e monetária do Brasil* (depoimento prestado pelo Sr. Eugênio Gudin perante a Comissão de Inquérito Econômico e Social da Assembléia Constituinte). Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1946, p.4.

⁷³ Eugênio GUDIN. *Inflação, Importação e Exportação, Café – Crédito, Desenvolvimento, Industrialização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1959, p.52.

⁷⁴ Eugênio GUDIN. *Análise da Situação Econômica e Monetária do Brasil*, op. cit., p.6.

Ao definir a inflação como “um estado de coisas em que se criaram ‘direitos de haver’ em quantidade maior do que a das mercadorias e serviços que podem ser ‘havidos’ (sic) aos preços vigentes”⁷⁵, Eugênio Gudín complementa seu raciocínio dizendo que:

“seja qual for o tipo de investimento, estradas de ferro, edifícios, pontes ou outros, aqueles que trabalham nessas obras recebem salários e ordenados que lhes conferem o direito de haver mercadorias de consumo, sem que entretanto possam eles trazer ao mercado outra coisa senão ‘uma promessa de futura melhoria de produção’⁷⁶”.

Com isso, cria-se um descompasso entre “direitos de haver” e “quantidades que podem ser havidas” resultando, inexoravelmente, num aumento da inflação decorrente do aumento de preços.

No Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, ocorreu, na visão de Gudín, que sem fatores de produção disponíveis, passou-se a destinar fatores de produção ao esforço de Guerra, para ajudar os aliados e para produzir mercadorias que não mais podiam ser importadas e que eram necessárias para a população brasileira; além disso, houve investimentos em obras novas, destinando-se fatores de produção que antes eram utilizados para a produção de consumo, para a produção de investimentos. Esse desequilíbrio das atividades destinadas à produção de artigo de consumo e do setor de investimentos, fomentado principalmente pelo governo, através dos investimentos públicos e créditos disponíveis, juntamente com “desfalque da mão-de-obra produzido pelas convocações para o serviço militar; a necessidade de atender à produção de emergência para a substituição de produtos normalmente importados, inclusive o carvão de madeira e a lenha, e o que causa admiração é que reste um pouco de mão-de-obra para produzir milho, arroz, feijão, leite etc”⁷⁷.

Diferentemente, os Estados Unidos e a Inglaterra, que possuíam fatores de produção disponíveis antes do conflito bélico, destinaram-nos ao esforço de Guerra e “qualquer outra aplicação dos fatores de produção foi estritamente vedada. Não só foram os investimentos radicalmente proibidos como até a conservação ordinária do aparelhamento econômico do país severamente controlada”⁷⁸.

⁷⁵ Eugênio GUDÍN. *Inflação, Importação e Exportação, Café – Crédito, Desenvolvimento, Industrialização*, op. cit., p.14.

⁷⁶ Eugênio GUDÍN. *Análise da Situação Econômica e Monetária do Brasil*, Idem, Ibidem.

⁷⁷ Eugênio GUDÍN. *Ensaio sobre problemas econômicos da atualidade*, op. cit, pp.29-30.

⁷⁸ Eugênio GUDÍN. *Análise da Situação Econômica e Monetária do Brasil*, op. cit., p.7.

Enquanto nesses países o financiamento da Guerra era feito através de aumentos de impostos ou empréstimos – que para Gudin não provocam a inflação, pelo contrário, diminuem a quantidade de moeda em circulação –, no Brasil o financiamento era efetuado através da expansão dos meios de pagamentos e de créditos, os quais eram investidos nas “construções de estradas de ferro e de rodagem, Volta Redonda, Rio Doce, Escola Militar de Rezende, palácios para os Ministérios, Quitandinha etc, além de um verdadeiro encilhamento de construções civis alimentadas pelo crédito”⁷⁹. Nesse sentido, o Brasil incorria em dois grandes erros: permitir novos investimentos e financiá-los através de mecanismos que geram a inflação.

Para conter a inflação, era necessário, na opinião de Gudin, promover um rigoroso equilíbrio orçamentário, aumentar o imposto sobre a renda, implementar o imposto sobre lucros extraordinários e conter toda a obra que estivesse em andamento. No entanto, fez-se o contrário, tendo, inclusive, o Banco do Brasil promovido durante a Guerra a “inflação de crédito”, pela quantidade disponibilizada durante o período. Vejamos os valores⁸⁰:

Período	Valores (em milhões de cruzeiros)
1939	1.028
1940	1.456
1941	1940
1942	2.639
1943	4.493
1944	7.518
1945	8.830

Para Eugênio Gudin, a maior e melhor utilização dos limitados fatores de produção é o que mede o padrão de vida de um povo e, no Brasil, esse desvio dos fatores de produção que se encontravam em pleno emprego para outras atividades comprometia o princípio das

⁷⁹ Idem, op. cit., p.8.

⁸⁰ Idem, op. cit., pp.11-2.

“vantagens comparativas”, de David Ricardo, o qual, a seu ver, “deve tremer em seu túmulo ao eco das proposições para que cada país produza tudo de que precisa, em vez de produzir o que pode produzir barato para trocar pelo que teria de produzir caro. Sem o que, seria a queda geral do padrão de vida do mundo civilizado”⁸¹.

Ainda que o deslocamento dos limitados fatores de produção gere a inflação, para contê-la não é necessário interromper o ritmo de crescimento, e sim desviar os fatores de produção das atividades inflacionadas para outras atividades, pois o objetivo de qualquer política econômica deve ser o de utilizar ao máximo os fatores de produção disponíveis; o grande problema ocorre em “se tentar fazer mais do que é possível com os fatores de produção de que se dispõem”⁸².

Há, para Gudin, uma incompreensão sobre a disponibilidade dos fatores de produção devido a uma dificuldade de se analisar a sociedade em conjunto, e isso se deve a “pessoas cujo âmbito visual não ultrapassa, em regra, os limites de seu negócio, de sua empresa ou mesmo do seu ramo de indústria ou comércio”⁸³. O governo tem de ter consciência de que “governar é escolher” e promover o desenvolvimento em setores da economia que não prejudiquem a utilização dos escassos fatores de produção, pelo contrário, que façam com que eles sejam utilizados em sua plena capacidade, da melhor maneira possível.

O desvio dos fatores de produção para as indústrias que, na visão de Eugênio Gudin, vivem sob um intenso protecionismo, faz com que o maior prejudicado seja o próprio consumidor. Isso porque, além da inflação, passa a consumir produtos industrializados a partir dos custos dos produtores marginais e menos eficientes, “que trabalham com equipamento e métodos obsoletos, para declarar que não poderiam sobreviver com uma tarifa aduaneira mais baixa, desenhando com cores negras o triste quadro do desemprego para seus operários e suas famílias e as repercussões econômicas conseqüentes etc”⁸⁴.

Mesmo que num primeiro momento a baixa da tarifa alfandegária pudesse trazer algum malefício como o desemprego, devido ao fechamento das indústrias marginais que não conseguirão sobreviver, num segundo momento haveria um benefício para toda a

⁸¹ Idem, op. cit., p.12.

⁸² Eugênio GUDIN. *Inflação, Importação e Exportação, Café – Crédito, Desenvolvimento, Industrialização*. Op. cit., p.94.

⁸³ Idem, op. cit., p.105.

⁸⁴ Idem, op. cit., p.156.

economia nacional, porque a baixa do protecionismo propiciaria também, de acordo com o raciocínio de Gudin, uma diminuição do preço do artigo nacional. Se determinado artigo sofre uma diminuição da tarifa alfandegária, necessariamente seu preço também diminui, pois esse artigo passa a concorrer com o artigo estrangeiro, agora com um preço menor, na proporção da diminuição da barreira aduaneira, o que promove um ganho para o consumidor por aumentar seu poder de compra e melhorar a qualidade do artigo que está adquirindo.

Os trabalhadores que haviam perdido seus empregos, agora com o aumento da demanda interna, ou com o aumento das exportações devido à melhoria da qualidade e à diminuição do preço da mercadoria nacional, conseguirão uma recolocação no mercado de trabalho, redundando numa melhora para o conjunto da sociedade. A redução da tarifa alfandegária terá, portanto, “aumentado a produtividade média do trabalho e do capital nacionais. Quer dizer, o desaparecimento dos produtores marginais terá tido o efeito de melhorar o padrão de vida da população⁸⁵”.

O próprio salário que, para a “indústria superprotegida” pudesse apresentar-se mais elevado, só o é nominalmente, porque, do ponto de vista do poder de compra real, com a diminuição da tarifa, mesmo que nominalmente menor, o salário real teria aumentado e conseqüentemente melhorado o padrão de vida da população. Por isso, argumenta Eugênio Gudin: “dizer que a tarifa aduaneira proibitiva (como a nossa atual) aumenta o volume do emprego, eleva os salários e melhora o padrão de vida do povo, é absolutamente falso”⁸⁶.

O grande “curinga” para o desenvolvimento do Brasil seriam as atividades econômicas destinadas às exportações, porque para Gudin “só se exporta o que se produz bem” e também a partir das exportações pode-se escolher com liberdade o que se deseja importar.

A exportação tem como objetivo a ser colimado “prover recursos para a importação”, isto é, trazer a quantidade de dinheiro necessária para satisfazer a necessidade de consumo interna que não temos como, comparativamente, produzir com vantagens maiores do que as do país do qual importamos esta mercadoria. Em contrapartida, ao nos especializarmos em produzir bem aquilo que temos maiores vantagens comparativas, nos

⁸⁵ Idem, op. cit., p.158.

⁸⁶ Idem, op. cit., p.190.

fortalecemos e nos beneficiamos no comércio internacional em nossa relação de troca. Por isso, o protecionismo, em toda a análise de Eugênio Gudín, tem de ser combatido.

Entre produzirmos internamente o que importávamos ou continuar as nossas atividades voltadas para a exportação, para nosso autor, a segunda alternativa é a mais correta, pois “devotando recursos e energias a ‘não importar’, não devemos admirar-nos de que as exportações mingüem e com elas os dólares, já que não é possível utilizar os recursos disponíveis na produção para exportação e na produção para substituir o importado. Ou uma coisa ou outra”⁸⁷. Então, para Gudín, a melhor maneira de se “fabricar dólares” é através da exportação.

O protecionismo é o grande mal a ser combatido porque ele fere diretamente a lei das “vantagens comparativas”, impedindo o país de se beneficiar no comércio internacional através das vantagens naturais que possui em relação a outras nações. Por isso, Gudín é categórico ao afirmar que a grande utilidade do comércio internacional é a de permitir a uma nação aproveitar as vantagens de que goza para a produção de determinada mercadoria. Exemplificando diz: “os Estados Unidos aproveitam de nossas boas condições para produzir café, e nós das vantagens que eles têm na produção de maquinaria. Ambos ganham, e muito, com as trocas”⁸⁸.

Eugênio Gudín, quando em 1944 participou como delegado brasileiro na Conferência de Bretton Woods, preocupou-se sobremaneira com a necessidade de se estabelecer um organismo internacional que tivesse como objetivo estabilizar o preço dos produtos primários.

A preocupação com a estabilidade dos preços desses produtos se deve ao fato de Gudín identificar na flutuação desses preços um dos motivos também da Crise de 1929, pois, como os produtos primários possuem uma inelasticidade, sua demanda não varia com as flutuações de preços, os quais ao diminuir provocam uma piora na relação de trocas desses países.

A piora da relação de trocas dos países agrícolas, se num primeiro momento representa uma vantagem para os países industriais que vêem sua relação de troca melhorar, é ilusória, pois a diminuição das exportações dos países agrícolas acarreta a diminuição das exportações dos países industrializados, dado que diminui o poder aquisitivo das nações

⁸⁷ Idem, op. cit., p.169.

⁸⁸ Idem, op. cit., p.178.

agrário-exportadoras. O resultado é um excesso de produção nesses países que traz consigo um aumento do desemprego nas nações industrializadas.

Nesse sentido, a estabilidade dos preços dos produtos agrícolas beneficia no médio prazo os países industrializados, pois estes terão um mercado consumidor para seus produtos. Complementando a proposta do FMI e do BIRD, a delegação brasileira sugeria que se convocasse “uma Conferência das Nações Unidas e Associadas, a fim de apresentar recomendações destinadas a promover a estabilidade de preços das matérias-primas e produtos agrícolas, e assim contribuir para o maior desenvolvimento do comércio internacional”⁸⁹. Essa proposta da delegação brasileira não foi aprovada na Conferência.

Eugênio Gudín concordou com a criação tanto do FMI quanto do BIRD, principalmente do primeiro, por considerar que sua atuação para equacionar qualquer desequilíbrio momentâneo no Balanço de Pagamentos de um país funcionaria como funcionou a *City Londrina* no período do padrão-ouro, que quando um país tinha qualquer abalo em seu Balanço de Pagamentos, “os banqueiros de Londres socorriam os países que apresentavam déficits temporários, suprindo-lhes os créditos necessários para amortecer esses desequilíbrios, mantendo o nível de suas importações e estimulando suas exportações”⁹⁰.

O Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento também contava com o apoio de Eugênio Gudín, principalmente porque ao promover a reconstrução do aparelho econômico dos países devastados pela Guerra, também beneficiava os países da América Latina, pois “a reconstrução da Europa representará, para nós outros da América Latina, a restauração de uma grande parte de nossos mercados compradores e que ela seria também uma garantia de liberdade e estabilidade do comércio internacional”⁹¹. Para tal, necessário também se fazia, de acordo com Gudín, “a redução das tarifas alfandegárias dos grandes países credores e moderação do protecionismo nos demais países”⁹².

Apesar de conhecer as dificuldades que apresentavam os países agrário-exportadores no comércio internacional devido à inelasticidade de seus produtos, Eugênio Gudín não defendia a industrialização como a forma de se resolver essa situação, pelo contrário, a solução estaria em se utilizar melhor os limitados fatores de produção

⁸⁹ Eugênio GUDÍN. *Ensaio sobre problemas econômicos da atualidade*. Op. cit., p.235.

⁹⁰ Idem, op. cit., p.142.

⁹¹ Idem, op. cit., p.196.

⁹² Idem, op. cit., p.213.

disponíveis nas atividades em que o Brasil levasse “vantagens comparativas” em relação a outras nações e, com a introdução posterior de novos métodos de produção, os quais propiciariam uma liberação dos fatores de produção, daí sim, a industrialização seria factível.

As influências teóricas de Gudin – Hayek, Viner e Haberler⁹³, principalmente – fizeram com que ele também se posicionasse contrário às idéias da CEPAL, no que tange à deterioração dos termos de troca e a Lei de Engel⁹⁴, pois não via a industrialização como a panacéia; bastava que houvesse um organismo internacional que controlasse as oscilações dos preços dos produtos agrícolas que o desequilíbrio seria eliminado e os benefícios colhidos tanto pelos países agrário-exportadores, quanto pelos países industrializados. Por isso, argumentava Eugênio Gudin:

“O que na realidade se verifica e que todo o mundo sabe é que em fases de prosperidade os preços dos produtos agrícolas sobem mais do que os preços dos produtos industriais e que nas fases de depressão, dá-se o contrário. Mas aí, nas fases de depressão, tanto sofrem os países agrícolas como os industriais; as moléstias é que são diferentes. Os países agrícolas

⁹³ Eugênio Gudin identificou-se com o pensamento de Viner e Haberler, dois livre-cambistas de sua época, com os quais manteve ainda amizade pessoal, de acordo com Bielschowsky “os livros desses dois economistas são considerados grandes obras de reavaliação e sustentação do princípio clássico da divisão internacional do trabalho. Procuram os autores preservá-lo, levando em conta a existência de ciclos econômicos e procedendo a uma discussão sistemática da validade do livre-cambismo frente a argumentos protecionistas. Gudin encontrou nessas obras o suporte teórico ideal para seu posicionamento em relação à questão central do debate desenvolvimentista dos anos 40 e 50, isto é, as políticas econômicas de apoio à industrialização. Mas não era um mero repetidor de argumentos. Longe disso, foi sobretudo nessa área analítica que exibiu sua criatividade. Viner e Haberler escreveram com a atenção voltada essencialmente para as economias desenvolvidas, a não ser em fase mais adiantada, já no início dos anos 50, e inclusive sob o estímulo do próprio Gudin. Este, por sua vez, teve a originalidade de repensar o livre-cambismo pela ótica especial dos países subdesenvolvidos. Dificilmente outro economista liberal de países atrasados terá feito, em plena década de 40, um esforço tão consistente como o de Gudin para readaptar os postulados clássicos às economias subdesenvolvidas”. Ricardo BIELSCHOWSKY. *Pensamento Econômico Brasileiro - o ciclo ideológico do desenvolvimentismo: 1930-1964*. Op. cit., p.41. Complementa Chacel que “a simpatia e atração pelo neoliberalismo transformou-se em sólida amizade que o passar do tempo só fez cimentar mais e mais com o professor Gottfried Haberler. Amizade que se estendeu, penso que através do próprio Haberler, ao eminente teórico do comércio internacional Jacob Viner. Não tenho a menor dúvida de que Viner exerceu grande influência sobre o espírito de Gudin com força de sua mente analítica, artífice que era da teoria econômica. À época, princípio dos anos 50, Gudin estava encantado pelas idéias de Raul Prebisch, por quem nutria grande respeito, desde os tempos em que este ocupara a presidência do Banco Central da República da Argentina. Jacob Viner, que tinha vindo ao Rio de Janeiro para dar um ciclo de conferências, refutou, um a um, os argumentos de Prebisch sobre a deterioração secular das relações de troca e conquistou em definitivo a mente lógica de Gudin”. Julian CHACEL. Eugênio Gudin – o professor. In: Alexandre KAFKA. Et alli. *Gudin visto por seus contemporâneos*. Op. cit., p.38. Viner argumenta contra a identificação de que a agricultura é sinônimo de pobreza e a indústria sinônimo de riqueza, afirmando que “a causa da pobreza não era a agricultura nem a ausência de industrialização, mas a baixa produtividade. A gradual evolução da estrutura econômica, passando das atividades primárias para as secundárias, é consequência, e não causa, do crescimento do padrão de vida”. Alexandre KAFKA. Dr. Gudin e o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. Idem. Et alli. *Gudin visto por seus contemporâneos*. Op. cit., p.55.

⁹⁴ Essa Lei diz que à medida que o indivíduo melhora de padrão de vida, isto é, sua renda real, reduz-se a cota-parte de sua despesa destinada à alimentação, com isso, ele passa a gastar uma maior proporção de sua renda com outros produtos que não os agrícolas.

sofrem de baixa de preços (não de volume de produção) e os países industriais sofrem de desemprego”⁹⁵.

Essa lógica de Gudin está parametrada em sua defesa da agricultura, que o tornará um combatente obstinado da industrialização, condenando qualquer política industrialista promovida pelo Estado. Atacava as desvalorizações cambiais, o regime de licença-prévia, como o estipulado em 1945, e as políticas protecionistas que priorizassem seu desenvolvimento. Daí a polêmica que o opôs a Roberto Simonsen, em razão das suas propostas de desenvolvimento e aumento da renda nacional através da industrialização. Após a morte de Simonsen, continuará debatendo com a CEPAL.

⁹⁵ Eugênio GUDIN. *Análise de problemas brasileiros (coletânea de artigos – 1958-1964)*. Rio de Janeiro: Agir, 1965, p.192.

CAPÍTULO II: O Protecționismo

II.1. Antecedentes Teóricos do Protecionismo

No debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin à luz do protecionismo, é evidente a influência de Georg Friedrich List e Mihail Manoilescu⁹⁶, que defenderam a necessidade de medidas protecionistas para o desenvolvimento dos países que ainda se encontravam atrasados na implantação de suas indústrias, principalmente por considerarem que os países industrializados são mais ricos em relação aos países agrícolas, pois a indústria é considerada uma atividade superior e menos sensível às vicissitudes do comércio internacional. A influência direta desses dois autores, um alemão e um romeno, nos leva a fazer uma incursão por suas obras, escritas em diferentes momentos da constituição do capitalismo, mas que, entretanto, foram retomadas nos debates realizados entre nossos autores.

⁹⁶ De acordo com Ricardo BIELSCHOWSKY. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p.87, “como fundamentação para o protecionismo, ao lado da idéia de que a maioria das nações empregava tarifas elevadas, Simonsen mencionava dois argumentos. Primeiro lançava mão de List e do conceito de indústria infante(...). Segundo, mencionava entusiasticamente a argumentação de Manoilescu, que teria mostrado ‘os fundamentos científicos do protecionismo’. Reitera ainda o autor que, em relação ao protecionismo, Gudin aceita o argumento da indústria infante. “Defendia, porém, uma redução dos níveis tarifários e dos prazos de sua aplicação vigentes no Brasil, bem como uma melhor seleção das indústrias a proteger”. BIELSCHOWSKY, op. cit., p.56.

II.1.1. O Protecionismo de Georg Friedrich List

O principal trabalho de Georg Friedrich List, *Sistema Nacional de Economia Política*, reflete seu interesse no desenvolvimento econômico da Alemanha à luz das transformações que estavam ocorrendo nos Estados Unidos, cuja experiência vivenciou de modo direto. Sua preocupação central era a consolidação da nação, processo que na sua concepção estava intrinsecamente ligado à formação de um mercado nacional. Este objetivo seria alcançável através da abolição de tarifas internas e da execução de uma política tarifária que apoiasse o desenvolvimento das manufaturas. Esse protecionismo tarifário das manufaturas teria indiretamente um efeito positivo sobre o desenvolvimento da agricultura, tornando harmonioso o crescimento econômico.

O autor alemão, na sua obra, contrariava frontalmente a teoria vigente que propugnava que o livre comércio e a não participação do Estado em assuntos econômicos, a não ser em situações bastante específicas, seriam a melhor forma das nações alcançarem o seu desenvolvimento, respeitando suas “condições naturais”, teoria esta alicerçada na “Lei das Vantagens Comparativas”. Defendia que a instalação das manufaturas, através da participação ativa do Estado e de acordo com o grau de evolução de cada nação, era condição *sine qua non* para seu desenvolvimento.

Apesar de ter vivido até 1846, a influência exercida pela sua obra não se encerra com sua vida, pois influenciou naquele século e no século seguinte muitos teóricos e práticos que defendiam a industrialização a partir de medidas protetoras promovidas pelo Estado⁹⁷. Essa influência é evidente no pensamento da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), inaugurada em 1948. Contudo, antes de influenciar a CEPAL, serviu como um dos sustentáculos teóricos para a argumentação de Roberto Simonsen em defesa do protecionismo no debate travado com Eugênio Gudin.

Diferentemente da CEPAL, Simonsen explicita o papel de List em sua formação, tornando obrigatório seu estudo para se discutir o protecionismo e como as nações dele se utilizaram para se desenvolver, mesmo depois de um século da publicação de sua obra. Se Cristovam Buarque se indigna com o fato de List, apesar da importância de sua teoria e de sua utilização na formação do pensamento da CEPAL, ter-se mantido “marginalmente citado”, essa crítica não encontra respaldo na obra de Roberto Simonsen.

Para elaborar sua teoria, List adotou uma perspectiva histórica e baseou-se principalmente na história dos países industrializados, que acredita demonstrar só haver um caminho para o desenvolvimento: o protecionismo estatal.

Cristovam Buarque credita três fatos presenciados por List como determinantes em sua vida. Por ter nascido numa Alemanha semi-feudal, “pôde crescer e formar-se ao mesmo tempo em que o capitalismo se consolidava; a Inglaterra fortalecia sua posição de nação economicamente mais desenvolvida; e nas Américas os Estados Unidos se afirmavam como nação moderna”⁹⁸.

O contato de List com a América do Norte deu-se após sua expulsão da Alemanha, devido a seus escritos defendendo a unidade do Estado Alemão, a industrialização, medidas protecionistas e a moralização na administração pública, depois de eleito em 1819, deputado no Parlamento alemão⁹⁹. Nos Estados Unidos, pôde fortalecer seus pressupostos.

⁹⁷ De acordo com Benedicto Nascimento, “percebe-se que países que ultrapassaram o estágio de subdesenvolvimento para tornarem-se parte do Mundo Central, como a Alemanha, Itália e Japão, aplicaram uma política econômica semelhante àquela preconizada no Sistema Nacional. Do mesmo modo que influenciou esses países, onde despontou uma firme vontade de se desenvolver, fortes traços dessa doutrina podem ser percebidos em autores brasileiros como Humberto Bastos e Roberto Simonsen e no desenvolvimento da CEPAL, que afetou tantos outros, como foi o caso de Celso Furtado, por exemplo”. Benedicto Heloiz NASCIMENTO. O Desenvolvimento no Sistema Nacional de Economia Política de Frederico List. In: *IV Congresso Brasileiro de História Econômica*. São Paulo, 2 a 5 de Setembro de 2001, pp.14-5.

⁹⁸ Cristovam BUARQUE. Apresentação. In: Georg Friedrich LIST. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, p.VIII.

⁹⁹ List “pouco satisfeito com a administração dos negócios públicos, entrou a dirigir críticas ao governo, pleiteando reformas nos métodos e na sua orientação. Esta oposição lhe acarretou o desfavor das autoridades. Em 1822, vítima de

Teve contato com os defensores do protecionismo como medida de desenvolvimento da nação, principalmente Hamilton, que defendia o protecionismo às indústrias que estavam a se instalar sob a alegação de que alguns países da Europa também se utilizavam desse expediente.

Nos Estados Unidos, havia um intenso debate sobre a viabilidade de se adotar uma política protecionista; o Norte do país defendia a proteção, e o Sul posicionava-se contrário. List, presente nessa discussão, contrapõe-se ao livre-comércio e “inicia sua atividade de militante no processo de formulação nos destinos da economia Norte-Americana”¹⁰⁰. Escreve nos Estados Unidos alguns trabalhos defendendo o protecionismo e, em 1830, retorna à Europa.

O autor alemão, com a experiência vivenciada nos Estados Unidos, reforça seu descontentamento com a teoria vigente, que propugna o princípio da liberdade de comércio para todas as nações, independentemente do grau de desenvolvimento em que estiverem. Em suas palavras:

“Percebi claramente que a livre concorrência entre duas nações altamente civilizadas só pode ser mutuamente benéfica no caso de ambas estarem em grau de desenvolvimento industrial mais ou menos igual, ao contrário, qualquer nação, em razão de reveses, estiver atrasada em relação a outras, do ponto de vista industrial, comercial e naval, embora possua os meios mentais e materiais para desenvolver-se, deve antes de tudo aumentar e consolidar seus próprios poderes individuais para aparelhar-se e entrar na livre concorrência com nações mais evoluídas(...)”¹⁰¹.

A livre concorrência apenas se torna factível, então, a partir do momento em que a nação desenvolve seu potencial manufatureiro. O país que, naquele momento, encontrava-se mais desenvolvido industrialmente, havia adotado uma intensa política protecionista. Contudo, depois de alcançar esse desenvolvimento, passou a defender o livre-comércio, pois possuía uma situação de superioridade em relação às demais nações e beneficiar-se-ia com o livre-cambismo. Apesar de não admitir, a Inglaterra, para desenvolver sua indústria, colocou-a sob a proteção de seu sistema alfandegário e:

intrigas, foi encarcerado, permanecendo preso durante dez meses. Só recuperou a liberdade com a promessa de emigrar para a América”. S. HARCOURT-RIVINGTON. Friedrich List, Genitor do Nacionalismo Econômico. In: *Digesto Econômico*. Ano II, Nº 21, Agosto de 1946, p.77.

¹⁰⁰ BUARQUE, op. cit, p.XI.

¹⁰¹ Georg Friedrich LIST. “A História”. In: *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983, pp.3-4.

“uma vez de posse dos diversos ramos industriais, a Inglaterra dispensou-lhes seu cuidado e atenção, tratando-os como se trata de uma árvore recém plantada que exige apoio e cuidado. Se alguém ainda não estiver convencido de que, por meio da diligência, da habilidade e da economia, todo e qualquer ramo da indústria pode e deve tornar-se lucrativo com o correr do tempo – que em qualquer nação já avançada na agricultura e na civilização, utilizando um protecionismo, sua manufatura nascente, por mais defeituosa e caros que possam ser, de início seus produtos, pode, pela prática, pela experiência e pela competição interna posteriormente igualar sob todos os aspectos a perfeição dos produtos mais antigos de seus concorrentes estrangeiros; se alguém ignorar que o êxito de determinado ramo da indústria está em função do êxito de vários outros setores; ou se alguém ignorar até onde um país pode desenvolver suas forças produtivas, se cuidar para que cada geração sucessiva continue o trabalho industrial a partir do ponto em que o deixarem as gerações anteriores – todas essas pessoas devem primeiramente estudar a história da indústria inglesa, antes de aventurar-se a elaborar sistemas teóricos, ou a aconselhar estadistas práticos que têm em suas mãos o poder de promover a prosperidade ou a infelicidade das nações”¹⁰².

Desenvolvida em suas manufaturas, queria a Inglaterra um comércio em livre-concorrência, ocultando a verdadeira política que adotou para alcançar seu extraordinário parque industrial, para que nenhuma nação a copiasse e concorresse com ela em condições de igualdade. Para tanto, utiliza-se, agora, das teorias vigentes que cumprem o papel de obscurecer o procedimento utilizado por ela para se desenvolver.

Para List, a Inglaterra, consciente de que quando dois países se mantêm em regime de livre comércio, adquire supremacia o país que vender bens manufaturados, caindo à posição de dependência aquele que apenas vender produtos agrícolas, proibiu suas colônias norte-americanas de fabricar qualquer bem manufaturado.

Para se ter uma idéia da política estabelecida pela Inglaterra em relação às suas colônias, temos o caso das colônias inglesas na América do Norte que foram vítimas da política de proibição de implantação de manufaturas, chegando-se à seguinte situação:

“no que tange ao comércio e à indústria, as colônias norte-americanas foram mantidas pela Inglaterra em um estado de servidão e dependência tão grandes, que não lhes era permitido manufaturar qualquer artigo, além dos estritamente de uso doméstico e os de artesanato. Ainda no ano de 1750, a existência de uma manufatura de chapéus no Estado de Massachusetts constituiu tal sensação e despertou ciúme tão grande no Parlamento Inglês, que este taxou qualquer tipo de manufatura como ‘transtornos comuns’(...). Em 1770, Chatham, irritado com as primeiras tentativas manufatureiras dos habitantes da Nova

¹⁰² LIST, op. cit., p.33.

Inglaterra declarou que não devia permitir às colônias manufaturar sequer um cravo para ferradura”¹⁰³

Esse monopólio de toda a indústria manufatureira constitui uma das causas principais da independência dessas colônias. Com a independência dos Estados Unidos, estes perceberam a necessidade de ter a manufatura próxima à agricultura. De acordo com List:

“os norte-americanos haviam a muito aprendido da experiência que a agricultura não pode atingir um estado elevado de prosperidade se não assegurar para o futuro a troca de produtos agrícolas por artigos manufaturados; que, ao contrário, quando o agricultor vive na América e o manufator vive na Inglaterra, tal intercâmbio não raro é interrompido por guerras, crises comerciais ou por tarifas alfandegárias estrangeiras, e, por conseguinte, se quisermos que o bem-estar nacional repouse sobre fundamentos seguros, ‘o manufator deve vir a estabelecer-se bem próximo do agricultor’, para usar as palavras de Jefferson”¹⁰⁴.

Não fosse essa política dos Estados Unidos, de imporem restrições à importação de produtos manufaturados e proteger sua indústria nacional¹⁰⁵, eles nunca teriam conseguido manter com sucesso uma produção manufatureira, além do que, se ficassem restritos à produção agrícola, as crises comerciais seriam intensas nessa nação em função de qualquer restrição que pudesse haver à sua produção.

Embasado na história, List irá contrapor-se à argumentação das teorias que defendem o livre comércio, demonstrando que este apenas se torna harmônico a partir do momento em que as nações que dele participam possam competir em condições de igualdade, isto é, após terem protegido seu mercado da concorrência estrangeira e desenvolvido sua manufatura. Nas palavras do autor:

“o sistema protecionista, na medida em que constitui a única maneira de colocar as nações ainda atrasadas em pé de igualdade com a nação predominante, esse sistema protecionista, considerando sob este ponto de vista, apresenta-se como meio mais eficaz para fomentar a

¹⁰³ LIST, op. cit., p.73. No Brasil colônia houve em 1785 o alvará de D. Maria I, que proibia o estabelecimento de manufaturas. Este alvará apenas foi revogado em 1808 com a chegada na colônia de D. João VI.

¹⁰⁴ LIST, op. cit., p.78.

¹⁰⁵ Cabe ressaltar que esta política protecionista não se deu de forma harmônica e pronta, pois foi “somente no ano de 1824, depois que os efeitos das leis inglesas sobre importação de cereais manifestaram-se em toda a extensão de sua insensata tendência – obrigando assim o interesse agrícola dos Estados centrais, do norte e do oeste a aliarem-se aos interesses da atividade manufatureira -, que o Congresso aprovou taxas alfandegárias pouco elevadas. Mesmo essa elevação demonstrou-se insuficiente, razão pela qual o Congresso aprovou, em 1828, tarifas ainda superiores, depois, aliás, de debates violentos”. LIST, Idem, Ibidem.

união final das nações, e, portanto, também promover a verdadeira liberdade de comércio”¹⁰⁶.

O desenvolvimento manufatureiro, através de uma política protecionista, é imprescindível para o próprio desenvolvimento da agricultura que só tende a beneficiar-se, pois em uma nação,

“a força agrícola de produção é tanto maior, quanto mais intimamente uma capacidade manufatureira, desenvolvida em todos os ramos, estiver unida local, comercial e politicamente à agricultura. Na proporção em que a capacidade manufatureira for assim desenvolvida, também se desenvolverão a divisão das operações comerciais e a cooperação das forças produtivas na agricultura, atingindo o mais alto estágio de perfeição”¹⁰⁷.

Para o fortalecimento da manufatura e conseqüentemente da agricultura, o desenvolvimento do mercado interno é essencial, dado que ele permite não ficar dependente das vicissitudes do comércio internacional, que podem, de uma hora para outra, interromper a compra dos produtos agrícolas e dificultar a venda de produtos manufaturados para os países agrícolas. O desenvolvimento manufatureiro em nações que já tenham alcançado um determinado progresso se faz então necessário mesmo que em detrimento do comércio exterior. De acordo com o autor alemão:

“uma nação que já cresceu consideravelmente em civilização, em aquisição de capital e população, verá que o desenvolvimento de um poderio manufatureiro próprio é infinitamente mais benéfico à agricultura do que o comércio exterior mais florescente poderia ser sem tais manufaturas; porque desta forma ela se assegura contra todas as flutuações às quais pode estar exposta em virtude de guerras, de restrições externas ao comércio e de crises comerciais(...); porque auferes as maiores vantagens das melhorias de transportes geradas pela sua própria atividade manufatureira, enquanto, pela mesma coisa, será desenvolvida uma série de forças pessoais e naturais até agora não utilizadas; e, sobretudo porque o intercâmbio recíproco entre o poderio manufatureiro e o poderio agrícola é tanto maior quanto mais perto o agricultor e o manufator estiverem um do outro, e quanto menos estiverem sujeitos a serem interrompidos por acidentes de toda espécie no intercâmbio de vários produtos”¹⁰⁸.

Evidenciando-se que a agricultura e a manufatura de uma nação são interdependentes, uma nação que só possui agricultura é equivalente a um indivíduo que

¹⁰⁶ Georg Friedrich LIST. “A Teoria”. In: *Sistema Nacional de Economia Política*. Op. cit., p.93.

¹⁰⁷ LIST, op. cit., p.109.

¹⁰⁸ LIST, op. cit., p.111.

tem “um só braço”¹⁰⁹, e necessário se faz o desenvolvimento da manufatura. Para conseguir esse desenvolvimento, que é a condição fundamental de toda a prosperidade nacional duradoura, List mostrará, diferentemente de Smith, a necessidade que há de o Estado promover certas limitações e orientar as atividades privadas, pois:

“o Estado não só tem o direito, mas também o dever de impor certas normas e restrições ao comércio, na salvaguarda dos interesses superiores da nação. Com as proibições e as taxas protecionistas, o Estado não orienta os indivíduos sobre como empregar suas forças produtivas e seu capital(...), o Estado deixa a critério de cada indivíduo como e onde deve investir seu capital, ou que profissão deve abraçar. Diz apenas: ‘é vantajoso para a nossa nação que nós mesmos produzamos esses ou aqueles artigos; mas, já que pela livre concorrência com países estrangeiros jamais poderemos obter essa vantagem, impusemos restrições a tal concorrência, pois em nosso ponto de vista é necessário proporcionar àqueles nossos concidadãos que investem seu capital nesses novos setores da indústria e àqueles que consagram suas forças corporais intelectuais a isso, às necessárias garantias de que não perderão seu capital e não falharão à sua vocação na vida(...), Desta forma, o Estado não impõe restrição alguma ao trabalho privado, pelo contrário, assegura um campo maior e mais amplo de atividade aos recursos pessoais, financeiros e naturais”¹¹⁰.

Na situação em que o Estado não providencia uma ingerência para proteger determinadas atividades econômicas, a nação fica dependente dos regulamentos comerciais estrangeiros, o que acaba sendo maléfico para ela.

A argumentação de que as tarifas protecionistas punem os consumidores e que os preços são maiores e a qualidade inferior às mercadorias importadas é equivocada para List, dado que:

“a competição interna e a garantia contra a concorrência destrutiva do exterior produziu esse milagre, que a escola popular desconhece totalmente e do qual nada quer saber. Portanto, não é verdade o que afirma a escola popular, ou seja, que as taxas protecionistas aumentam o preço dos produtos nacionais na mesma proporção que a porcentagem da respectiva taxa alfandegária. Por algum tempo, as taxas de importação podem aumentar o preço dos produtos nacionais na mesma proporção que a porcentagem da respectiva taxa alfandegária. Por algum tempo, as taxas de importação podem aumentar o preço, mas em toda nação que estiver qualificada para possuir uma atividade manufatureira própria a

¹⁰⁹ “Uma nação que troca produtos agrícolas por artigos manufaturados estrangeiros é um indivíduo com um braço só, sustentado por um braço estrangeiro. Este apoio pode ser-lhe útil, mas não tanto como se possuísse ele mesmo dois braços – isso porque sua atividade depende da vontade do estrangeiro. De posse de sua própria força manufatureira, a nação pode produzir tanto gêneros e matérias-primas quanto os manufatores do país podem consumir; ao passo que, se depender de manufatores estrangeiros, a nação só pode produzir medida de excedente de produtos que as nações estrangeiras não fazem questão de produzir para seu próprio consumo, e que, portanto são obrigadas a comprar de outro país”. LIST, op. cit., p.113.

¹¹⁰ LIST, op. cit., pp.117-8.

consequência do protecionismo será que a competição interna logo reduzirá os preços em um nível abaixo do vigente quando a importação era livre”¹¹¹.

List acusa os arautos da livre concorrência de não levar em consideração a diferença que há entre as nações, no que tange ao seu grau de desenvolvimento, e reitera que há uma evolução entre elas e, de acordo com o estágio de cada nação, elas devem adotar o livre cambismo ou o protecionismo¹¹².

Os países agrícolas precisam implementar a manufatura, além do que necessitam desenvolver seu mercado interno¹¹³, principalmente para seus produtos manufaturados, através de medidas restritivas. List insiste na superioridade da manufatura sobre a agricultura e como isso reflete de forma positiva para a população de uma nação, principalmente por aumentar seu nível de renda.

O grande problema para um país que permanece agrícola é o não aproveitamento de seus recursos naturais; entretanto, quando se estabelece o poderio manufatureiro em uma nação agrícola a situação torna-se completamente alterada, de acordo com o autor alemão:

“constróem-se estradas e ferrovias, escavam-se canais, os rios se tornam navegáveis, e criam-se linhas de navegação a vapor. Através desses meios, não somente são acionadas as forças de trabalho empregadas nessas atividades, não somente a população agrícola adquire a possibilidade de auferir um retorno infinitamente maior dos recursos naturais que possui, mas também são aproveitados e valorizados todos os minerais, todos os metais que no passado jaziam inaproveitados na terra. Produtos que até então não podiam ser transportados a uma distância superior a poucas milhas poderão agora ser distribuídos em todo o reino. Em consequência tais produtos, até agora de pouco valor, poderão assumir um

¹¹¹ Georg Friedrich LIST. As Políticas. In: *Sistema Nacional de Economia Política*. Op. cit., p.262.

¹¹² Para o autor, estes estágios evolutivos são os seguintes: “barbárie inicial, estágio pastoril, estágio agrícola, estágio agromanufatureiro e estágio agromanufatureiro-comercial”. Desta forma, “quanto menos desenvolvida for a agricultura de um país, e mais seu comércio exterior precisar de oportunidades de trocar matérias-primas por artigos manufaturados estrangeiros; quanto mais a nação está mergulhada na barbárie e quanto mais for tributária de um sistema de governo e de legislação monárquico absoluto, tanto mais o livre cambismo (exportando produtos agrícolas e importando manufaturados) promoverá sua prosperidade e sua civilização”. Ao contrário, “quanto mais desenvolvido estiver a agricultura de uma nação, quanto mais desenvolvida estiverem suas condições industriais, sociais, políticas e municipais, tanto menos vantagem auferirá, para o aperfeiçoamento de sua condição social, do intercâmbio de seus produtos agrícolas e de suas matérias-primas por artigos manufaturados estrangeiros, e tanto maiores serão as desvantagens que terá com a forte concorrência de uma força manufatureira maior que a sua”. Somente neste último caso seria justificável a adoção de um protecionismo, e este protecionismo não seria para sempre, pois essa “medida é justificável somente até o momento em que essa força manufatureira for suficientemente forte para não mais temer a concorrência estrangeira; e daí em diante até quando ela for para defender e proteger a força manufatureira interna em suas próprias raízes”. LIST, A Teoria, op. cit., p.125.

¹¹³ Os ganhos auferidos por uma nação que se apossa inteiramente de seu mercado interno para seus produtos manufaturados são enormes, “pois uma nação que produz manufaturas para si mesma, e que está perfeitamente desenvolvida em suas condições econômicas, se torna proporcionalmente mais rica e populosa e, conseqüentemente, terá condições de consumir uma quantidade de artigos manufaturados muito maior do que poderia importar enquanto seu suprimento dependia de uma nação industrial estrangeira”. LIST, op. cit., pp.132-3.

grau de importância nos retornos estatísticos da produção nacional, que ultrapassa de longe o total de toda a produção agrícola em épocas anteriores”¹¹⁴.

Diferentemente da manufatura que está a se instalar num país devido a restrições ao comércio internacional, isto é, de medidas protecionistas, às matérias-primas tem que se dar a máxima liberdade de comércio, em qualquer circunstância, pois:

“a restrição de matérias-primas impede a utilização dos recursos e das forças naturais de um país, as restrições impostas à importação de bens manufaturados, ao contrário, fazem surgir e atuar (no caso de um país populoso e já bem adiantado na agricultura e no processo de civilização) uma grande quantidade de forças naturais que, em um país puramente agrícola, permanece sempre ociosa e inativa. Se, por um lado, as restrições à importação de matérias-primas constituem um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas do país, não somente das manufatureiras, mas também das agrícolas, por outro lado, uma força produtiva manufatureira interna, gerada por restrições à importação de manufaturas de fora, estimula o conjunto das forças produtivas agrícolas de um país a um grau que jamais o comércio externo mais florescente conseguirá igualar(...). Em resumo, tanto a história quanto as estatísticas provam a veracidade das afirmações dos ministros do rei Jorge I: as nações são tanto mais ricas e poderosas, quanto mais exportarem bens manufaturados, e quanto mais importarem meios de subsistência e matérias-primas”¹¹⁵.

List faz uma indagação: “por que as leis protecionistas influem tão poderosamente sobre o aumento da riqueza nacional?”. Em seguida responde: “deve-se isso, sobretudo, à circunstância de que tantos recursos e forças naturais são convertidos pela produção manufatureira em capital produtivo(...). Trata-se de forças e recursos naturais que, de outra forma, permaneceriam inproveitados – forças e recursos que uma nação agrícola pode ativar e valorizar, implantando uma produção manufatureira própria”¹¹⁶

A adoção da tarifa protecionista tem de obedecer às especificidades de cada nação, pois não existem tarifas altas, nem tampouco baixas; o que existe é a necessidade de garantir que a manufatura tenha condições de se desenvolver, proibindo neste estágio a concorrência com a manufatura estrangeira, nas palavras de List:

“o protecionismo pode ser alcançado proibindo sistematicamente a importação de certos artigos manufaturados, impondo taxas tão altas que praticamente equivalem a proibição, ou impondo taxas mais moderadas. Nenhuma dessas modalidades é invariavelmente benéfica, nenhuma é invariavelmente perniciosa, pois só se poderá definir qual das medidas é mais

¹¹⁴ LIST, op. cit., p.146.

¹¹⁵ LIST, op. cit., p.149.

¹¹⁶ LIST, op. cit., p.150.

acertada, em função das circunstâncias específicas do respectivo país e da condição em que se encontra sua indústria”¹¹⁷.

List, em suas argumentações reitera a necessidade do desenvolvimento industrial de uma nação, através de uma política protecionista. Não é à toa que influenciou de forma direta o debate nas nações ainda não desenvolvidas. Esta influência estende-se ao caso do Brasil, principalmente nas argumentações de Roberto Simonsen, as quais Eugênio Gudin não consegue refutar prontamente. Inclusive, Gudin concordará que a indústria que está a se instalar deve aproveitar-se de um protecionismo até atingir uma situação em que possa competir em condição de igualdade com as indústrias de outros países, mas enquanto Simonsen chama a atenção para a falta de um protecionismo no Brasil, Gudin acusará os abusos desse protecionismo.

Apesar da importância e da relevância de Georg Friedrich List, Mihail Manoilescu que escreverá bem depois de List, já no século XX, tentará mostrar as falhas da sua teoria, para promover o que ele chama uma “teoria científica do protecionismo”. Manoilescu não concorda com a defesa de List de um protecionismo limitado no tempo e no grau de taxaço e defenderá que para algumas indústrias um protecionismo da ordem de 10%, por exemplo, pode ser muito e para outras, um protecionismo de 200% pode ser baixo, ou seja, “não existe limite que se possa impor, *a priori*, à proteção”.

¹¹⁷ LIST, op. cit., pp.207-8. Contudo, apesar dessa afirmação, o autor adiante esclarece que “à guisa de norma geral, pode-se supor que onde não se puder implantar uma indústria técnica com uma proteção inicial de 40 a 60%, e esta não puder se manter com uma proteção contínua de 20 a 30%, ali faltam as condições fundamentais de uma força manufatureira”. LIST, op. cit., p.210.

II.1.2. O Protecionismo Científico de Mihail Manoilescu

Mihail Manoilescu, que no ano de publicação de sua obra no Brasil exercia o cargo de Ministro da Indústria e Comércio da Romênia, tem como objetivo construir uma Teoria Científica do Protecionismo, de forma a mostrar sua necessidade e viabilidade para todos os países. Roberto Simonsen, muitas vezes se remete também ao autor romeno para justificar a necessidade de se adotar no Brasil uma política protecionista. Diferentemente de Simonsen, Eugênio Gudín questionará as bases “científicas” desta obra, usada, segundo ele, como uma “Bíblia” no Brasil.

Ao construir sua teoria científica do protecionismo, Manoilescu critica os autores que defendiam o livre comércio, dentre eles Adam Smith e David Ricardo. Estende ainda suas críticas a Georg Friedrich List, por ter dado “espaço” para os defensores do “livre-cambismo” que se utilizaram da sua teoria, principalmente para defender um período limitado de proteção, o período de infância da indústria, caracterizando assim o protecionismo como uma situação de exceção. Outra crítica que faz a List é a de que:

“ele recomendou às nações muito pobres ou muito atrasadas, e para as quais seria prematura a educação industrial, que se limitassem ao livre câmbio – que constitui a fase primária e elementar da educação econômica. Esta reserva de List não tem justificativa. Mesmo nos graus mais incipientes de civilização, existem indústrias elementares que

podem nascer e cuja produtividade – por mais fraca que seja – é maior do que a produtividade média muito reduzida, para um país tão pouco adiantado”¹¹⁸.

Manoilescu esclarece que, “como fato social, o protecionismo representa um dos mais consideráveis fenômenos da vida moderna”, constituindo-se um fato muito geral, excessivamente duradouro e constante. Desta forma, “os fatores permanentes e gerais da vida moderna, que produzem o fenômeno protecionista, deveriam ser descobertos e revelados. Essa é sua principal missão – dar ao protecionismo um caráter científico, cabendo ao Estado levar adiante essas medidas necessárias para o desenvolvimento da nação.

Como as teorias protecionistas são insuficientes, restritas, e os protecionistas modernos precisam recorrer a List, faz falta uma teoria científica do protecionismo para que este não seja mais refutado e, quando instaurado, não o seja de forma passageira, e sim com clareza de quais ramos da economia necessitam, de fato, de uma proteção.

A falta de uma teoria protecionista científica, além de fazer com que as tarifas aduaneiras, as subvenções e outras vantagens protecionistas sejam feitas arbitrariamente e de forma passageira, traz três outros problemas, de acordo com o autor romeno, quais sejam:

- 1- Primeiro não se sabe quando a proteção deve começar e quando deve acabar. [Para] a doutrina de List, ela deve ser retirada logo que uma indústria tenha saído da ‘infância’. Mas, como notam todos os autores, as indústrias nunca confessam que já atingiram a idade adulta (...);
- 2- Não só a duração que devemos dar à proteção permanece indeterminada, de acordo com as teorias atuais, mas ainda não se fixou o limite de proteção (...) e;
- 3- Enfim, os dados da ciência de hoje não nos dizem nem mesmo a que ramos da produção deve-se conceder proteção e que ramos devem ser abandonados na luta aberta contra a concorrência mundial¹¹⁹.

Muitos dos erros da economia política se devem ao “desconhecimento da importância da qualidade do trabalho”, que redundam na questão da produtividade. Fazendo-

¹¹⁸ Mihail MANOILESCU. *Theoria do Protecionismo e da Permuta Internacional*. São Paulo: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1931, pp.324-5.

¹¹⁹ MANOILESCU, op. cit., p.24. A partir desta evidência urge a necessidade de uma teoria científica do protecionismo, pois “quando se souber qual é a vantagem precisa e direta, para o conjunto do país, de uma medida de proteção a favor de um ramo da produção; quando se puder medir esta vantagem e, por outro lado, o inconveniente que existe em renunciar-se à existência deste ramo por falta de proteção, só então nos será lícito determinar: 1º- quais os ramos de produção que é preciso proteger; 2º- qual a extensão desta produção; 3º- quanto tempo ela deve durar”. MANOILESCU, op. cit., p.27.

se uma distinção entre os países agrícolas e industriais, no que tange à produtividade, constata-se a superioridade dos países industriais em relação aos países agrícolas. Para elucidar essa superioridade, recorre Manoilescu ao exemplo dos Estados Unidos que “para realizar uma produção líquida de 1 dólar, a indústria carecia em 1909/1910 de ter empregado 2,2 dólares, enquanto que a agricultura necessitava de 6,6 dólares, ou seja, três vezes o que era necessário para a indústria”¹²⁰.

Para demonstrar as vantagens e o caráter científico do protecionismo, o debate será travado no “terreno” dos livre-cambistas, que é o econômico, e não no “terreno” em que List e outros defensores do protecionismo travaram o debate e defenderam o protecionismo, isto é, num “terreno” alheio ao econômico. Nas palavras de Manoilescu:

“A doutrina do livre-câmbio sempre pretendeu que existe uma vantagem direta e imediata em não criar obstáculos aduaneiros ao comércio internacional e que, pelo livre-câmbio, obtém-se uma ótima forma de produção e distribuição, forma que é caracterizada antes de mais nada pela barateza de todos os produtos. Assim sendo, os livre-cambistas sempre puseram em evidência as vantagens de ordem puramente econômica do seu sistema. Por outro lado, os protecionistas, sobretudo List, sempre puseram em evidência, a favor da sua doutrina, outros fatores mais ou menos estranhos aos fatores puramente econômicos(...). A nossa intenção e a nossa concepção são justamente de romper com a atual tradição protecionista e demonstrar com argumentos econômicos, visando exclusivamente os pontos de vista econômicos, o valor do protecionismo em determinadas condições. A nossa teoria se propõe, pois, pesquisar as vantagens econômicas, diretas e imediatas, de um protecionismo bem concebido e oportuno. Ela toma lugar no mesmo terreno que o livre-câmbio e neste mesmo terreno ela afirma, em dadas condições, resultados certos a favor da proteção”¹²¹.

Na Teoria do Comércio Internacional, é reconhecido o avanço conferido pela teoria de Adam Smith no que se refere ao princípio da divisão internacional do trabalho. Entretanto, para o autor, David Ricardo foi mais longe com o princípio da vantagem comparativa, principalmente porque discutiu no terreno estritamente econômico – “sem jogar os elementos de ordem política e social” -, conferindo-lhe um caráter científico¹²².

¹²⁰ MANOILESCO, op. cit., p.69.

¹²¹ MANOILESCO, op. cit., pp.86-7.

¹²² Nas palavras do autor romeno: “Adam Smith avançou o princípio da divisão internacional do trabalho, a qual estabelece que um país auferir vantagem do comércio internacional cada vez que ele importa uma mercadoria que não seria capaz de produzir senão em condições inferiores (a preços mais elevados) às do estrangeiro(...). Ricardo foi mais longe, provando o princípio que um país auferir uma vantagem do comércio internacional não só importando uma mercadoria em absoluta paridade com o estrangeiro, mas mesmo importando uma mercadoria em cuja produção ele leve vantagens ao estrangeiro, vantagens estas que não podem existir em relação a outras mercadorias. É o princípio da vantagem comparativa no comércio internacional”. MANOILESCO, op. cit., p.100.

A análise do Tratado de Methuen, realizado entre Portugal e Inglaterra em 1703, permite a Manoilescu formular uma crítica à teoria das vantagens comparativas de Ricardo. Por esse tratado ficou estabelecido que Portugal deveria produzir vinhos e exportá-los à Inglaterra que, em contrapartida, produziria panos e os exportaria para Portugal. Ricardo defendia que cada país estava se beneficiando com essa relação comercial, pois suas considerações são as seguintes, de acordo com Manoilescu:

- “I- Quando um país produz duas mercadorias, ambas em condições mais vantajosas que as do estrangeiro, mas a primeira com vantagem comparativamente maior do que a segunda é sempre preciso produzir a primeira e importar a segunda.
 II- Quando um país produz duas mercadorias, ambas em condições menos vantajosas que o estrangeiro, mas a primeira com uma desvantagem comparativamente maior do que a segunda é sempre preciso importar a primeira e produzir a segunda”¹²³.

Manoilescu discorda dessas duas conclusões às quais chega David Ricardo, pois não é através da superioridade comparativa da produção de vinhos e panos que se deve chegar às definições de produção e permuta entre cada nação, e sim pelo grau de produtividade das mercadorias, principalmente comparadas à média de produtividade de cada país. Ricardo averbava erroneamente que:

“na produção de uma mercadoria, cada vez que um país tem relativa superioridade sobre outro (uma vantagem relativa) isto é, uma superioridade maior do que a superioridade (vantagem) que ele tem na produção de outra mercadoria deve limitar-se a produzir exclusivamente a primeira mercadoria. É a vantagem comparativa que leva a palma. É – no entender de Ricardo – a comparação na produção de uma mesma mercadoria em dois países diferentes o fator decisivo e não a comparação de duas mercadorias diferentes no mesmo país. Com isso, acreditou [Ricardo] erroneamente que era preciso concentrar-se nas atividades que reinam uma superioridade comparativa em face do estrangeiro, quando é necessário concentrar-se nas atividades que representam maiores produtividades absolutas(...). Se um país (como Portugal) produzir duas mercadorias diferentes, tendo dois graus de produtividade muito diferentes, é para ele proveitoso renunciar a produzir a mercadoria suscetível de pequena produtividade, ainda mesmo que a primeira mercadoria fosse produzida em condições comparativamente superiores às do estrangeiro”¹²⁴.

Portugal leva vantagem tanto na produção de vinho quanto na produção de pano em relação à Inglaterra. Contudo, constatado por Ricardo que a vantagem na produção de vinho era superior à vantagem na produção de pano português (comparando-se vinho com

¹²³ MANOILESCO, op. cit., p.109.

¹²⁴ MANOILESCO, op. cit., pp.116-24.

vinho e pano com pano), conclui pelo benefício do acordo tanto para Portugal quanto para a Inglaterra.

O autor romeno defende, diferentemente, que não é vantagem para Portugal abandonar a sua produção de panos, deixando-se seduzir pela vantagem comparativa da produção de vinho. Devem, os dois países, continuar a produzir panos, principalmente devido à superioridade da indústria em relação à agricultura. Em seus estudos de produtividade, chega Manoilescu à seguinte constatação: “os produtos industriais comportam uma produtividade considerável, em média duas vezes maior, e mesmo mais, do que a produtividade dos produtos agrícolas. Assim sendo, a superioridade intrínseca (qualitativa) da indústria é da ordem de 2 e mais”¹²⁵.

A mensuração da produtividade é que vai definir se é ou não vantajoso para um país produzir determinada mercadoria ou importá-la do estrangeiro, principalmente a produtividade média desse país. Pode ocorrer que sua produtividade fique bastante aquém da produtividade da mesma mercadoria produzida alhures e que pudesse ser importada (mercadoria de permuta); entretanto, se essa produtividade ficar acima da produtividade média dessa nação ou entre as de maiores produtividades, esta indústria tem totais condições de tornar-se profícua neste país e, para tanto, merece gozar de um protecionismo promovido pelo Estado.

A partir do momento em que um país renunciar a produzir uma determinada mercadoria e adquiri-la no exterior, torna-se necessário encontrar nesse país uma mercadoria de permuta que comporte uma produtividade maior que a mercadoria que seria produzida, ou seja:

“é só desta mercadoria de permuta que depende o fato de fazer-se permuta vantajosa ou desvantajosa, importando mercadoria nova. Se, no entretanto, na escala de produtividade não pudermos encontrar semelhante mercadoria de permuta – uma vez que todas as mercadorias produzidas até aqui no país são de produtividade inferior – neste caso é evidente que temos vantagem em produzir no país a mercadoria nova, em lugar de importá-la e isto mau grado a nossa inferioridade na produção desta mercadoria nova, em confronto com o estrangeiro”¹²⁶.

O protecionismo ou subvenção torna-se um instrumento de desenvolvimento para a nação, pois eleva seu grau de produtividade, fazendo com que se criem condições para

¹²⁵ MANOILESCO, op. cit., pp.136-7 e 144.

¹²⁶ MANOILESCO, op. cit., pp.180-1.

competir de forma menos discrepante com outros países no mercado internacional, além do que permite que as nações possam agora ter acesso às mercadorias produzidas por outros países industriais. Eis a justificativa para a adoção de uma taxa alfandegária para um país produzir determinada mercadoria que aumente sua produtividade média, em vez de importá-la:

“Se nos encontrarmos, quanto à produção nacional, em estado de inferioridade tão excepcional que, por certa mercadoria, a produtividade do trabalho nacional seja tão pequena em relação à do estrangeiro, de sorte que o preço da mercadoria seja três vezes maior do que o da estrangeira; se – apesar disto – o grau de produtividade, que a criação da mercadoria no país comporta, for ainda superior ao grau mais elevado possível de produtividade, atingido por quaisquer outras mercadorias no país, neste caso uma taxa alfandegária de 200%, que estabeleceria a igualdade de preços com o estrangeiro e permitiria a produção no país, seria prática e teoricamente justificada. Com efeito, mau grado a considerável inferioridade relativa em face do estrangeiro, o país teria o lucro de introduzir uma atividade nova, tendo um grau de produtividade não ainda atingido por nenhuma outra produção interna”¹²⁷.

A elevação da produtividade média de uma nação apenas é possível através de medidas protecionistas, visão diametralmente oposta a dos livre-cambistas, que defendem que o livre comércio é benéfico para o desenvolvimento das nações mais atrasadas e que qualquer medida que impossibilite ou obstrua o comércio internacional compromete seu desenvolvimento.

O autor romeno ressalta que a utilização de medidas protecionistas que propiciem aumento de produtividade nos países mais atrasados, através da introdução de novas atividades industriais, traz benefícios a todas as nações, inclusive às já desenvolvidas, principalmente porque as nações que se industrializam são as que mais importam produtos industrializados, pois “o país agrícola por excelência, que deveria ser – segundo certas teorias – o mercado ‘natural’ de todos os artigos industriais, apresenta uma capacidade aquisitiva bem pobre e mesmo insignificante em relação à capacidade de importação, em artigos industriais, dos próprios países industriais”¹²⁸.

Por isso, na Conferência de Genebra, realizada em 1927, na qual entre outros assuntos tratou-se da regressão do Comércio Internacional no pós-guerra, Manoilescu será categórico ao afirmar que o maior motivo dessa regressão foi a discrepância havida entre o

¹²⁷ MANOILESCO, op. cit., pp.181-2.

¹²⁸ MANOILESCO, op. cit., pp.261.

preço das mercadorias produzidas pelos países agrícolas e as mercadorias produzidas pelos países industriais. Temos, nessa Conferência, um diagnóstico e uma proposição de Cassel, ressaltado por Manoiesco, com a qual o autor romeno concorda parcialmente. Em suas palavras:

“O sr. Cassel desenvolveu a tese de que a crise econômica mundial é devida em grande parte ao fato de se terem tornado muito caros os produtos industriais, que os países agrícolas não podem desenvolver-se porque não estão em condições de aperfeiçoar a sua produção importando máquinas agrícolas, adubos, etc. O asserto é exato, mas a conclusão não pode ser a do sr. Cassel, isto é, a do livre câmbio. Pelo livre câmbio, só se consegue tornar permanente e consolidar o atual estado de coisas. Com este sistema, os países agrícolas ficarão sempre puramente agrícolas e sempre terão pequena capacidade aquisitiva. Só a industrialização destes países poderá aumentar a sua capacidade aquisitiva e criar mercados para os produtos industriais dos velhos países industriais”¹²⁹.

O protecionismo, que permite o desenvolvimento das nações, é o único instrumento que garante que problemas no comércio internacional, como os ocorridos e discutidos na Conferência, não mais ocorram e este protecionismo não seria, nas palavras do autor, contrário à paz, pois:

“[ele] jamais permite que se impeça, por meio de proibições de saída, a livre circulação de matérias primas; ele se propõe simplesmente a assegurar o mercado interno para certos produtos manufaturados. Favorece, pois, a utilização no local das matérias primas, facilitando uma descentralização das indústrias superiores no mundo(...). A industrialização destes países pobres constitui o único meio do seu soerguimento e a única base séria para a prosperidade dos grandes países industriais. A verdadeira solidariedade não consiste em fazer viver os países ricos com a pobreza dos países pobres(...), mas em enriquecer estes países pobres e, com eles, em escala naturalmente maior, os países ricos”¹³⁰.

A pretensão de Mihail Manoiesco é a de que se desenvolvam condições das nações passem a competir de forma mais igualitária, pois só a partir daí as crises no comércio internacional serão resolvidas, além do que a industrialização dos países é imprescindível para que eles possam sair da situação de pobreza, principalmente pelo aumento da renda nacional.

¹²⁹ MANOILESCO, op.cit., pp.281-2.

¹³⁰ MANOILESCO, op. cit., p.285.

Para que essa industrialização ocorra, a única maneira é a implementação de medidas protecionistas que impeçam a entrada de certas mercadorias produzidas nos países mais desenvolvidos no mercado dos países que estão a se desenvolver.

Para a concessão de medidas protecionistas ou subvenções para a indústria que queira se instalar no país, ou mesmo para a agricultura, não é necessário que sua produtividade seja maior do que a da mercadoria que se pretendia importar; basta que a produtividade seja maior que a produtividade das atividades existentes nesse país, ou ainda, que figure dentre as atividades de maior produtividade.

Essa incursão pela obra do autor romeno evidencia porque os defensores do protecionismo e da industrialização no Brasil vão beber dessa água. Por isso se torna freqüente nos textos escritos após a publicação do livro de Mihail Manoilescu a utilização do termo “protecionismo científico”.

II.2. O Protecionismo Brasileiro e a Evolução Industrial

Após a vinda da família Real portuguesa ao Brasil colônia e a abertura dos portos às nações amigas, o Brasil começa a ter déficit em sua balança comercial e para conter esses déficits introduziram-se tarifas que foram, quase todas, de caráter meramente fiscal, cujo objetivo maior era auferir rendas para o Erário e não propiciar um protecionismo para o desenvolvimento industrial como aconteceu com outras nações, mesmo porque havia uma concepção de que o país deveria se especializar naquilo que melhor produzisse, de acordo com a “Lei das Vantagens Comparativas”. Contudo, a classe industrial começa a se organizar e inicia uma investida em favor da industrialização brasileira e de taxas protecionistas para a indústria nascente, baseando-se na ciência econômica.

A preocupação com a industrialização brasileira redundou na criação, em 28 de fevereiro de 1828, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, inaugurada por iniciativa de Ignácio Álvares Pinto d’Almeida e, de acordo com Humberto Bastos, “a Sociedade constituiu-se logo depois em verdadeiro órgão técnico consultivo do Império”¹³¹. Posteriormente, em 1904, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, fundida ao Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro, transformou-se no Centro Industrial do Brasil, tendo como primeiro presidente Serzedello Corrêa. As contribuições

¹³¹ Humberto BASTOS. *O Pensamento Industrial no Brasil: introdução à História do Capitalismo Industrial Brasileiro*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952, p.27.

do Centro Industrial do Brasil seriam as seguintes: “1) serviço diário de informação sobre todos os assuntos da indústria, preços de matéria-prima, dados estatísticos; 2) museu de matérias-primas; 3) conferências e cursos para vulgarizar conhecimentos relacionados com as indústrias; 4) congressos para tratar de assuntos industriais e econômicos”¹³².

Um assunto recorrente nas discussões sobre o protecionismo foi o relativo à indústria natural e à indústria artificial, em que se definia que as indústrias naturais ou legítimas seriam aquelas que utilizavam matérias-primas produzidas localmente e estas sim seriam merecedoras de uma certa proteção; em contrapartida, as indústrias artificiais utilizariam matéria-prima importada e essas não mereciam a menor proteção, pois apenas prejudicariam a nação¹³³.

As justificativas para não se proteger as denominadas indústrias artificiais eram de que elas oneravam o custo de vida em benefício único do industrial que estava a produzir esta mercadoria, e, também, a de que proteger essas indústrias significava correr o risco de represálias por parte de outras nações. Entretanto, a história nos revela que nenhum país que alcançou um elevado grau de industrialização, como a Inglaterra ou os Estados Unidos, entre outros, possuíam indústrias utilizando matéria-prima exclusivamente nacional. Ao contrário, muitos se desenvolveram às custas de importação de matéria-prima e elevada tarifa alfandegária e nem por isso essas indústrias trouxeram carestia de vida ou sofreram represálias de outras nações.¹³⁴

Um caso elucidativo é a política econômica dos Estados Unidos que impunham uma elevada taxaço para a importação de café torrado, mas não para o café cru. Essa política era adotada porque lá se sabia que no processo de torrefação de café desenvolvia-se a economia daquela nação, pois “o comércio de café cru nos Estados Unidos emprega muita gente, paga muitos salários, produz muitos lucros, contribui com muitos impostos, ocupa muitos armazéns, consome muita sacaria, exige para sua distribuição muito transporte ferroviário e fluvial, faz muitos carretos e comissões, dá fretes ultramarinos, avoluma as

¹³² BASTOS, op. cit., pp.28-9. Sua finalidade era a de “promover o desenvolvimento e a prosperidade dos diversos ramos da indústria, concorrendo, quando possível, para a formação nos Estados de associações congêneres, de maneira a estabelecer, com segurança, a federação dos interesses industriais do Brasil”. Humberto BASTOS. *Experiência ou Imprevidência*. São Paulo: Publicação do Centro de Cultura Econômica. 1960, p.49.

¹³³ Roberto Simonsen, diferentemente de Eugênio Gudín, discorda completamente dessa argumentação, explicitando que “enquanto as indústrias brasileiras importam menos de 20% do valor da sua produção em matérias-primas, a Inglaterra importa 65%”. Roberto SIMONSEN. “Orientação Industrial Brasileira”. In: *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973, p.56.

¹³⁴ Cf. Jorge STREET. *Notas à Margem das Tarifas Aduaneiras*. Rio de Janeiro, Confederação Industrial do Brasil, 1933.

taxas portuárias das docas etc”¹³⁵. Enquanto isso, no Brasil, se definia que a indústria que não produzia suas mercadorias com matéria-prima nacional era uma indústria artificial e, assim sendo, não merecedora de uma proteção. Com essa argumentação, atacavam-se as tarifas protecionistas. Existiria um caso mais evidente da viabilidade da denominada “indústria artificial” do que este caso explícito dos Estados Unidos em relação ao café?

Temos ainda o caso da Primeira Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra, em que a matéria-prima utilizada, isto é, o algodão, não era produzida por este país, e sim importada.

Apesar de não contar com uma política tarifária protecionista efetiva, a indústria brasileira beneficiou-se dos períodos de prosperidade do café, em que o capital cafeeiro transbordava-se para as indústrias, amparando a importação de máquinas e equipamentos para elas. Beneficiou-se, também, das tarifas impostas pelos governos além da quota-ouro¹³⁶, mesmo sendo estas de caráter fiscal, para aumentar as receitas do Estado, além da dificuldade que havia muitas vezes no transporte interno de certas regiões do Brasil, o que colaborava para protegê-las da concorrência.

Beneficiou-se, ainda, das políticas cambiais, que muitas vezes barateavam o preço de nossa mercadoria em relação ao preço da mercadoria estrangeira; contudo, não houve uma política protecionista sistemática que priorizasse o desenvolvimento industrial da nação¹³⁷, houve apenas momentos em que pareceu que tínhamos tomado consciência da necessidade que havia de desenvolvermos nosso parque industrial, entretanto, as idéias liberais ganhavam força e suplantavam o debate e a introdução das medidas econômicas adotadas pelos governos.

Com o advento da Primeira Guerra Mundial, há uma desvalorização da taxa cambial e uma diminuição do comércio internacional, que se refletiu de forma positiva sobre o avanço industrial brasileiro, pois as indústrias passam a se desenvolver para suprir o

¹³⁵ Alexandre SICILIANO Jr. *Agricultura, Comércio e Indústria no Brasil (em face do regimen aduaneiro)*. São Paulo: Centro das Indústrias de São Paulo, 1931, p.27.

¹³⁶ Para Tito REZENDE & José Carlos LAET, *Comentários à Nova Tarifa das Alfândegas*. Rio de Janeiro: Revista Fiscal e de Legislação da Fazenda, 1958, Vol. 1, p. 24, “o recebimento de parte do imposto em ouro (moeda ouro), criado em 1890 pelo decreto 391, de 10 de maio, da lavra de Rui Barbosa, embora modificada sua percentagem sucessivas vezes, constituiu mecanismo automático para compensar em parte a perda de substância da tarifa específica em face de depreciação da moeda”.

¹³⁷ Mesmo assim, havia autores que acusavam o protecionismo às indústrias nacionais, para se ter uma idéia, em 1932 é publicado um trabalho de Godofredo Faria, intitulado *O Mal é o Protecionismo*, em que acusará os abusos do protecionismo brasileiro que, em sua opinião, encarecem o custo de vida e não deixam o preço se formar livremente no mercado através das leis da oferta e demanda.

mercado interno¹³⁸. O Estado alterou sua maneira de encarar o desenvolvimento industrial, de acordo com Suzigan, “pode-se afirmar com segurança que o Estado brasileiro passou a estimular deliberadamente o desenvolvimento de indústrias específicas (mas não o desenvolvimento industrial em geral) a partir dos anos da Primeira Guerra”¹³⁹.

Terminado o conflito bélico, iniciou-se novamente uma campanha contra qualquer tipo de proteção governamental à indústria nacional, principalmente por parte do comércio importador¹⁴⁰, mesmo tendo sido um dos principais motivos do desenvolvimento industrial do período a necessidade de satisfazer o mercado interno, cuja importação se encontrava contida, devido à guerra. Os negociantes importadores exercem um papel de oposição às medidas de defesa interna, pois, de acordo com Américo Werneck,

“do mesmo passo que combatem os interesses nacionais, defendem com ardor os interesses de suas pátrias de origem. Livre-cambistas aqui, ultraprotecionistas lá. Para eles o Brasil não deve passar de eterna colônia tributária de seus compatriotas, até mesmo quanto aos gêneros alimentícios de primeira necessidade e produtos fabris que aqui possamos obter, dando trabalho a nossa gente, e utilizando as matérias-primas do solo. Decreta-se uma tarifa protecionista, e logo se agita a grei, protestando em altos brados contra o escândalo inaudito. Os argumentos são sempre os mesmos: ameaças de represálias, defesa do consumidor, carestia de gêneros, diminuição das rendas aduaneiras, incapacidade técnica e financeira do povo brasileiro para produzir qualquer coisa de bom e de útil, com que eles possam comerciar e fazer a nossa felicidade. Essa linguagem não admite exceção; visa toda e qualquer tarifa protecionista, boa ou má, justa ou injusta”¹⁴¹.

No período posterior à Primeira Guerra Mundial, os investimentos foram restabelecidos e mantiveram-se em níveis elevados durante toda a década, “embora com duas pequenas recessões, uma em 1922-1923, e outra em 1926-1928”¹⁴². Este período

¹³⁸ É relevante ressaltar o desenvolvimento industrial que havia antes da Guerra, de acordo com Lúcia Osório, “nos anos imediatamente anteriores à Primeira Guerra Mundial, a indústria brasileira iniciou um significativo processo de diversificação da sua estrutura, incorporando alguns ramos característicos da ‘Segunda Revolução Industrial’, tais como produção de cimento, aço, máquina e equipamentos, produtos químicos etc. Mas a dependência nas importações desses bens ainda era grande” Lúcia OSÓRIO SILVA. A crise política no quadriênio Bernardes: repercussões políticas do “Caso da Itabira Iron”. In: Helena LORENZO & Wilma Peres COSTA (orgs). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997, p.16.

¹³⁹ Wilson SUZIGAN. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. Nova Edição. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000, p.45. No entanto, conclui o autor, “os incentivos e subsídios concedidos não eram sistemáticos e nem sempre foram eficazes”. op. cit., p.47.

¹⁴⁰ Na tentativa de esvaziar a discussão sobre o protecionismo estes comerciantes utilizam vários argumentos, dentre eles, o de que “o estrangeiro produz a bom preço todas as mercadorias de que o Brasil necessita; consequentemente o consumidor brasileiro deve adquirir, por intermédio deles, todos os artigos indispensáveis à sua subsistência. Tal é o *leit-motiv* de sua campanha contra o protecionismo”. Américo WERNECK. *Tarifas e Finanças*. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1919, pp.5-6.

¹⁴¹ Idem, op. cit., p.17.

¹⁴² Wilson SUZIGAN, op. cit., p.90, ressalta que durante a Primeira Guerra Mundial, o investimento na indústria de transformação foi abruptamente reduzido. No período posterior revela Heitor Ferreira LIMA, *História Político-*

coincide com a expansão do capital cafeeiro. Contudo, temos em 1929 a crise de superprodução, em que o café não consegue total inserção no mercado internacional, que também se encontra em crise; no ano posterior, inaugura-se no Brasil um novo período político e econômico, através de Getúlio Vargas, que assume o poder em 1930.

Para conter a crise da Grande Depressão de 1929, os países em sua maioria adotavam medidas para proteger seu mercado interno da concorrência com produtos estrangeiros¹⁴³, além de liberar créditos e subsídios para suas atividades industrial e agrícola¹⁴⁴.

Eugênio Gudín admite que os países em grande medida estavam utilizando-se do protecionismo, dentre eles a Alemanha, a Inglaterra, a França e mesmo os Estados Unidos, inclusive se estes últimos não diminuíssem suas barreiras, ficariam eles, na opinião de Gudín, fadados a não ter condições de receber dos países que lhes deviam. Em suas palavras:

“se os Estados Unidos, em seu grande egoísmo, continuarem a opor barreiras à importação de produtos estrangeiros, mesmo das nações que lhes são devedoras e que só lhes podem pagar em mercadorias ou em ouro, acabarão, do ponto de vista financeiro, na situação de um grande e riquíssimo banqueiro, com os cofres cheios de ouro, sem ter a quem emprestá-lo”¹⁴⁵.

Mesmo constatando que o protecionismo estava sendo utilizado como uma forma de as nações saírem da crise, Gudín continuava a combatê-lo, acusando que o Brasil estava abusando desse instrumento. Um dos problemas que via Gudín em ser adotada no Brasil uma política protecionista, era a represália que poderia sofrer por parte dos países com os

Econômica e Industrial do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1973, pp.340 e segs, “a grande ofensiva de investimentos norte-americanos em nosso país”.

¹⁴³ Os Estados Nacionais mais desenvolvidos, mesmo antes da Depressão utilizavam-se de um certo protecionismo. Este, no entanto, não fora tão intenso quanto o protecionismo que passou a vigorar após 1929. Para Hobsbawm, “a Grande Depressão destruiu o liberalismo econômico por meio século(...). Assim, os governos não mais protegeram a agricultura simplesmente com tarifas contra a competição estrangeira, embora, onde o tinham feito antes, erguem-se barreiras tarifárias ainda mais altas. Durante a Grande Depressão, passaram a subsidiá-la, assegurando preços agrícolas, comprando os excedentes ou pagando aos agricultores para não produzir(...)” Eric HOBSEAWM. *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.99.

¹⁴⁴ No período da Grande Depressão, vários países europeus e os Estados Unidos, para tentar diminuir o número de trabalhadores desempregados, adotaram uma medida que criava subvenções e prêmios aos agricultores, para, desta forma, fazer com que uma parte da população desempregada retornasse à agricultura, além disso, adotou fortes barreiras aduaneiras para que a mercadoria oriunda do exterior não adentrasse em seu mercado e que “na agricultura se reproduzisse para o trabalhador, uma situação semelhante a da indústria”. SICILIANO Jr, op. cit., p.1 e segs.

¹⁴⁵ Eugênio GUDÍN, *Origens da crise mundial, Política econômica do Brasil, Política financeira e Relatório Niemeyer*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert. Coletânea de artigos publicados em O Jornal, 1932, p.28.

quais negociava no mercado internacional e com isso encontrar dificuldades em continuar comercializando seu principal produto de exportação, ou seja, o café.

Esta argumentação - de que podemos sofrer represálias em função de nossas tarifas e que para não correremos esse risco torna-se necessária a diminuição das mesmas, seguindo uma diretriz diferente da que estão seguindo outros países -, é considerada um absurdo por Jorge Street, diretor geral do Departamento Nacional de Indústria e Comércio, do Ministério do Trabalho no governo de Getúlio Vargas, pois, segundo ele:

“o que o bom senso aconselha não é que nos desarmemos nas nossas alfândegas para irmos depois a eles como solicitantes, de mãos vazias, mas sim que nos mantenhamos nas posições que temos, e esperemos pelo que nos for pedido. Agir de modo diverso, como tenho visto ser aconselhado é de uma simplicidade altruística por demais ingênua. Fala-se em possíveis represálias e argumenta-se com afirmativas de que para se vender, é necessário também comprar. Certo que sim, e não há banal livrinho de economia política que não diga que mercadorias só se pagam com mercadorias, ou com serviços”¹⁴⁶.

Para se ter uma idéia do desarmamento tarifário sofrido pelo Brasil, houve um trabalho encomendado pela Inglaterra sobre as alterações tarifárias realizadas pelos países que mantinham relações comerciais com ela. Fazendo-se uma comparação entre as tarifas estipuladas em 1914 e as tarifas realizadas em 1924, a conclusão é a de que o Brasil foi o “campeão do desarmamento aduaneiro”, enquanto o mesmo estudo revela que os Estados Unidos, dentre outros países, aumentaram suas tarifas como forma de proteger seu mercado interno¹⁴⁷.

No Brasil, os industriais, diferentemente das baixas tarifas até então vigentes, de caráter fiscal, pleiteiam “tarifas alfandegárias que façam a distinção entre produtos que não possuem similares nacionais; e lutam pelo estabelecimento de um sistema alfandegário que facilite a aquisição no estrangeiro de equipamentos modernos destinados à expansão de suas fábricas”¹⁴⁸.

¹⁴⁶ STREET, op. cit., 1933, p.10. Temos como exemplo o caso da Inglaterra, que “se prepara economicamente, através da concessão de dinheiro em condições menos onerosas e da promulgação de barreiras alfandegárias, aumentando valentemente as taxas de seus direitos alfandegários para que o governo tenha nas mãos a necessária arma para as suas negociações internacionais”. STREET, op. cit., p.9.

¹⁴⁷ Alexandre SICILIANO Jr. op. cit., p.39 e segs. Nos revela ainda o autor que enquanto os Estados Unidos aumentaram suas tarifas em 64%, o Brasil diminuiu as suas em 53%.

¹⁴⁸ Sérgio SILVA. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1981, p.107. Apesar da depreciação cambial ter favorecido a indústria nacional em muitos momentos, esta depreciação também trazia alguns problemas, como o encarecimento da importação de máquinas e equipamentos necessários para o próprio desenvolvimento da indústria.

Para alcançar esse *desideratum*, os industriais melhores organizados fundam, em 1928, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. Precisavam se proteger dos intensos ataques que a indústria nacional estava sofrendo no pós-guerra, principalmente por parte do comércio importador. A argumentação esboçada por esse setor, e que contava com o apoio de setores da população, era a de que as indústrias, devido ao protecionismo, estavam onerando o custo de vida da população brasileira, a qual possuía um baixo nível de renda. Com a organização do Centro temos, de acordo com Nícia Vilela Luz que:

“a inauguração do Centro das Indústrias de São Paulo veio revelar um novo líder, não só de classe, como também do pensamento industrial brasileiro – Roberto Simonsen(...). O que havia de novo no pensamento de Roberto Simonsen era seu conceito da função social da indústria, conceito pelo qual ele procurava reconciliar a indústria com os interesses nacionais e reintegrá-la na nacionalidade brasileira(...). Esboçava-se pois, com Roberto Simonsen, uma renovação do pensamento industrial brasileiro e presenciávamos o início de uma nova ofensiva industrialista, quando a depressão de 1929 e a revolução de 1930 vieram, pelo menos momentaneamente, alterar os dados do problema”¹⁴⁹.

Mesmo com a falta de uma política tarifária definida e progressiva, nos anos 30 evidencia-se no Brasil um período de crescimento industrial, que se deve em grande medida ao “dinamismo na economia internacional”¹⁵⁰ no período anterior à Grande Depressão e também devido às aquisições no exterior de “equipamentos de segunda mão”¹⁵¹. O desenvolvimento pós-crise é significativo, tanto da produção industrial, quanto da produção agrícola, além do aumento da renda nacional. De acordo com Nelson Werneck Sodré, temos que “a produção industrial cresceu, realmente, entre 1929 e 1937, em cerca de 50%,”

¹⁴⁹ Nícia Vilela LUZ. *A Luta Pela Industrialização no Brasil: 1808-1930*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975, pp.162-3.

¹⁵⁰ De acordo com Doellinger, “entre 1922 e 1929 ainda se registra um período de grande dinamismo na economia internacional, o que permitiu ao Brasil realizar grande volume de importações de bens de capital, viabilizando desse modo o crescimento da produção industrial nos anos 30, quando a Grande Depressão iria reduzir o comércio internacional a pouco mais de dois terços do nível precedente em 1929”. Carlos Von DOELLINGER. Introdução. In: *A controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. 2. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978, pp.4-5.

¹⁵¹ Complementando esse desenvolvimento, para Furtado, “(...)outro fator que se deve ter em conta é a possibilidade que se apresentou de se adquirir a preços muito baixos, no exterior, equipamentos de segunda mão. Algumas das indústrias de maior vulto instaladas no país, na Depressão, o foram com equipamentos provenientes de fábricas que haviam fechado suas portas em países mais fundamentalmente atingidos pela crise”. Celso FURTADO. *Formação Econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977, p.198.

e a produção primária para o mercado interno em mais de 40%. Assim, apesar da depressão, a renda nacional aumentou em 20%, naquele período(...)¹⁵².

Com esse desenvolvimento industrial e uma nova concepção política, na década de 1930 inicia-se no Brasil uma nova etapa de desenvolvimento capitalista, onde a indústria passa a ter um papel relevante. Este período é definido por João Manuel como “industrialização restringida”, pois “(...)em 1933 se inicia uma nova fase do período de transição, porque a acumulação se move de acordo com um novo padrão. Nesta fase, que se estende até 1955, há um processo de industrialização restringida. Há industrialização, porque a dinâmica da acumulação passa a se assentar na expansão industrial(...)¹⁵³. Desta forma, a quase exclusividade do desenvolvimento agrário-exportador do país é interrompido e inicia-se um processo mais intenso de desenvolvimento industrial, cuja Guerra e a Crise demonstraram a inviabilidade da dependência do mercado consumidor interno para certas mercadorias que podem ter sua oferta obstruída devido às vicissitudes do comércio internacional. Contudo, cabe ressaltar a morosidade da utilização de instrumentos de política industrial que pudessem, a partir de fatores exógenos, serem utilizados endogenamente como fatores de aceleração da industrialização brasileira. Nas palavras de Pedro Paulo Bastos, temos:

“(...) a efetiva proteção cambial que induziu o crescimento e diferenciação da indústria foi mais um resultado da depreciação cambial, da contração absoluta da capacidade de importar trazida pela escassez de divisas e pelos controles quanto a seu uso, do que uma intenção pré-concebida e planejada de utilizar o regime de câmbio ou proteção tarifária como acicate da substituição de importações. À exceção da proibição para importar bens de capital para indústrias ‘em superprodução’ (uma demanda empresarial atendida em 1931 pelo governo), o grande retardo para que se instituisse controles seletivos das importações é ilustrativo do lento amadurecimento do controle do acesso ao câmbio como instrumento de política industrial”¹⁵⁴

¹⁵² Nelson Werneck SODRÉ. *Formação Histórica do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p.325. No período compreendido entre 1928 e 1933, “o cruzeiro depreciou-se em cerca de 50%”. Pedro MALAN et al. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/1952)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977, p.117.

¹⁵³ João Manuel Cardoso de MELLO. *O Capitalismo Tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10. ed. Campinas, SP: Unicamp-IE, 1998, pp.116-7. Cf. Maria da Conceição TAVARES. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. 3. ed. Campinas: Unicamp-IE, 1998, pp.131 e segs. Cf. Sônia DRAIBE. *Rumos e metamorfoses – um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930 – 1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p.82 e segs. Cf. Francisco de OLIVEIRA. *A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 14 e segs.

¹⁵⁴ Pedro Paulo Zahluth BASTOS. *A Dependência em Progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)*. Campinas: UNICAMP - IE, 2001. (Tese, Doutorado), p.178.

Em 1934, o governo Getúlio Vargas cria o Conselho Federal de Comércio Exterior. No mesmo ano de criação desse Conselho, o Ministro da Fazenda Oswaldo Aranha alterou a pauta aduaneira brasileira, “ao câmbio da época, transformou todas as taxas cobradas, parte em ouro, parte em papel moeda, para taxas 100% papel”¹⁵⁵. Entretanto, com as desvalorizações cambiais sofridas até o período do início da Guerra e a elevação do preço dos produtos importados, numa situação de não aumento das nossas tarifas, redundou num intenso desarmamento tarifário, conforme demonstra a tabela abaixo:

Desarmamento Alfandegário

Anos	Valor da Importação Cr\$ 1.000 (I)	Valor dos Direitos Alfandegários (II)	% dos Direitos sobre o valor da Importação I – II
1934	2.502.000	837.463	33,4
1935	3.856.000	975.082	25,2
1936	4.269.000	1.012.105	23,7
1937	5.314.000	1.173.413	21,2
1938	5.195.000	1.052.512	20,2
1939	4.984.000	1.031.197	20,6
1940	4.964.000	977.514	19,6
1941	5.514.000	1.059.955	19,2
1942	4.693.000	674.000	14,3
1943	6.162.000	596.000	9,6
1944	7.965.000	851.685	10,6

¹⁵⁵ Conselho Interamericano de Comércio e Produção. *Inquérito Continental Sobre Fomento e Coordenação de Indústrias*. Montevideu, 1946, p.162. Para Roberto SIMONSEN. Evolução Industrial do Brasil. In: *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos, op. cit.*, p.24, a reforma de 1934 tinha um caráter explicitamente protecionista, contudo, “as tarifas foram fixadas em mil-réis, moeda que é reconhecidamente instável, diminuindo, portanto, continuamente, a proporção entre o valor dos direitos e o valor da mercadoria em seu país de origem”. Cf. Humberto BASTOS, *Experiência ou Imprevidência*, op. cit., pp.126 e segs.

Reconhecidamente, as tarifas aduaneiras brasileiras foram, em sua maioria, organizadas em virtude das necessidades do fisco e, mesmo nessa situação, o Brasil conseguiu um desenvolvimento industrial¹⁵⁶.

Esse desarmamento tarifário brasileiro, durante o período de 1934 a 1944, pode ter ocorrido pelos seguintes motivos: 1) mudança na composição das importações; 2) alterações cambiais ocorridas no período; 3) elevação dos preços internacionais. Evidencia-se, contudo, que não ocorreu uma intensa mudança na composição das importações brasileiras e que não houve alterações cambiais no período¹⁵⁷. Conclui-se que a causa desse desarmamento se deve à terceira hipótese levantada, aliada à manutenção de nossa taxa alfandegária¹⁵⁸, conforme a tabela abaixo, mais detalhada nos demonstra.

¹⁵⁶ Apesar dessa política de caráter fiscal, que constantemente recorria aos impostos de importação, “a indústria nacional, em muitos de seus ramos, conseguiu se estabelecer e desenvolver, aliando-se a essa causa, outros de caráter puramente monetário com o aviltamento de nosso câmbio, em relação às moedas estrangeiras, e a consequente dificuldade de importação no período posterior à crise de 1929. A história de nossas tarifas aduaneiras demonstra, pois, seu cunho fiscal, como principal objetivo a ser colimado e, subsidiariamente, seu caráter de proteção”. Conselho Interamericano de Comércio e Produção. *Inquérito Continental Sobre Fomento e Coordenação de Indústrias*. Montevideu, 1946, p.77.

¹⁵⁷ De acordo com BIELSCHOWSKY, op. cit., p.247, “a taxa de câmbio permanecia em Cr\$18,00 por dólar, como fora fixada em 1939, até o início de 1953”. Enquanto a taxa cambial se mantinha inalterada, “os preços internos quase quintuplicaram no período”. Pedro MALAN et al, op. cit., p.159.

¹⁵⁸ Conselho Interamericano de Comércio e Produção, op. cit., p.163 e segs.

**Valor Nominal e Percentagem dos Direitos Alfandegários do Brasil em 1934 e
em 1944**

Produtos	1934 Valor Médio da Tonelada Importada Cr\$	1944 Valor Médio da Tonelada Importada Cr\$	Direito Alfandegário Cr\$		% de Direito Alfandegário com o Valor Médio de 1934	% de Direito Alfandegário com o Valor Médio de 1944
			1934	1944		
<u>Classe II - Matérias Primas</u>						
<i>De Origem Animal</i>						
1 - Peles e Couros	7.564	22.700	128	200	1,6	0,8
2 - Pêlos	60.370		1.000,00	1.000,00	1,6	
<i>De Origem Vegetal</i>						
3 - Acetato de Celulose	21.321	21.288	523	530	2,4	2,4
4 - Celulose para Fábrica de Papel	599	2.547	105,2	105,2	17,5	4,1
5 - Lúpulo	13.966	45.772	100,5	100,1	0,7	0,3
6 - Resina Negra de Pinho	849	2.642	163,36	70	19,2	2,6
7 - Linhaça	785	1.460	152	153	19,3	10,4
<i>De Origem Mineral</i>						
8 - Alumínio	6.637	8.104	192	200	2,8	2,4
9 - Brinquedo, Carvão de Pedra e Coque	88	400	32,63	137,53	37	9,4
10 - Chumbo	883	3.515	280	280	31,7	7,9
11 - Cimento Portlan, comum e branco	122	609	128	128	104,9	21
12 - Cobre	3.184	6.754	134,4	134,4	4,2	1,9
13 - Enxofre	384	836	38	38	9,8	4,5
14 - Estanho	14.913	19.090	1.600,00	1.600,00	10,7	8,3
<i>Ferro e Aço</i>						
15 - Em Barras	1.506	1.902	640	600	42,4	31,5
16 - Em Cantoneiras e Semelhantes		1.705	640	600		35,1
17 - Em Lâminas ou Placas	861	2.261	1.280,00	1.200,00	148,6	53
18 - Em Tiras	2.163	2.462	1.280,00	1.200,00	59,1	48,7
19 - Em Bruto e outras formas de preparo	1.042	3.840	403,2	403,2	38,6	10,5
20 - Gasolina	327	653	503,3	1.015,40	153,9	155,4
21 - Óleos Combustíveis (Fuel e Diesel)	110	373	37,63	104,40	34,2	27,9
22 - Óleos Lubrificantes	916	1.964	256	576,40	27,9	29,4
23 - Pedras e Terras		1.836		384,00		20,9
24 - Petróleo ou Nafta	611	475	10,52	10,60	1,7	2,2
25 - Querosene	516	497	320	467,70	62	94,1
<i>Têxteis</i>						
26 - Algodão		87.787	5.120,00	5.120,00		57
27 - Juta	1.341	4.634	400	400,00	29,8	8,6
28 - Lã	9.934	15.141	1.680,00	1.700,00	16,9	11,2
29 - Seda	24.567		6.950,00	7.000,00	28,2	
<i>Sintética</i>						
30 - Anilinas	58.263	54.670	3.270,00	3.300	5,6	6
31 - Essências para Perfumes	12.534	56.334	32.000,00	32.000,00	255,3	56,8

<u>Classe III - Gêneros Alimentícios</u>						3,1
32 - Azeite de Oliva	5.173	30.112	960,00	960	18,5	7,8
33 - Azeitonas	2.245	7.601	640,00	600	28,5	6,8
34 - Bacalhau	1.953	7.996	550,00	550	28,1	66,8
35 - Bebidas	5.870	11.364	7.680,00	7.600,00	130,8	1
36 - Cevada Torrefatada ou Malte	1.062	2.699	270,00	270	25,4	11,8
37 - Farinha de Trigo	570	1.612	182,32	190	31,9	14,7
38 - Maçãs, Pêras e Uvas	3.095	4.061	640,00	600	20,6	6,3
39 - Outras Frutas de Mesa	2.377	9.480	640,00	600	26,9	8,3
40 - Trigo em Grão	316	913	76,00	76	26,9	
<u>Classe IV - Manufaturas</u>					24	
41 - De Matéria Prima de Origem Animal		228.763				
De Matéria Prima de Origem Vegetal						
42 - Borracha, Guta-Percha, Ebonite e Semelhantes	38.372	50.767	89.600,00	32.000,00	233,5	63
43 - Madeiras	1.610	14.903	3.960,00			
<i>Papel</i>						
44 - Para Impressão de Jornais	598	1.814	3.840,00	3.800,00	245,9	209
45 - Para Outros Fins	3.725	10.272	8.320,00	8.300,00	223,3	80,8
46 - Em Aplicações	17.295	25.195	76,16	76,20	0,4	0,2
De Matérias-Primas de Origem Mineral						
47 - Cobre	5.016	16.741	340,00	173,30	6,7	1
<i>Ferro e Aço</i>						
48 - Arame Farpado	783	2.482	161,20	161,20	20,5	6,4
49 - Arame Simples	865	2.979	960,00	1.000,00	110,9	33,5
50 - Folhas de Flandres	1.194	2.852	300,00	300,00	25,1	10,5
51 - Trilhos	571	1.543	280,00	280,60	49,1	8,2
52 - Tubos	1.310	3.396	600,00	600,00	45,8	17,6
53 - Outras Manufaturas de Ferro e Aço	3.152	5.839	960,00	900,00	30,4	15,4
54 - Pedras e Outros Materiais Minerais		2.261				
55 - Vidros para Vidraças	1.129	3.655	1.200,00	1.200,00	106,2	32,8
56 - Outras Manufaturas de Vidro e Louça	5.673	15.045	2.600,00	2.600,00	45,8	17,2
<i>De Têxteis</i>						
57 - Algodão (Tecidos)	15.109	30.202	17.900,00	17.900,00	118,4	59,2
58 - Algodão (outras manufaturas)	69.307	136.260	51.200,00	51.200,00	73,8	37,5
59 - Lã (tecidos)	68.341	180.628	72.000,00	72.000,00	105,3	39,8
60 - Lã (outras manufaturas)	57.427	115.206	64.000,00	64.000,00	11,4	55,6
61 - Linho (tecidos)	27.239	150.260	19.200,00	19.200,00	70,4	12,7
62 - Linho (outras manufaturas)	60.990	476.782	64.000,00	64.000,00	104,9	13,4
63 - Matérias Plásticas Sintéticas	16.028	70.184				
<i>Vários Produtos</i>						
64 - Adubos Químicos	438	1.003	livre	livre		
Produtos Farmacêuticos						
65 - Injeções Medicinais		847	96	96		11,3
66 - Outros Produtos Farmacêuticos	106.477	100.302	9.800,00	9.800,00	9,2	9,7
67 - Produtos Químicos Orgânicos		10.474				
<i>Produtos Químicos Inorgânicos</i>						

68 - Sais Minerais	320	2.622				
69 - Soda Caustica	1.074	1.954	650	600	55,8	30,8
70 - Outros Produtos Químicos Inorgânicos		5.134				
<i>Máquinas, Aparelhos e Ferramentas</i>						
71 - Aparelhos Científicos e Semelhantes	42.579	105.713	14.300	14.300,00	33,5	13,5
72 - Aparelhos de Rádio e Acessórios	413.485	155.000	21.400,00	21.000,00	5,1	13,5
73 - Geradores e Materiais Elétricos	12.262	25.092	7.000,00	7.000,00	57,1	27,8
74 - Outras Máquinas Elétricas e Artigos Eletrônicos		22.934	7.000,00	7.000,00		30,5
<i>Veículos e Acessórios</i>						
75 - Automóveis (todos tipos)		25.099				
76 - Acessórios para Automóveis	6.499	26.105	2.700,00	2.800,00	41,5	0,7
77 - Câmaras de Ar e Pneumáticos	7.937	41.284	4.650,00	4.800,00	58,5	11,6
78 - Embarcações e Acessórios	15.532	33.870	2.320,00	2.500,00	13,2	7,3
79 - Vagões para Estrada de Ferro e Acessórios	2.105	4.055	1.410,00	1.200,00	66,9	29,5

Enquanto na maioria dos países a partir da Grande Depressão houve uma intensificação do protecionismo, no Brasil caminhou-se no sentido contrário, havendo uma intensa diminuição das tarifas, mostrando mais uma vez que a *performance* da indústria se deveu mais à conjuntura internacional do que propriamente a uma política coerente e protetora por parte do Estado nacional¹⁵⁹.

As restrições ao mercado interno foram uma condicionante que exerceram a maior influência no desenvolvimento industrial brasileiro, principalmente no período da Segunda Guerra Mundial, pois temos, nas palavras de Caio Prado Jr., a seguinte situação:

“Privado do abastecimento externo no que diz respeito a um sem-número de manufaturas, o mercado interno tem de recorrer à produção nacional, o que abre amplas perspectivas para as atividades industriais do país. Repetia-se o que já ocorrera por ocasião da I Guerra Mundial. E desta vez em escala muito maior, de um lado porque a redução dos fornecimentos exteriores é muito mais drástica, e doutro porque as necessidades do mercado nacional se tinham tornado maiores. Além disso, partia-se agora, o que não acontecera em 1914, de um nível industrial já mais elevado, tornando-se por isso mais fácil

¹⁵⁹ A conclusão do Inquérito demonstra a falta de uma política tarifária protecionista que viesse a promover uma intensificação maior de nossa industrialização, “esses dois elementos, alta do valor médio da tonelada importada e imutabilidade relativa das taxas alfandegárias, comprovam, pois, a existência de um forte desarmamento alfandegário. De 1939 para cá, a baixa da percentagem dos direitos alfandegários sobre os valores da importação foi devida à elevação dos preços no exterior. O câmbio, tendo se mantido fixo, não influenciou em nada” Idem, op. cit., p.168. De acordo com Tito REZENDE & José Carlos LAET, op. cit., p.24, “a queda da arrecadação de imposto em relação ao valor anual das exportações é abrupta, entre 1932 e 1955, caiu de 37% para 2,5%. Isso evidencia que a tarifa vigente não tem qualquer significação econômica ou fiscal. O imposto, quase exclusivamente específico, tornou-se imaterial pela desvalorização da moeda”.

o aparelhamento da indústria no sentido de atender a tais necessidades acrescidas e insatisfeitas pelo habitual recurso à importação”¹⁶⁰.

Contudo, no debate travado entre os defensores do liberalismo, representados por Eugênio Gudín e os arautos do intervencionismo e do planejamento, liderados por Roberto Simonsen, não há um consenso sobre a questão tarifária. Para os segundos, um protecionismo é condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma nação, para a melhoria da qualidade de vida, através do aumento do poder de consumo devido à elevação da renda nacional do país, pois a indústria é considerada uma atividade de produtividade superior à agricultura. Entretanto, para os primeiros, não deve o Estado implementar políticas tarifárias restritivas, a não ser em determinadas situações específicas, pois estas tarifas em sua maioria prejudicariam o desenvolvimento da nação.

¹⁶⁰ Caio PRADO Jr. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d, p.329. Nos anos da Segunda Guerra Mundial, de acordo com BIELSCHOWSKY, op. cit., p.253, “a taxa média de expansão industrial alcançou 6,7%, apesar de todas as dificuldades de suprimento de matérias-primas e equipamentos, típicas do período”.

CAPÍTULO III: O Debate

III.1. Introdução

O debate entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin foi bastante intenso, tendo cada um, de acordo com seus escritos e atuação prática, influenciado toda uma vertente de pensadores e práticos. Aqueles que caminharam para uma direção intervencionista, industrialista e protecionista foram influenciados por Roberto Simonsen. Diferentemente, aqueles que seguiram uma opção liberal, na qual o Estado apenas atuasse em situação de exceção, pois as livres leis de mercado seriam as grandes estimuladoras do desenvolvimento e que cada país deveria seguir sua “vocação natural”, se identificaram com o pensamento de Eugênio Gudin.

Neste capítulo, trabalharemos com a discussão ocorrida no *I Congresso Brasileiro de Economia* e a extensão desse debate, que ficou conhecida na literatura econômica como *A Controvérsia do Planejamento Econômico*. Esses episódios marcam um momento privilegiado no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, pois ocorrem numa situa o em que há o fim da hegemonia agrário-exportadora e cresce a participa o da indústria na vida econômica brasileira. Os industriais estão melhores organizados e já conquistaram seu espaço. Em contrapartida, os defensores do agrarismo tentam recuperar sua hegemonia, embasados na teoria das vantagens comparativas.

Os maiores representantes dessas vertentes são, de um lado, Roberto Simonsen e, de outro, Eugênio Gudin. Simonsen morre em 1948, mesmo ano em que a CEPAL se organiza e, segundo Bielschowsky, “essa coincidência histórica teve sua importância na evolução do desenvolvimento da CEPAL: a CEPAL, organismo que ostentava a credibilidade da ONU, tornou-se o principal órgão a dar seqüência imediata ao trabalho de legitimação que Simonsen vinha realizando através da Fiesp e da CNI”¹⁶¹. Gudin, que completou um centenário de vida, morreu em 1986, poucos anos antes de o Brasil assumir o ideário neoliberal, do qual Gudin é o maior expoente em nosso país. Evidenciando sua atualidade diz Belluzzo: “o governo FHC recusa-se a admitir que tenha seguido, 50 anos depois, as recomendações de Eugênio Gudin, mas foi o que fez”¹⁶².

Para apreendermos a realidade brasileira e compreendermos o processo histórico que atravessamos, o debate travado entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin pode contribuir, pois apesar de ocorrido nas décadas de 30 e 40 parece extremamente atual, demonstrando que não conseguimos superar as discussões ocorridas naquele momento, isto é, ainda não temos claro qual o modelo econômico que queremos seguir.

No Brasil, em alguns momentos históricos, pareceu que havíamos aderido às recomendações de Simonsen e, em outros momentos, que havíamos compactuado com os pressupostos de Gudin. Hoje, nos parece que Gudin está bastante vivo e com seu ideário sendo em grande medida utilizado pelo governo, mesmo que sem referir-se a ele. O que não impede de, posteriormente, Simonsen ser recolocado em evidência e suas recomendações serem adotadas por parte do Estado brasileiro.

Tanto o *Congresso Brasileiro de Economia*, quanto *A Controvérsia do Planejamento Econômico* demonstram uma clara preocupação em relação ao desenvolvimento brasileiro. Havia duas possibilidades evidentes: assumirmos que a industrialização era a melhor maneira de o Brasil superar sua situação de pobreza, de baixa renda nacional e, para isso, o governo tomar medidas intervencionistas e protecionistas, ou considerarmos que a industrialização viria de maneira natural, a partir do livre desenvolvimento da produtividade na agricultura.

O debate é instigante e nos faz compreender melhor a realidade brasileira e nos posicionarmos de maneira coerente e contundente frente às demandas atuais da sociedade

¹⁶¹ BILSCHOWSKY, op. cit., p.78.

¹⁶² Luiz Gonzaga de Mello BELLUZZO. Revista *Carta Capital*. Ano VII, N.148, jun. de 2001, p.35.

para decidir qual o melhor caminho a ser seguido pelo nosso país, num momento em que muito se recomenda a política neoliberal, mas nem todos os países a seguem. O protecionismo continua a ser uma medida controvertida de política econômica, sujeito às críticas principalmente dos países desenvolvidos.

III.2. O I Congresso Brasileiro de Economia e o Imposto Sobre Lucros Extraordinários

O Primeiro Congresso Brasileiro de Economia ocorreu no período de 25 de Novembro a 18 de Dezembro de 1943, promovido pela Associação Comercial do Rio de Janeiro e realizado em sua sede Social.

A composição do Congresso foi a seguinte: Presidente de Honra, Getúlio Vargas, então Presidente da República; Presidente Efetivo, João Daudt d'Oliveira, Presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil e da Associação Comercial do Rio de Janeiro; Vice-Presidente, Euvaldo Lodi, Presidente da Confederação Nacional da Indústria; Órgão de Direção Técnica, Instituto de Economia da Associação Comercial do Rio de Janeiro; Presidente, Daniel de Carvalho; Membros, Alde Feijó Sampaio, Eduardo Lopes Rodrigues, Eugênio Gudín, Euvaldo Lodi, Gastão Vidigal, Gileno de Carli, José Lourdes Salgado Scarpa, Luiz Simões Lopes, Mário Augusto Teixeira de Freitas, Mário Brant, Napoleão de Alencastro Guimarães, Otávio Gouvêa de Bulhões e Roberto Simonsen; Secretário Geral, Luiz Dodsworth Martins.

A proposta do Congresso fora ousada, destinando-se “especialmente ao exame e ao debate dos principais problemas econômicos brasileiros em face da situação mundial”¹⁶³.

¹⁶³ *Anais do I Congresso Brasileiro de Economia*. Volume 1, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica Mauá, 1943, p. 11.

Tinha como objetivo alcançar “qualquer” um dos três resultados que seguem expostos: “1º - trazer à luz os diversos pontos de vista acerca dos principais problemas econômicos brasileiros do momento; 2º - despertar e revelar as capacidades nos variados setores em que eles se agrupam; 3º - preparar a formação de uma agência permanente, que zele pela realização dos planos estudados pela continuidade de exame das situações”¹⁶⁴. Esses objetivos do Congresso revelam a preocupação que havia em discutir e definir, com os representantes das entidades participantes, um caminho a ser seguido pelo Brasil, principalmente na situação em que a indústria já se encontrava estruturada.

Foram criadas oito comissões técnicas: I) Produção Agrícola e Industrial; II) Circulação e Transportes; III) Moedas e Bancos; IV) Investimentos; V) Finanças Públicas; VI) Planos Internacionais e de Caráter Social; VII) Pesquisas e Estudos Econômicos e; VIII) Comissão de Atividades Econômicas do Estado¹⁶⁵.

Houve no Congresso a participação de 192 entidades representadas, além de 234 membros. Dentre as 8 Comissões Técnicas, Roberto Simonsen foi presidente da Comissão Técnica denominada Produção Agrícola e Industrial e Eugênio Gudín foi presidente da Comissão Técnica intitulada Moedas e Bancos, tendo como vice-presidente Otávio Gouveia de Bulhões. A participação de Simonsen e Gudín foi intensa, principalmente nos debates sobre as propostas a serem aprovadas.

Na sessão Solene de Instalação do Congresso realizada no dia 25 de novembro de 1943, às 17h, no Palácio Tiradentes, discursaram o Presidente Getúlio Vargas, João Daudt d’Oliveira, Artur de Souza Costa e Roberto Simonsen.

Após a abertura do Presidente Getúlio Vargas, discursou João Daudt d’Oliveira, presidente efetivo do Congresso, ressaltando a importância da organização das classes produtoras aos problemas econômicos do período em questão e as perspectivas e melhor forma de o Brasil se organizar para o período que se anunciava. Em suas palavras: “todos os países, no espírito de seus dirigentes e de suas classes, estão se preparando para o advento de novas formas de organização econômica e social”¹⁶⁶.

Havia uma evidente preocupação em relação ao papel que países como o Brasil, de industrialização incipiente, teriam no contexto do pós-guerra. Defendia o congressista ser

¹⁶⁴ Idem, op. cit., p.12.

¹⁶⁵ Idem, op. cit., pp.13-5.

¹⁶⁶ Idem, op. cit., p.67.

indispensável para o país a adoção de uma política industrialista para o aumento da renda nacional, a qual “jamais será alcançada se predominarem a atividade agrícola e a produção de matérias-primas como formas fundamentais de vida econômica de nosso povo”¹⁶⁷.

Em seguida, discursou o Ministro da Fazenda, Artur de Souza Costa, enfatizando a renegociação da dívida externa brasileira, efetuada naquele ano, cujo objetivo principal era o de interromper as aquisições de empréstimos exteriores para o pagamento dos empréstimos que estavam vencendo. Era uma tentativa a seu ver exitosa, de diminuição dos encargos da dívida externa e utilização dos empréstimos vindouros, em sua maior parte, na construção de obras públicas, entre outras, para o desenvolvimento nacional, pois constatava o governo que “à medida que o abuso de crédito se intensificava, os credores aumentavam suas exigências, e as nossas rendas alfandegárias e os impostos internos foram sendo objeto de garantia de tais operações”¹⁶⁸.

Com essa renegociação, defende o Ministro que agora poderá o Brasil promover a importação de bens de consumo duráveis, além de máquinas e equipamentos para a organização industrial, pois o dinheiro arrecadado pelo governo não mais terá como destino as mãos dos credores internacionais; isso abre uma perspectiva para uma intensificação do processo de industrialização brasileiro.

Logo após, discursou Roberto Simonsen, reconhecendo a importância do Congresso, a evolução pela qual passou o Brasil naquele período de guerra e a necessidade da melhoria da renda nacional para propiciar melhores condições de vida ao povo brasileiro. Simonsen ainda ressaltou a relevância do Congresso para o recém criado Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial.

Dentro da metodologia adotada no Congresso, inicialmente, as teses eram enviadas à sua secretaria que as direcionava para a apreciação dos relatores, os quais davam seu parecer dizendo se eram pertinentes ou não, e se mereciam alguma alteração. As propostas que passavam por esse crivo eram encaminhadas para suas respectivas Comissões Técnicas que, após a apresentação e discussão das teses, enviavam-nas à Comissão de Redação, incumbida de examinar se as conclusões das teses eram coerentes entre si e se as conclusões se harmonizavam com as teses já examinadas. Em seguida, as teses que porventura necessitassem de revisão eram distribuídas aos relatores. Após este trabalho, a

¹⁶⁷ Idem, *Ibidem*.

¹⁶⁸ Idem, *op. cit.*, p.85.

Comissão de Redação encaminhava as recomendações finais para a aprovação ou rejeição no Plenário.

Eugênio Gudín enviou a tese intitulada “Produtividade e Preços”, que caracterizava a diferença existente entre a produção agrícola e a produção industrial, destacando o caráter inelástico dos produtos agrícolas e a dificuldade de controlar sua oferta de acordo com a demanda de mercado. Para ele, isso ocorre porque a produção agrícola está na dependência das condições meteorológicas e, diferentemente, a produção industrial está subordinada à vontade dos homens; desta forma, em momentos de diminuição da demanda, enquanto a produção industrial é diminuída, a produção agrícola não pode ser alterada. Em fases de prosperidade, de aumento da demanda, enquanto a produção industrial é aumentada, a produção agrícola não dispõe desse mesmo privilégio, “enquanto a agricultura está sujeita à lei dos rendimentos decrescentes, a indústria trabalha, até certo ponto, em regime de rendimento crescente à medida que aumenta a produção”¹⁶⁹. Isso explica a discrepância dos preços dos produtos agrícolas e industriais.

Apesar da constatação das vantagens da indústria sobre as atividades agrícolas, para Gudín, as nações agrícolas não podem transferir seus fatores de produção para as indústrias, pois cada nação tem de respeitar suas especificidades, o que refletirá de forma direta no padrão de vida de cada país. Para ele, “o padrão de vida do povo brasileiro será muito mais elevado se ele trocar 1000 sacas de café que ele produz barato por dois automóveis que ele produz caro, do que se ele fabricar os dois automóveis que lhe custariam o equivalente de 2000 sacas de café”. Gudín nos revela a sua admiração pela “Lei das Vantagens Comparativas”, de David Ricardo e, para completar seu raciocínio e defender a necessidade do fortalecimento da agricultura naquele momento, argumenta: “o povo que dispõe de bons elementos de produtividade agrícola e de escassos fatores de produção industrial será economicamente muito mais feliz devotando-se à agricultura do que à indústria”¹⁷⁰.

Para a instalação de uma produção industrial, é essencial que haja capital. Nesse sentido, argumenta Gudín que em alguns países a produção agrícola atingiu alta produtividade e esta produtividade se deveu às condições naturais, evidenciando, a seu ver, que “uma nação que deseja se industrializar deve procurar estimular a formação de capitais nacionais e importar capital estrangeiro em condições economicamente favoráveis(...). E o

¹⁶⁹ *Anais do I Congresso Brasileiro de Economia*. Vol. 3, Rio de Janeiro: Oficina Gráfica Mauá, p.319.

¹⁷⁰ *Idem*, op. cit., p.321.

capital nacional só se pode formar pela produtividade de atividades econômicas já existentes no país”¹⁷¹.

Outra necessidade que há para o país se industrializar é a capacitação técnica da população, através da educação, porque na ausência de capital e capacidade técnica, recorre-se, como vem acontecendo no Brasil, na visão do autor, a um excessivo protecionismo aduaneiro. Em suas palavras:

“As nossas indústrias não podem, desde logo, concorrer com as dos países de industrialização consolidada, que dispõem de pessoal habilitado, de sólida situação financeira e de rendimento elevado pelo volume da produção. Durante o período de criação e organização das indústrias, o protecionismo aduaneiro é uma necessidade geralmente reconhecida. Foi assim que se industrializou a Alemanha a partir de 1870 e que ela se tornou, em menos de 50 anos, um grande país exportador de produtos industriais. [Contudo] a manutenção indefinida da proteção aduaneira, sem que as indústrias nacionais jamais atinjam a maturidade, só teria como resultado o encarecimento dos produtos e a baixa do padrão de vida da população”¹⁷².

A política de desvalorização cambial é encarada, também, como maléfica à nação, pois cria um protecionismo às mercadorias produzidas internamente, uma vez que encarece o produto estrangeiro e possibilita a venda dos produtos nacionais em maiores quantidades. Para Gudin, esta desvalorização é duplamente danosa para o Brasil, “internamente criando desequilíbrios e injustiças sociais em que poucos enriquecem à custa do sacrifício de muitos; externamente, empobrecendo o país pela piora de sua ‘relação de troca’, isto é, fazendo-o dar ao estrangeiro maior quantidade de produtos nacionais em troca da mesma quantidade de produtos estrangeiros”¹⁷³.

Reconhece Gudin que o Brasil não é um país essencialmente agrícola, pois não possui terras tão férteis se comparado, por exemplo, à Argentina. Entretanto, algumas terras são boas para determinadas culturas, como o café em São Paulo, o algodão em Minas Gerais etc., o que demonstra que “a nossa produção deve, portanto, ser orientada no sentido de uma economia mista, agrícola, extrativa e industrial. A preocupação constante, o objetivo máximo, no sentido agrícola e pecuário, como no industrial é o aumento da produtividade”¹⁷⁴.

¹⁷¹ Idem, op. cit., p. 322. Ainda ressalta o autor, que sendo “lento o processo de acúmulo de capital nacional, os povos que se alfabetizaram, se instruíram e depois se industrializaram recorreram em larga escala ao capital estrangeiro”.

¹⁷² Idem, op. cit., p.323.

¹⁷³ Idem, Ibidem.

¹⁷⁴ Idem, op. cit., p.324.

Enquanto o Brasil não chega à fase de expansão industrial, para Gudín, quem continuará pagando as importações para o reaparelhamento de nossa economia é a agricultura e aí se apresenta o grande problema da disparidade de preços entre os produtos agrícolas e os produtos industriais. Desta forma, Eugênio Gudín contrapor-se-á ao protecionismo porque, em sua visão, promove uma indústria que onera o custo de vida no país, pois “contentar-se com o produto mau e caro, só porque é nacional, é empobrecer o país. Produzir trilhos a 3 cruzeiros o quilo em vez de importá-los a 1 cruzeiro e pouco, em troca de café ou algodão economicamente produzidos, é retardar, em vez de acelerar, o ritmo de nosso progresso”¹⁷⁵.

No plano internacional, para resolver o problema da inelasticidade da oferta do produto agrícola em função do preço – identificada por Gudín como um dos motivos da Grande Depressão de 1929, em que os países industriais não tiveram seus produtos demandados no mercado internacional porque os países agrícolas não dispunham de recursos, devido à baixa do preço de seus produtos – propõe o autor, como proporá também na Conferência de Bretton Woods, na qual foi delegado, que se crie “organismos internacionais destinados a amortecer as oscilações dos produtos agrícolas”¹⁷⁶.

Roberto Simonsen não enviou nenhuma tese, mas foi publicado nos Anais do Congresso seu trabalho apresentado no auditório dos Serviços Hollerith, no dia 8 de Outubro de 1943, intitulado *Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de após Guerra*. Nesse trabalho demonstra a sua concepção, diametralmente oposta a de Eugênio Gudín, sobre a melhor forma de se aumentar a renda nacional brasileira naquele momento que se iniciava.

Para Roberto Simonsen, o término da Guerra assinalaria um período de harmonia e paz, com desenvolvimento mais igualitário entre as nações, e os Estados Unidos seriam o baluarte desse processo pelo seu fortalecimento econômico durante a Guerra, e pelas transformações havidas nos países da América Latina, principalmente o Brasil¹⁷⁷, além do esforço desses países no período da Guerra em apoio às tropas Aliadas.

¹⁷⁵ Idem, *Ibidem*.

¹⁷⁶ Idem, *Ibidem*.

¹⁷⁷ De acordo com Simonsen, “progredimos no trato dos nossos problemas sociais, no fortalecimento da unidade nacional e na formação dos nossos técnicos; melhoramos várias indústrias; criamos grande variedade de tipos novos de matérias-primas nacionais; mas nossa atividade produtora em geral não cresceu em ritmo que se comparasse ao de nossos grandes aliados”. Roberto SIMONSEN. “Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra: Geografia e Política Industrial” (Conferência Pronunciada a 8 de Outubro de 1943 no Auditório dos

A política do após-guerra, principalmente nos países da América Latina, deveria ser orientada de acordo com duas preocupações fundamentais, quais sejam: “como elevar a renda nacional em um nível suficiente para atender às necessidades nacionais em harmonia com o estágio de civilização a que juntamente aspiramos? E como assegurar a cada habitante do país um conjunto mínimo de recursos, capaz de lhe permitir uma existência digna?”¹⁷⁸. Sem sombra de dúvidas, a resposta a essas questões que norteariam a política econômica dos governos está na industrialização, para Simonsen, através de medidas coordenadas e protetoras por parte do Estado.

Simonsen defenderá a indústria e a produção em massa, a partir do desenvolvimento do mercado interno, como forma de baratear os custos de produção, empregar um maior número de pessoas nesse setor e, conseqüentemente, aumentar a renda nacional que se encontra muito baixa. Isto, porque:

“Nas indústrias manufatureiras se desfrutam, por toda parte, melhores salários que na agricultura. Aí os obreiros participam de uma atividade que emprega maior soma de fatores derivados da técnica, do capital e da organização(...). Pela produção em massa de gêneros dos de primeira necessidade, e pela sua distribuição, sob critério rigorosamente econômico, baratearíamos seu custo, proporcionando também maiores proventos aos que se entregam a esse labor. De outro lado, fortaleceríamos o salário real de todos os que vivem nos grandes centros. Essa política teria que ser feita paralelamente à de uma intensa industrialização do país. E quanto mais se aperfeiçoam os processos de trabalho na terra, maior será o número de colonos de que necessitamos para uma determinada produção agrícola”¹⁷⁹.

Reconhece também Roberto Simonsen que, na troca internacional entre produtos agrícolas e produtos industrializados, os primeiros levam desvantagem em relação aos segundos. Em suas palavras:

“Quando se realizam tratados de comércio entre uma nação fortemente industrializada, e outra, em que predominam, como artigos de exportação, os chamados ‘produtos coloniais’, promove-se de fato a troca de produtos fracamente remunerados, por outros altamente recompensados. Mesmo que se equilibrem, em valor monetário, as balanças de comércio e de pagamentos entre essas nações, o intercâmbio realizado favorece, sem dúvida, o país mais industrializado”¹⁸⁰.

Serviços Hollerith, no Rio de Janeiro). In: *Simonsen e a Operação Pan-Americana*. São Paulo: Serviço de Publicações do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1958, p.21.

¹⁷⁸ Idem, op. cit., p.22.

¹⁷⁹ Idem, op. cit., pp.28-9.

¹⁸⁰ Roberto SIMONSEN. “Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra: Geografia e Política Industrial”. In: *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. Op. cit., p.290.

Assim, a grande preocupação do governo nacional deveria ser a adoção de uma política industrial, através de uma intervenção direta na economia, um planejamento e tarifas protecionistas.

A tese de Eugênio Gudín e o trabalho de Roberto Simonsen, discutidas durante o Congresso, redundaram em intenso debate, no qual ficou clara a posição liberal de Gudín e a posição intervencionista de Simonsen.

Após receber as teses, a Comissão de Redação reuniu-se nos dias 09, 10, 13, 14, 15, 16 e 17 de dezembro com o objetivo de harmonizar as teses recebidas sem, contudo, rejeitar ou promover alterações que modificassem sua essência. Roberto Simonsen e Eugênio Gudín, entre outros, tiveram participação ativa nessa Comissão.

Roberto Simonsen apresentou as teses da Comissão da qual era presidente: Produção Agrícola e Industrial. Ao ler sobre o suprimento de gêneros alimentícios e matérias-primas aos países devastados pela Guerra, percebeu que não havia nenhuma referência ao café e ao algodão, pois os agricultores de São Paulo não participaram do Congresso. A partir dessa constatação, Simonsen recomendou que fosse feita uma indicação para a produção dessas culturas. O fato de os agricultores de São Paulo não terem participado do Congresso fez com que se insinuasse que eles não tinham nenhuma reclamação a fazer. João Daudt d'Oliveira esclareceu que ele mesmo fez o convite, em São Paulo, a essa classe produtora, dada a importância da agricultura, mas que eles julgaram que o convite chegara tarde demais, argumentaram que não havia tempo hábil para a formulação de uma tese para a agricultura. Os Congressistas discordaram, alegando que eles tinham um departamento especializado no assunto e que 30 dias seria tempo suficiente para a elaboração de uma tese sobre a agricultura. As recomendações foram sugeridas pelos representantes da FIESP, principalmente por Roberto Simonsen, demonstrando a preocupação dos industriais com a agricultura brasileira, e prontamente aprovadas¹⁸¹. Contudo, cabe ressaltar que, de acordo com Corsi, “as propostas para a agricultura voltaram-se, sobretudo, para incrementar a produção de alimentos e com isso baratear a força de trabalho e não para as exportações”¹⁸².

¹⁸¹ Para CORSI, “a reduzida participação de entidades ligadas à agricultura, evidenciava-se inclusive no fato de as propostas iniciais referentes ao setor terem sido elaboradas por técnicos da FIESP”. FRANCISCO LUIZ CORSI. *Os Rumos da Economia Brasileira no Final do Estado Novo (1942-45)*. Dissertação de Mestrado, IFCH-UNICAMP, 1991, p.132.

¹⁸² Idem, op. cit., p.141.

Na 3ª Sessão da Comissão de Redação realizada no dia 13, na qual Roberto Simonsen não se encontrava presente, um tema bastante polêmico foi abordado por Gudin: a aquisição de ouro por parte do governo brasileiro. Considerava que a compra de ouro levava a uma absurda política de emissões, causadora de inflação, pois o Banco do Brasil comprava ouro emitindo notas e aumentando assim os meios de pagamentos em circulação, além do que a compra de ouro não era essencial¹⁸³. Daniel de Carvalho contra argumentou que no Brasil a exportação de ouro estava proibida e se o governo cessasse a compra não haveria mais trabalho nas áreas de exploração do metal¹⁸⁴. Finalmente chegou-se a um consenso: recomendar-se-ia que não mais se devia emitir para comprar ouro, procurando-se outros meios de manter a exploração desse metal, sem prejuízo à indústria extrativa.

Após as discussões na Comissão de Redação, houve as discussões no Plenário, nos dias 14, 15, 16 e 17 de dezembro, cujo objetivo era o de aprovar ou não as teses encaminhadas pela Comissão de Redação.

O Presidente João Daudt d'Oliveira iniciou a Sessão ressaltando a repercussão que o Congresso alcançou, tanto no Brasil como no exterior, e elogiou o compromisso dos participantes com o “futuro econômico de nossa terra”¹⁸⁵. Em seguida, foi passada a palavra ao secretário Luiz Dodsworth Martins, que elucidou a importância desse Plenário: “o Plenário constitui o último filtro das conclusões aceitas pelas Comissões Técnicas e das recomendações formuladas pela Comissão de Redação”¹⁸⁶.

O primeiro trabalho a ser submetido à apreciação do Plenário é o da Comissão III – Moedas e Bancos, presidida por Eugênio Gudin. Discutia-se a criação do Banco Central e essa discussão se estendeu para a questão da inflação; analisando a proposta, os congressistas concluíram que ela não aconselhava a criação imediata do Banco Central, mas a de uma organização capaz de ir preparando o ambiente para a formação do instituto. Sobre a inflação, Roberto Simonsen em seu depoimento enquanto produtor revela:

“no Brasil existe, no momento, grande inflação. Esta não decorre, entretanto, como disse o Sr. Eduardo Lopes Rodrigues, do excesso de lucros. Onde se nota maior inflação é no Distrito Federal, onde não se registram os maiores índices de produção. Eis a prova evidente de que o fenômeno se verifica através da inflação monetária. Esta não decorre

¹⁸³ Anais do I Congresso Brasileiro de Economia, Volume 2, op. cit., pp.145-6.

¹⁸⁴ Idem, op. cit., p.147.

¹⁸⁵ Idem, op. cit., pp.273-4.

¹⁸⁶ Idem, op. cit., p.275.

apenas devido às grandes emissões do Tesouro, com a velocidade verificada, mas, ainda pela importação de capitais, oficial ou clandestinamente, e o seu emprego em bens imóveis. Temos uma inflação monetária, não só pela inflação do poder aquisitivo, como também pela vinda de capitais estrangeiros”¹⁸⁷.

Após longa discussão, o Presidente da Sessão, João Daudt d’Oliveira, colocou em votação a proposta de que se devia criar um organismo provisório, destinado a orientar e dirigir, temporariamente, a política monetária, creditícia, e preparar os elementos de organização do Banco Central. A proposta foi aprovada com 4 votos contrários e uma ressalva de Roberto Simonsen, que votou a favor, sem, contudo, excluir a hipótese desse organismo provisório constituir-se dentro do próprio Banco do Brasil¹⁸⁸.

Ainda, Roberto Simonsen requereu ao Plenário um aditivo que permitisse ao Banco do Brasil servir como órgão de preparo do ambiente necessário ao lançamento do Banco Central, pedido aprovado e remetido à Comissão de Redação para ulterior votação em Plenário.

Na discussão do Grupo II, Medidas de Combate à Inflação, a discussão foi acirrada, Eugênio Gudín ressaltou o item 4, mantido pela Comissão de Redação, que versava sobre o excesso dos meios de pagamentos. Roberto Simonsen foi um dos que pediram que esta conclusão voltasse à Comissão de Redação, defendendo que o objetivo dessa recomendação foi:

“sugerir ao governo um meio de obter moeda para adquirir câmbios de exportação sem efetuar novas emissões, gravando a inflação. Desta forma, poderá o governo continuar a manter a política de estabilidade relativa do nosso câmbio, sem lançar mão da inflação ou dos meios inflacionistas, para ocorrer este excesso de cambiais disponíveis”¹⁸⁹.

Roberto Simonsen ressalta que, de acordo com a conclusão inicial, em relação às empresas agrícolas, comerciais e industriais, o proposto Banco Central seria o responsável

¹⁸⁷ Idem, op. cit., p.298. Continuando seu discurso e defendendo que os lucros eram honestamente obtidos, ressaltou Roberto Simonsen: “o lucro é função da produção do país. O Brasil é pobre. Esses lucros apontados são ainda pequenos em relação aos de que carecemos. Se V. Ex. comparasse os lucros que estamos tendo hoje com o que os Estados Unidos auferiram em 1914, com a guerra, verificaria que os nossos são ridículos. Os Estados Unidos, com os lucros de guerra, pagaram todas as suas dívidas, passando de país devedor a país credor. O encarecimento extraordinário da vida constitui prova evidente de que a inflação é, principalmente monetária. Justamente o Banco Central não visa emitir, mas regular e condicionar a emissão às necessidades da produção. Ninguém pode ser contra o Banco emissor, criado em moldes clássicos. O Banco Central passa a emitir com um critério técnico, científico. Não é um meio de consertar a inflação querendo avançar nos lucros honestamente obtidos pela indústria e pelo comércio. Os lucros devem ser incentivados para que a produção aumente”. Idem, op. cit., p.299.

¹⁸⁸ Idem, op. cit., p.308.

¹⁸⁹ Idem, op. cit., p.429.

para julgar as condições compensadoras para essas empresas se expandirem, no tocante ao desconto de Letras do Tesouro oferecidas a elas, de títulos vinculados à importação para seu reaparelhamento econômico. O que Simonsen queria explicitar é “não parecer, de forma alguma, que deixamos ao arbítrio do Banco do Brasil ou do Governo julgar quais sejam as condições compensadoras, mas sim nós, comerciantes, industriais e agricultores, no mercado livre da oferta e da procura, descobriremos quais as condições vantajosas”¹⁹⁰.

Essa discussão deslizou para as causas da inflação brasileira, uns acusando o excesso dos meios de pagamentos, outros os lucros extraordinários das indústrias. A partir desta última constatação, foi proposta uma taxa de 100% sobre os lucros extraordinários; por fim, para dar termo ao debate, o Presidente da Sessão propôs o julgamento da proposta inicial, vinda da Comissão de Gudin e alterada na Comissão de Redação, por conta das propostas de Simonsen. A proposta foi aprovada, porém, votando contra o Presidente do Sindicato dos Economistas de Pelotas, Eduardo Lopes Rodrigues e Eugênio Gudin; este último argumentou que votou contra pessoalmente e não na qualidade de membro da Comissão. A tese foi aprovada como a de número 136, conforme segue:

“que o excesso de meios de pagamentos, resultantes da necessidade da compra de letras de exportação sem a correspondente contrapartida de importações, seja, tanto quanto possível, absorvido mediante o desconto de letras do Tesouro e o oferecimento pelo Banco do Brasil, em condições compensadoras, às empresas agrícolas, comerciais e industriais, de títulos, em moeda nacional ou em divisas, vinculadas à importação para seu reaparelhamento econômico”¹⁹¹.

O fato de não ter havido nenhum debate mais aprofundado sobre os lucros extraordinários das indústrias nos leva a crer que a predominância no Congresso de setores ligados à indústria e ao comércio, através da liderança de Roberto Simonsen, limitaram esse debate e nenhuma recomendação fosse sugerida acusando esses lucros. Contudo, sabemos que o governo Getúlio Vargas taxou os lucros das indústrias e do comércio que foram considerados extraordinários. Vamos, agora, nos remeter a este debate, que muita movimentação causou no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

¹⁹⁰ Idem, op. cit., pp.429-30.

¹⁹¹ Anais do I Congresso Brasileiro de Economia, Volume 1, op. cit., p.163.

Além de não contar com uma política protecionista que se preocupasse com o desenvolvimento das indústrias brasileiras, como vimos na parte 2 do *Capítulo II*, no período da Segunda Guerra Mundial as indústrias nacionais foram acusadas de estarem obtendo lucros extraordinários. Gudin, em sua Carta à Comissão de Planejamento Econômico, considera que a indústria nacional “não satisfeita de realizar durante a Guerra lucros astronômicos, ainda tem a coragem de invocar (e obter) no pós-guerra o amparo do Estado para elevar ao infinito as tarifas aduaneiras(...)”¹⁹². Os industriais se defendiam considerando que os lucros não eram extraordinários e que significavam um resultado do período de Guerra. Legitimando os lucros das indústrias, considera Antônio Pereira:

“Primeiramente o custo da produção, entre nós, aumenta continuamente: é a matéria-prima que dobrou e redobrou de preço, são os transportes que encarecem em larga escala, o seguro que cresceu em percentagem elevada, são os salários que sofreram sensíveis acréscimos, são os impostos e taxas que multiplicaram, e são os ônus da legislação social que, dia a dia, assumem grandes proporções. Tudo isso concorre, sensivelmente, para diminuir a cifra dos ganhos econômicos, tornando-os precariamente fictícios e efêmeros. Em segundo lugar, cumpre levar em conta – e é importante este ponto – que, na crise anterior à guerra, assinalada por toda gente, as empresas arcaram com enormes prejuízos, sofrendo sensíveis desfalques de seus capitais, maquinarias, *stocks* e, sobretudo, na sua capacidade de produção. Os lucros atuais vieram, conseqüentemente, compensar, em parte, as perdas passadas, cobrindo déficits e restaurando, em toda sua plenitude, o trabalho industrial. E diz-se em grande parte, porque os encargos vigentes da produção absorveram, em outros aspectos, o restante dos lucros”¹⁹³.

Na primeira Reunião do ano de 1944, do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP/FIESP), realizada em 5 de janeiro, a preocupação com a implementação da taxa sobre os lucros extraordinários era evidente, principalmente porque o Ministro havia convocado o presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Euvaldo Lodi, e o presidente da Federação das Associações Comerciais do Brasil, João Daudt d’Oliveira, para a apreciação do projeto, o qual pretendia-se promulgar já no dia seguinte.

Euvaldo Lodi ditou o projeto para a estenografia de Roberto Simonsen, pois não conseguiu anuência do Ministro para enviá-lo à sua representação de classe. Roberto

¹⁹² Gudin, Eugênio GUDIN. Carta à Comissão de Planejamento. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, p.220.

¹⁹³ Antônio Horácio PEREIRA. *O imposto sobre lucros extraordinários (comentários gerais: histórico, sistema de tributo e legislação)*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito Ltda, 1944, p.18.

Simonsen e um grupo de industriais que com ele analisou o projeto concluíram que este era extremamente prejudicial aos setores industrial e comercial. Em suas palavras, temos que o projeto é:

“profundamente injusto, porque vai ferir, desigualmente, os vários setores da produção. Em 1939 e 1940, a indústria de fiação e tecelagem estava em plena crise; como tomar esse biênio como base de lucros normais?(...). Há outra face do projeto que é profundamente lamentável: é o seu aspecto demagógico que procura cristalizar, no conceito público, a condenação à obtenção de lucros. Certamente: condeno os lucros provindos de fáceis especulações ou de manobras bolsistas e de altas artificiais, como prejudiciais; mas, em tese, são os lucros que permitem a formação de capitais e sem estes não há progresso, e, portanto, não se obterá melhoria do padrão de vida, em qualquer país.¹⁹⁴”

Havendo dissenso sobre o projeto, Euvaldo Lodi e João Daudt d’Oliveira conseguiram um adiamento de sua implementação, o que fez com que as classes representadas se organizassem e Roberto Simonsen entrasse em contato com o Ministro e com o Interventor de São Paulo, entre outras autoridades. Deixava claro Simonsen que, no contexto de guerra, haveria a necessidade de ajudar a custeá-la e que a classe industrial não estava se esquivando de sua obrigação de contribuir com o Erário; contudo, da forma que estava exposto no projeto, significaria prejudicar a indústria nacional e, principalmente, o comércio¹⁹⁵.

Os lucros do setor industrial e comercial eram tidos como um dos causadores da inflação, por isso, taxar esses lucros, além da possibilidade de diminuir a inflação, significava também contribuir no orçamento do governo para equiparar o aumento de gastos relativo aos esforços de guerra. Roberto Simonsen discorda da assertiva de que a inflação brasileira se deve aos lucros da indústria ou do comércio; em sua opinião, a origem da inflação provém da emissão de papel moeda. Por isso, no Primeiro Congresso Brasileiro de Economia foi proposto que o governo não mais emitisse papel-moeda para adquirir ouro e que procurasse diminuir o excesso de meios de pagamentos através das Letras do Tesouro. Nas palavras de Simonsen, temos:

¹⁹⁴ *Atas do Centro das Indústrias de São Paulo e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*. 5 de Janeiro de 1944, p.6.

¹⁹⁵ Para Simonsen, op. cit., p.7, “o comércio seria muito mais prejudicado que a indústria, porque em relação a esta, há uma ressalva em favor dos lucros industriais que forem aplicados no reequipamento das fábricas. Mas o comércio não tem máquina, de modo que ficaria numa situação de ser fortemente taxado”.

“as pessoas que acompanham a publicação dos balanços mensais da Caixa de Amortização devem ter verificado que estamos emitindo hoje uma média de cerca de Cr\$ 200.000.000,000 por mês. E os sintomas da inflação são evidentes. O Sr. Ministro Souza Costa sustenta o princípio de que o Tesouro não está fazendo a inflação, alegando ser a nossa moeda forte, porque existe, como contrapartida, ouro depositado no estrangeiro(...). A inflação ameaça agravar-se continuamente, pela emissão, mesmo as destinadas a compra de ouro. O ouro só constitui, de fato, um lastro mobilizável para o numerário, quando pode ser livremente manobrado para tal fim. Mas, no momento em que o ouro está entesourado nos bancos no estrangeiro, e o governo não tem meios de importar mercadorias, se passa a emitir para comprar ouro e cambiais que não podem ser revendidos, está diretamente aumentando a inflação no país. A circulação deve ser de cerca de Cr\$ 12 bilhões de cruzeiros, quando, em 1939, era quatro bilhões de cruzeiros”¹⁹⁶.

Roberto Simonsen se dirigiu à Capital Federal para, junto ao Ministro da Fazenda, discutir os pontos mais polêmicos do projeto sobre os lucros extraordinários. Na reunião do dia 26 de janeiro de 1944, Humberto Costa ressalta o êxito dessa viagem de Simonsen para as alterações necessárias do projeto¹⁹⁷. Contudo, apesar de amenizar os impactos dessa taxa sobre a indústria e o comércio, Simonsen não considera que tenha havido vitória para as indústrias, pois para ele o grande problema é a ausência de uma política financeira de guerra por parte do governo brasileiro, que vem gerando a paradoxal situação de que quanto mais se exporta, maiores as dificuldades que se criam para o país. “No entanto, em vez de nos enriquecermos, se continuarmos a emitir para comprar cambiais que não podem ser revendidas, se persistimos nessa política de emissão para estes e outros fins, iremos inflacionando, cada vez mais, o meio circulante”. E as consequências dessa política econômica seriam:

“alta da mão-de-obra, alta das matérias-primas, alta dos produtos fabricados e o encarecimento geral da vida. Terminada a guerra, os países nossos concorrentes em que houve definida política financeira, vão encontrar o nosso com a produção industrial a preços muito mais elevados que antes da guerra, as tarifas fixadas em mil réis e

¹⁹⁶ Op. cit., p.8.

¹⁹⁷ “Meus senhores, disse que tivemos uma vitória e essa foi por termos conseguido com a atitude firme do nosso presidente que fossem atenuados quase todos os itens do antigo decreto: média de lucros baseado no biênio 1939-40. Agora, tivemos possibilidade de juntar dois anos de 1936 a 1940 e formar o nosso biênio. Sobre esses lucros ainda tivemos a possibilidade de crescer 50%(...). Para as firmas que se fundaram de 1940 para cá, o projeto inicial concedia lucro normal somente 15%. Essa taxa foi elevada para 25%. Essa porcentagem de 25% pode se aplicar também às firmas já constituídas anteriormente a 1940, se assim o entenderem(...). O projeto inicial não isentava ninguém no Brasil e logo de início as classes produtoras conseguiram que uma certa cifra fosse considerada como normal. Iniciou-se em 200.000 de cruzeiros e finalmente os nossos representantes nos debates concluíram com 1.000.000 de cruzeiros”. Humberto Reis Costa, *Atas do Centro das Indústrias de São Paulo e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*. 26 de Janeiro de 1944, p.3.

relacionadas aos valores anteriores à guerra. Estaremos, então, em situação precária para a luta no terreno comercial”¹⁹⁸.

Após longo debate, onde estiveram presentes as entidades representativas da indústria e do comércio, em 24 de janeiro de 1944 foram promulgados os decretos-lei n° 6.224 e 6.225, instituindo o tributo sobre os lucros extraordinários, bem como os “certificados de equipamento”¹⁹⁹ e os “depósitos de garantia”²⁰⁰, regulamentados pelo decreto n° 15.028, de 13 de maio de 1944. Estes dois últimos complementam o Decreto-Lei que criou a taxaço sobre os Lucros Extraordinários e têm como objetivo “facilitar as empresas contribuintes do imposto a dispensa do pagamento deste, uma vez preferiram inverter importância ao dobro do gravame na aquisição de ‘certificados de equipamento’ ou na constituição de ‘depósitos de garantia’”²⁰¹.

A introdução do imposto sobre lucros extraordinários, mesmo com a opção do industrial ou do comerciante de decidir se paga o gravame ou se adquire os “certificados de equipamento”, ou os “depósitos de garantia”, atende ao objetivo último do governo brasileiro – o de auferir rendas para a situação de guerra. O Brasil não foi o único país a aderir ao imposto sobre lucros, contudo, o fez de maneira menos organizada que a Inglaterra e os Estados Unidos, por exemplo, além da Argentina e do Uruguai. Os “certificados” e os “depósitos” traziam uma roupagem de preocupação com a modernização tanto das indústrias como do comércio brasileiro e, dentro do projeto proposto pelo governo, em que as classes produtoras se reuniram para alterá-lo, estas classes organizadas conseguiram algum êxito, mas levaram em consideração a necessidade de “ajudar” o Brasil no contexto de Guerra, e não em assumir que os lucros auferidos fossem, de fato, extraordinários.

¹⁹⁸ Roberto Simonsen. *Atas do Centro das Indústrias de São Paulo e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo*. 26 de Janeiro de 1944, p.5. Simonsen ainda ressalta que o Presidente da República está por realizar as nomeações para o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e que esse assunto será nesse Conselho tratado com maior ênfase.

¹⁹⁹ O certificado de equipamento “é um título nominativo e intransferível, rendendo juros mensais de 3%, emitido pelo Banco do Brasil por conta do governo, para ser resgatado em moeda de curso internacional, na data em que for possível ao portador adquirir máquinas e utensílios, no estrangeiro, para o reaparelhamento da sua empresa”. PEREIRA, op. cit., p.37.

²⁰⁰ O depósito de garantia “é uma guarda de dinheiro, sob responsabilidade do Estado, feita pelos empregadores, no Banco do Brasil, com o escopo de fazer face a prejuízos que comprometam profundamente a situação da empresa, ou de realizar investimentos que sejam de utilidade do governo” Idem, Ibidem.

²⁰¹ Idem, op. cit., pp.36-7.

Retomando o I Congresso Brasileiro de Economia, temos a discussão em torno do Grupo IV da Comissão presidida por Gudin, intitulada Política Monetária, que foi bastante acalorada²⁰². Inicialmente Eugênio Gudin leu as conclusões das teses de Otávio Bulhões, dizendo que a Comissão de Redação havia recomendado mais um item. Após a leitura, Gudin defendeu as propostas e sugeriu que, pelo fato de os 5 itens estarem interligados, deveriam ser votados em conjunto. Roberto Simonsen argumentou que pelo fato das propostas se apresentarem sob o signo de Política Monetária, não poderia aprová-las da maneira sugerida, pois “política monetária abrange uma série de fenômenos, de fatores que não estão somente adstritos à circulação monetária, propriamente. Dentro da política monetária se enquadram o crédito, o Banco do Brasil, as transferências e uma série imensa de problemas, ligados também, à circulação, mas não exclusivamente ligadas a ela”. A partir dessa constatação, Roberto Simonsen propôs que “se reunissem essas várias resoluções propostas pelo ilustre Dr. Otávio Bulhões, formando uma conclusão de ordem geral, marcando, exatamente, a compreensão que o Congresso tem do que seja uma política monetária”. Ressalta ainda Simonsen: “nestas condições, as conclusões da política monetária ficarão articuladas com outras que surjam no setor bancário, no setor de investimentos, e não terei dúvida em aceitá-las como se acham, salvo adaptações de redação aconselháveis”²⁰³.

Eugênio Gudin não concorda, acreditando que a emenda de Roberto Simonsen seja mais relativa ao sistema bancário em geral, mas Simonsen defende que política monetária compreende o sistema bancário em geral. Com isso, Gudin recomenda que essa emenda seja adicionada à parte relativa aos bancos ou ao crédito agrícola. A partir daí, inicia-se um intenso debate entre Gudin, Simonsen e Bulhões sobre a questão da política monetária e sua caracterização.

Gudin afirma que a política monetária não pode formar capitais e Simonsen defende que “a política monetária, sendo uma série de doutrinas condizentes com o crédito, com os

²⁰² De acordo com CORSI, “um dos pontos mais polêmicos do Congresso foi a discussão sobre qual a política monetária mais adequada naquele momento de aceleração inflacionária. As discussões giravam em torno de uma proposta de Otávio Gouveia de Bulhões, que defendia que a política monetária deveria centrar-se no combate à inflação por meio de um aperto monetário e creditício. No que diz respeito ao crédito, propunha uma política de controle seletivo, que deveria levar em consideração a situação de cada setor. O desenvolvimento deveria ocorrer com estabilidade de preços. Roberto Simonsen se opôs ao princípio geral que norteava a proposta de Bulhões e apresentou uma emenda no sentido de subordinar a política monetária à melhoria do nível de atividade econômica. Ou seja, tal política deveria pautar-se por estimular os negócios. Luiz Francisco CORSI. O I Congresso Brasileiro de Economia. In: *IV Congresso Brasileiro de História Econômica*. São Paulo, Setembro de 2001.

²⁰³ Anais do Primeiro Congresso de Economia, Volume 2, op. cit., p.459.

sistemas bancários e com a circulação, pode, mediante orientação adequada, canalizar economias populares para formar, em conjunto, capitais que serão aplicados por intermédio do Banco Central, ou sob a sua administração”²⁰⁴. Gudin afirma: “não posso concordar com uma tese que diz dever a política monetária ser baseada na formação de capitais. Seria largamente inflacionista”. Roberto Simonsen complementa: “absolutamente, V. Ex^a. está confundindo. Inflação não forma capital. Não sou inflacionista. Ao contrário: a boa economia evita a inflação”²⁰⁵.

Roberto Simonsen elucida que quer definir o caráter geral da política monetária. Otavio Bulhões, a partir da proposta de Simonsen, que diz ter a política monetária por objetivo incentivar a formação de capitais, ressalta que “há uma frase um tanto perigosa na proposta do Dr. Roberto Simonsen, quando diz que a política monetária tem por fim incentivar a formação de capitais”. Simonsen intervém afirmando que “esta é uma das finalidades”. Bulhões continua: “uma finalidade perigosa, porque se pode daí depreender que o Banco, por um motivo qualquer, facilitará o crédito, para incentivar essa indústria, exatamente em condições de produtividade técnica condenável”. Defende-se Simonsen dizendo que “existe, esparsa pelo Brasil, uma quantidade enorme de pequenas economias, que não se pode transformar em capitais produtivos, justamente porque está esparsa. Aconselha-se, então, uma política mais intensa de drenagem”²⁰⁶. Para Bulhões, essa afirmação diz mais respeito à política bancária, e Simonsen completa afirmando que esta se encontra em política monetária.

No final, a conclusão é aprovada basicamente com as alterações sugeridas por Simonsen, ficando assim redigida: “a política monetária deve ser orientada de modo geral, dadas as condições do meio brasileiro, no sentido de incrementar a eficiência das atividades econômicas e a encaminhar as economias para os investimentos produtivos”²⁰⁷. O que confirma, de acordo com Corsi, “que as forças concentradas em torno de Simonsen e de outros líderes das burguesias comercial e industrial eram majoritárias, mas também indica a existência de um grupo próximo de um modelo liberal de desenvolvimento econômico, do qual Eugênio Gudin era um dos principais representantes”²⁰⁸.

²⁰⁴ Idem, op. cit., p.460.

²⁰⁵ Idem, op. cit., p.461.

²⁰⁶ Idem, op. cit., p.463.

²⁰⁷ Idem, op. cit., p.469.

²⁰⁸ CORSI, op. cit., p.143.

Na 5ª Sessão Ordinária, realizada no dia 16 de dezembro às 21h, quem assume a Presidência é o segundo Vice-Presidente, Daniel de Carvalho. Nessa Sessão, os primeiros debates serão referentes à Comissão I, presidida por Roberto Simonsen, para sua finalização. Em geral, as conclusões foram aprovadas com raras modificações, restando uma conclusão para ser analisada em separado pelo fato de causar dissenso, sendo ela a que se refere às pequenas e médias indústrias. Muitos se colocaram contra essa proposta por acreditarem que a grande indústria é aquela que oferece uma maior racionalização da produção, gerando uma diminuição dos custos e, conseqüentemente, uma queda nos preços.

Roberto Simonsen saiu em defesa dessa conclusão com argumentos bastante pertinentes. Revelou que esta proposta partiu dos grandes industriais, estando inclusive presente o presidente da Confederação Nacional das Indústrias, Euvaldo Lodi; no entanto, quem se posiciona contrário à essa proposta são justamente pessoas alheias à indústria. Simonsen, para sustentar a tese, se remete ao livro publicado por um sueco, intitulado “A Desintegração da Economia”, no qual ressalta o autor o mal da proletarização, causada pelas grandes indústrias, em que grandes concentrações de operários, obrigados a fazer um serviço extenuante e repetitivo durante muitos anos, incute-lhes a mentalidade de classe e o espírito de revolta. Considera também Simonsen que os Estados Unidos evoluíram da pequena e média indústrias e que o Presidente Roosevelt viu a necessidade de promulgar leis anti-trustes. Completa Roberto Simonsen dizendo que o Brasil possui 85.000 fábricas e quanto mais se disseminarem as fábricas, mais oportunidades se oferece aos brasileiros de obterem melhor padrão de vida, um padrão de vida médio superior ao dos operários. Finalizando, chama a atenção para o perigo de uma grande indústria se instalar no país e aniquilar várias pequenas e médias indústrias. A partir dessa constatação, deixa uma pergunta no ar: isso seria vantajoso apenas pelo fato de baixar o preço dos produtos?²⁰⁹.

A conclusão foi aprovada com um substitutivo de Jurandir Pires Ferreira, aceito prontamente por Simonsen, por considerá-lo atender ao principal objetivo da FIESP, ficando assim aprovada esta conclusão: “que se estimule, de preferência, por todos os meios, a disseminação da pequena e média indústrias no país, protegendo-a contra a eventual ação de grandes centralizações industriais”²¹⁰.

²⁰⁹ Anais do Primeiro Congresso de Economia, Volume 2, op. cit., p.491-501

²¹⁰ Idem, op. cit., p.500.

Na 7ª e última Sessão Ordinária, realizada dia 17 de dezembro às 21h, quando das discussões do Grupo I da Comissão VI, Planos Internacionais e de Caráter Social, duas recomendações foram excluídas para serem analisadas à parte, e as outras sete foram prontamente aprovadas. Roberto Simonsen, que se encontrava na Comissão de Redação, se ausentou da mesma para defender essas duas conclusões em Plenário, argumentando que elas foram “elaboradas por um grande perito em questões internacionais”²¹¹. Simonsen reconheceu que a conclusão número 6 não estava redigida com clareza, e que a número 5 precisava de esclarecimentos – e pôs-se a esclarecê-la. Após seus esclarecimentos, houve uma reformulação das conclusões, sem, contudo, perder de vista o objetivo das mesmas. Desta forma, ficaram assim redigidas, item nº 5: “que todas as reformas sociais, políticas e financeiras do após-guerra terão de se apoiar, necessariamente, numa sólida situação econômica”, e item 6: “o Congresso reconhece que para o Brasil, nas relações internacionais, devem os interesses econômicos preponderar efetivamente sobre os financeiros”²¹². Roberto Simonsen argumentou que no Continente Americano existem apenas duas nações ricas – os Estados Unidos e o Canadá –, e essas conclusões reiteram o compromisso proposto pelo Brasil no Congresso Pan-Americano, realizado em 1935, em Buenos Aires, de que as nações da América melhorassem o nível de seu padrão de vida, uma vez que “no Continente Americano, regiões atrasadas, empobrecidas, eram fatais os desentendimentos geradores de injustiças sociais de caráter nacional ou internacional”²¹³, que poderiam comprometer a tranqüilidade de todos os países.

²¹¹ Idem, op. cit., p.581.

²¹² Idem, op. cit., p.586.

²¹³ Idem, op. cit., p.581. É interessante reproduzir a fala de Luis Rollemberg, relator das teses debatidas, acerca da número 6, antes de sua aprovação, sua defesa de uma protecionismo, a crítica às remessas dos encargos da dívida externa e também aos planos White e Keynes. Em suas palavras: “relativamente ao item 6º, tenho a lembrar que se visa fixar uma situação diferencial evidente entre os países que têm interesses a defender, nitidamente sob o ponto de vista econômico, e os outros que têm de defender sob o ponto de vista financeiro. Essas diferenciações se manifestam, de início, em relação à política de intercâmbio. E verificamos que agora se vai, de maneira definitiva, firmando a tendência dos países super-industrializados, dos países super-capitalizados, dos países a que se refere essa conclusão, que têm maior interesse na manutenção de assuntos de ordem financeira, no sentido de desenvolverem a política de livre cambismo, suscetível de dar plena expansão às suas riquezas exportáveis, enquanto aqueles outros países, cujas economias ainda estão em evolução, têm de apelar, dentro dos seus mais legítimos direitos, para a manutenção do regime de protecionismo”.

Prossegue o autor: “e não é só isso, pois verificamos que as inversões de capitais, a absorção de juros e amortização da dívida externa, aplicação desses capitais no estrangeiro, feita por grandes países, tudo isso se eleva a somas fabulosas, sendo que somente a Inglaterra recolhe, por anos, mais de 100 milhões de esterlinos”.

Ainda: “devemos acentuar que os planos White e Keynes, aqui lembrados, tendem, através de empréstimos para estabilização e cobertura de possíveis ‘déficits’ da balança comercial, a reforçar mais ainda essa política de colonialismo econômico, sob a qual tem vivido quase todas as nações”.

Concluindo: “parece-me fundamental procurar estabelecer que é da nossa conveniência fixar-se em definitivo essa distinção entre países que têm, proeminentemente, de defender seus interesses de ordem econômica, e aqueles que têm

As considerações de Roberto Simonsen e Luiz Rollemberg foram importantes para a aprovação das duas conclusões, sem alterações dos objetivos propostos pelas mesmas, alteração apenas de redação.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Economia é um marco no processo de desenvolvimento da economia brasileira, com uma participação intensa de vários setores da sociedade que, de fato, se encontravam receosos com o caminho a ser seguido pelo Brasil no período que se anunciava e propunham medidas econômicas a serem seguidas pelo governo após o conflito bélico. Os defensores de uma maior intervenção do governo na economia, de uma política industrialista coerente e protecionista²¹⁴, liderados por Roberto Simonsen, foram os vitoriosos nas aprovações das teses finais do Congresso, muito embora, os defensores de uma política liberal marcassem presença, liderados por Eugênio Gudin²¹⁵.

A discussão ocorrida no Primeiro Congresso de Economia, não se encerra com o fim do Congresso, pois os dois grandes nomes do Congresso, Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, irão, de certa forma, continuar o debate no Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, e na Comissão de Planejamento Econômico, onde cada um exporá as formas de o Brasil se desenvolver. Simonsen defenderá uma política amplamente intervencionista por parte do Estado, onde este ampare a indústria e também a agricultura, pois vê a necessidade do desenvolvimento agrícola como um suporte para o desenvolvimento industrial. Em contrapartida, Gudin defenderá que o Estado já está participando demais da

tendências pronunciadas, de acordo com seus interesses supercapitalista, de defender os de caráter financeiro”. Idem, op. cit., p.584-5.

²¹⁴ O caráter protecionista do Congresso se evidencia na Comissão de Circulação e Transportes presidida por Euvaldo Lodi, que reconhece e estimula a ampla participação do Estado brasileiro, no sentido de adotar uma política intensiva de estímulos às exportações e prioridades nas importações e considera que o Brasil deve adotar normas aduaneiras que amparem e estimulem sua industrialização, “recomenda que o regime aduaneiro mais conveniente ao país é o que deve amparar e estimular sua industrialização, mediante adequada proteção que coloque as atividades econômicas ao abrigo de concorrências desleais, ou de esmagamento, sem impedir a intensificação do comércio com as demais nações. As tarifas deverão sempre ser elaboradas com a audiência das classes interessadas, examinadas com o objetivo do fortalecimento da economia nacional, do aumento da renda nacional e da necessidade de estimular a produtividade”. *Anais Primeiro Congresso Brasileiro de Economia*, Volume 1, op. cit, p.159. Gudin colocou-se contra essa conclusão, contudo, não obteve êxito em sua argumentação e ela foi aprovada como definida na Comissão de Redação.

²¹⁵ De acordo com BALESTRIERO, “Gudin defendeu propostas liberais, em oposição à proposta majoritária e vencedora do Congresso, que propunha uma política de apoio à industrialização por parte do Estado, proposta por Roberto Simonsen. Liderou mesmo [Gudin], uma oposição às propostas que embasaram o relatório final do Congresso, de teor industrialista e intervencionista”. Geraldo Elvio BALESTRIERO. *Gênese do Planejamento Econômico no Brasil*. São Paulo, 1996, mimeo. Tese (Doutorado), USP/FFLCH, p.85.

economia e, para justificar sua constatação, utilizar-se-á inclusive de Hayek, o qual condena qualquer participação do Estado na economia; defenderá que se deve proporcionar o desenvolvimento da agricultura como forma de o Brasil superar a situação de pobreza, atacará as indústrias, acreditando que elas utilizam-se demais do protecionismo e que, mesmo assim, não conseguem se desenvolver.

Apesar de as recomendações aprovadas no Congresso em sua maioria defenderem a industrialização como saída para o desenvolvimento nacional, possibilitando a elevação de nossa renda, isto não quer dizer que tenham sido postas em prática, mas marcam a posição de um setor que se encontrava organizado e que tinha clareza das novas demandas advindas como resultado da Segunda Guerra Mundial.

De acordo com Corsi, o Congresso denota:

“ter certos representantes da burguesia industrial e comercial razoável percepção da nova ordem internacional emergente, pelo menos no tocante às relações entre países industrializados e subdesenvolvidos. A defesa do livre-cambismo por parte dos EUA, atingiria diretamente seus interesses vitais. A industrialização não teria solução de continuidade sem uma política protecionista, como, aliás, foi proposto pelo congresso. Os tratados de comércio teriam que levar em conta este ponto fundamental”²¹⁶.

²¹⁶ Idem, op. cit., p.158.

III.3. A Controvérsia sobre o Planejamento Econômico

A *Controvérsia sobre o Planejamento Econômico Brasileiro* iniciou-se com as pretensões da classe industrial representada por Roberto Simonsen, de criação de um Órgão Governamental que preparasse a transição da economia brasileira. De acordo com a idéia, Alexandre Marcondes Filho providenciou a instauração desse órgão com a anuência do presidente da República, Getúlio Vargas. De outro lado, Vargas providenciou também a implementação da Comissão de Planejamento Econômico. A partir da instauração desses dois Órgãos, temos o debate travado entre Simonsen e Gudin, sobre as formas de o Brasil consolidar seu desenvolvimento no pós-guerra.

O Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) fora criado em 1943, pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, e a esse Ministério ficou subordinado.

O Brasil já contava, desde 1934, com um órgão de planejamento, o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), que atuou até 1949, cuja função era promover um “planejamento em sentido amplo na administração pública”²¹⁷.

²¹⁷ DOELLINGER, op. cit., p.12. Para BALESTRIERO, op. cit., p.22, em concordância com Doellinger, “durante todo o Governo Provisório, nenhuma repartição pública foi tão importante como precursora do aparelho planejador como o Conselho Federal de Comércio Exterior”. O CFCE foi criado, de acordo com BIELSCHOWSKY, op. cit., pp.254-5, “para planejar a política de comércio exterior brasileiro. Em 1936, suas atribuições foram estendidas para incluir estudos e propostas de medidas de fomento a todos os setores da economia nacional, assumindo, assim, as funções que deveriam ser

Com o esboço do final da guerra, criou-se a possibilidade de substituir a Coordenação de Mobilização Econômica (CME)²¹⁸, que havia sido criada em setembro de 1942, para atuar durante o período da Segunda Guerra Mundial, por outro órgão cuja atuação seria a de promover a transição para o regime de paz e continuar, após a transição, sua atuação.

A proposta do Ministro, de criação do CNPIC, apesar de acatada pelo presidente Getúlio Vargas, além de atender aos anseios da classe produtora, gerou atritos com os representantes do CFCE, principalmente com seu Diretor Geral, Ciro de Freitas Vale, o qual acusava o CNPIC de estar adentrando na seara do CFCE. O CFCE tinha como presidente, o próprio presidente da República, Getúlio Vargas, apesar de que quem o comandava, de fato, ser o seu Diretor Geral.

Em março de 1944, o CNPIC é instalado e seu primeiro trabalho fica a cargo de Roberto Simonsen, o qual já havia, durante o I Congresso de Economia, ressaltado a importância do CNPIC e delegado vários atributos a esse Conselho.

O trabalho de Roberto Simonsen, após apreciação do Conselho, foi enviado à recém criada Comissão de Planejamento Econômico²¹⁹, que elegeu Eugênio Gudin para analisar o relatório. A criação da Comissão de Planejamento Econômico por Getúlio Vargas teria ocorrido, nas palavras de Eugênio Gudin, pelo seguinte motivo:

“ele [Getúlio] queria que os problemas econômicos brasileiros fossem estudados. Acho que sentiu que aquela comissão criada por Marcondes Filho era 100% controlada pelo Roberto Simonsen e quis outra comissão para anular aquela (...). Alguém deve ter informado a ele que aquilo era uma coisa dominada pelo Simonsen para a defesa dos interesses da Federação das Indústrias de São Paulo”²²⁰.

desempenhadas pelo Conselho da Economia Nacional (criado pela Constituinte de 1937 mas, de fato, inexistente). É longa a lista de decisões governamentais relativas não só ao comércio exterior, mas também à produção agrícola e, sobretudo, à produção industrial, que seguiram as recomendações desse órgão”.

²¹⁸ O CME tinha como objetivo, promover “a orientação das atividades econômicas visando viabilizar a produção dos ‘materiais e produtos mais necessários e urgentes’; o controle, através da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil, da importação e exportação de matérias-primas, produtos semi-manufaturados e manufaturados, ‘atendendo às conveniências e necessidades das forças armadas, do serviço público e do povo em geral’; a coordenação dos transportes no território nacional e para o exterior; o planejamento, direção e fiscalização do racionamento de combustíveis e energia etc”. BIELSCHOWSKY, op. cit., p.255.

²¹⁹ “A Comissão de Planejamento Econômico foi criada em maio de 1944, instalada oficialmente em outubro de 1944 e deixaria de funcionar no ano seguinte, com a queda de Vargas. Fazia parte do Conselho de Segurança Nacional e tinha por finalidade executar o planejamento econômico e realizar estudos gerais sobre a economia nacional, levando em consideração os interesses militares”. Sérgio Buarque de HOLLANDA FILHO, *um debate histórico entre intervencionismo e liberalismo econômico no Brasil: R. Simonsen x E. Gudin*. São Paulo: IPE/USP, Seminário nº22/99-29.10.1999, p.6.

²²⁰ Eugênio GUDIN, *Eugênio Gudin (depoimento, 1979)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC-História Oral, 1980, p.153. De acordo com BALESTRIERO, op., cit., p.83. “não falta mesmo quem acredite, com base em indícios no mínimo

Apesar da rápida passagem, tanto do CNPIC quanto da CPE, suas ocorrências demonstram a transformação pela qual o capitalismo brasileiro estava passando. Se do ponto de vista político significava a tentativa do governo de “salvar-se” das mudanças que estavam em curso, principalmente no pós-guerra, tentando se fortalecer com as várias entidades de classes, do ponto de vista econômico, demonstrava uma burguesia industrial que já se consolidara²²¹, se organizara e lutava para se fortalecer ainda mais, representada por Roberto Simonsen, enquanto os representantes da oligarquia agrária tentavam recuperar seu prestígio e encontravam na figura de Eugênio Gudin, seu maior baluarte em defesa da agricultura.

O debate havido entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, que ficou conhecido como *A Controvérsia Sobre o Planejamento Econômico*, marca uma discussão que não se encerra entre os dois, mas que deixou inúmeros seguidores, defensores de uma ou de outra vertente, que atuaram no cenário nacional tanto como intelectuais quanto políticos de prestígio, sempre invocando os exemplos de Simonsen ou Gudin.

O debate ocorreu num período privilegiado, no qual se discutia o caminho que deveria seguir o Brasil, isto é, qual o papel do Brasil perante o Mundo: deveria restringir-se a um país agrário-exportador, ou deveria se industrializar, desenvolver suas forças produtivas e atuar no cenário mundial de forma mais imponente?

A importância da *Controvérsia* se evidencia nos dias atuais, em que assistimos ao debate sobre o papel do Brasil na reprodução ampliada do capital no qual a divisão é evidente, entre os defensores do fortalecimento de nossa agricultura e os defensores da indústria. O debate das décadas de 30 e 40, entre Simonsen e Gudin, reencontra-se nas disputas atuais e se faz necessário recorrermos constantemente aos antecedentes dessa discussão para compreendermos a realidade concreta na qual estamos vivendo e propormos soluções para superarmos nossa situação de país subdesenvolvido e dependente.

É relevante ressaltarmos a importância de Georg Friedrich List e Mihail Manoilescu na formulação das propostas de Roberto Simonsen, nesse debate, através de seus exemplos

consistente, que a CPE tenha sido criada com o objetivo específico de combater as propostas do CNPIC(...). É mesmo possível que o projeto de inserção corporativa de Vargas não fosse o mesmo de Simonsen”.

²²¹ O surto de industrialização “propiciou a ascensão dos representantes dos interesses da classe, passando os mesmos a ter peso crescente no centro das decisões políticas e econômicas. Seus representantes se destacavam em órgãos como o CFCE, a CNPIC, a CPE e exerciam influência direta junto ao próprio Presidente, como políticos ou conselheiros. Essas novas lideranças reivindicavam também o nacionalismo econômico e até mesmo a participação direta do governo nos setores de infra-estrutura e de indústrias básicas. Sua ideologia era o protecionismo à indústria nascente”. DOELLINGER, op. cit., p.7.

históricos de desenvolvimento das nações por meio de medidas protecionistas; a necessidade de o Estado impor certas restrições à iniciativa privada; a importância da indústria se desenvolver próxima à agricultura, que também se beneficia com a industrialização; a superioridade da indústria em relação à agricultura, no que diz respeito à produtividade e mesmo a introdução de medidas protecionistas para determinados ramos industriais; ainda, a necessidade de se aumentar a renda nacional e o quanto a indústria contribui para esse aumento, além da relevância do mercado interno para o próprio desenvolvimento industrial e agrícola. Eugênio Gudim assumirá alguns pressupostos de Friedrich List, mas contrapor-se-á completamente ao “cientificismo” de Mihail Manoilescu.

III.3.1. Roberto Simonsen e a Planificação da Economia Brasileira

Em 16 de agosto de 1944, Roberto Simonsen envia à Comissão Nacional de Planejamento Industrial e Comercial, seu parecer intitulado “A Planificação da Economia Brasileira”, cujo objetivo é propor uma política econômica a ser seguida pelo Brasil no pós Guerra.

Inicialmente, Roberto Simonsen demonstra a necessidade do Brasil se industrializar, utilizando o trabalho do perito dos Estados Unidos, Lee Hagar, para elucidar as vantagens da indústria sobre a agricultura. Nesse trabalho, o perito discorre sobre os rendimentos individuais médios das pessoas que vivem em países industrializados, como os Estados Unidos, e em países de “economia vegetal”, como a Índia e a China, chegando às seguintes conclusões:

“Conforme se deduz do exame de rendimentos individuais de vários países, o americano médio possui recursos para consumir duas vezes mais produtos básicos que um francês ou alemão, quatro vezes mais que um russo, seis vezes mais que um japonês e dezoito vezes mais que um chinês ou um nativo da Índia. Qualquer país com disponibilidades ilimitadas de energia, abundância de alimentos e fartos recursos em metais pode edificar uma economia muitíssimo superior, sob o aspecto material, à economia de civilizações ‘vegetais’, tais como as da Índia e da China, dependentes como ainda são, de energia animal. Como

resultado dessa superioridade, as nações industriais serão inevitavelmente conduzidas à posição de domínio mundial, no campo da economia, finanças e política internacionais”²²².

A seguir, embasa suas propostas em outro estudo elaborado por Howard, técnico da Comissão de Fomento Interamericano, que evidencia o “enriquecimento ilusório” de várias Repúblicas da América Latina durante a Guerra, pois, nesse período, o aumento do preço dos produtos exportados é o principal causador do superávit das balanças comerciais desses países, e não seu desenvolvimento industrial. Com o findar da Guerra, haveria o reajustamento desses preços e, conseqüentemente, uma mudança nos resultados dessas balanças comerciais²²³; por isso, é imprescindível que o governo, de acordo com Simonsen, adote um planejamento e uma política protecionista para o reequipamento do país após a Segunda Guerra Mundial.

Outro trabalho bastante utilizado por Simonsen será o efetuado pela Missão Cooke, que esteve no Brasil no segundo semestre de 1942, e, nesse contexto de Guerra, preconizou uma política industrial, para que se a Guerra continuasse, durante muito tempo, tivesse o Brasil condições de ajudar os Aliados, de maneira mais intensa, nos esforços de Guerra. A Missão fez um diagnóstico dos problemas brasileiros e indicou os pontos a serem imediatamente sanados por constituírem as maiores fraquezas do Brasil industrial, sendo eles:

“1) a dependência da importação de petróleo, que utilizamos em larga escala em motores industriais, nos automóveis e até para a iluminação; 2) a importação de carvão mineral para os transportes e motores industriais; 3) a carência de metais especiais e equipamentos para novos empreendimentos e conservação dos existentes. Todas essas insuficiências foram motivos de agudas crises registradas na presente guerra”²²⁴.

²²² Roberto SIMONSEN. A Planificação da economia brasileira. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudín, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977, p.24.

²²³ “Verifica-se que, em números globais, comparadas as cifras referentes aos anos de 1938 e 1942, diminui o volume de materiais e matérias-primas exportadas das Repúblicas ibero-americanas para os Estados Unidos. O que se registrou, realmente, foi um aumento na exportação de alguns artigos e um considerável acréscimo em muitos dos preços(...). Constitui, portanto, no após-guerra, gravíssimo problema para as nações americanas o reajustamento de preços às condições dos mercados internacionais, a fim de que, em épocas normais, possam manter suas exportações em regime de competição” Idem, op. cit., p.25.

²²⁴ Idem, op. cit., p.26. Apesar da premissa de “substituições de importações”, presente no relatório, “aparentemente a guerra não durou o bastante para que a idéia americana de uma industrialização substitutiva de importações visando ao esforço de guerra pudesse se consolidar. Terminada a guerra, terminaram os interesses norte-americanos pela ‘industrialização’ no Brasil, já que a industrialização européia era infinitamente mais importante para os interesses americanos”. MALAN, et al, op. cit., p.28.

O Parecer de Roberto Simonsen está, em grande medida, pautado no Relatório da Missão Cooke, o qual é freqüentemente citado; inclusive há uma discordância de Balestriero com a interpretação de Simonsen, no que diz respeito às formas de financiamento da industrialização brasileira. De acordo com Simonsen, “propugna a Missão a necessidade da criação de Bancos Industriais destinados ao financiamento de novos empreendimentos e ao propiciamento de uma assistência técnica mais intensa²²⁵”. Para Balestriero, a Missão não defendia a criação de um Banco Industrial e sim, um Banco de Desenvolvimento, por ter “dúvidas” quanto às práticas intervencionistas do governo brasileiro²²⁶.

Reconhece Simonsen que nos últimos cinco anos houve um crescimento industrial na economia brasileira, entretanto, esse crescimento se deveu mais às iniciativas do governo à propriamente da iniciativa privada; diferentemente, nesse período, a agricultura se manteve praticamente estagnada.

Para Roberto Simonsen a renda nacional era muito baixa e precisava ser aumentada. Utilizando-se de dados elaborados pelo Ministério do Trabalho, afirmava ser a Renda brasileira de 40 bilhões de cruzeiros e que esta renda deveria ser elevada para 160 bilhões, com o objetivo de fomentar o mercado interno e conter as possibilidades de intranquilidades sociais, devido ao baixo poder de compra da população brasileira. Propõe para se resolver o problema da baixa renda nacional,

“preliminarmente, temos que decidir se poderíamos atingir essa finalidade pelos meios clássicos de apressar a evolução econômica, estimulando pelos processos normais as iniciativas privadas, as várias fontes produtoras e ao mercado interno, ou se deveríamos lançar mão de novos métodos, utilizando-nos, em gigantesco esforço, de uma verdadeira mobilização nacional, numa guerra ao pauperismo, para elevar rapidamente o nosso padrão de vida”²²⁷.

²²⁵ Idem, op. cit., p.28.

²²⁶ Nas palavras de BALESTRIERO, “na verdade a Missão não ‘propugnava’ a necessidade da criação dos bancos industriais. Ela informava que estava em estudos, pelo governo brasileiro, a criação de um ‘banco de desenvolvimento’. Os técnicos americanos da Missão Cooke, mesmo realizando estudos para viabilizar um esquema de economia de Guerra, com conversão rápida do aparelho produtivo pela ação do Estado, tinham uma evidente desconfiança com relação às práticas intervencionistas do governo brasileiro em assuntos econômicos”. Idem, op. cit., pp.89-90. De acordo com MALAN, et al, op. cit., p.28, “o próprio Cooke afirmou posteriormente(...) [que] a agricultura estava excluída de suas preocupações, assim como problemas financeiros, monetários, bancários e de comércio internacional. Cooke era explícito acerca de seus objetivos: ‘O autofinanciamento no Brasil tem que se desenvolver rapidamente nos anos à frente, dado que a praça marítima de todos os tipos está sendo inadequada mesmo para as necessidades civis e militares mínimas”.

²²⁷ Idem, op. cit, p.32. Não há dúvidas de que o autor compactua com a segunda alternativa.

Para aumentar a renda nacional, tornar-se-ia imprescindível a planificação da economia brasileira e, principalmente, o desenvolvimento das indústrias, através de uma proteção. Além do que, essas indústrias, devido às características brasileiras, deveriam estar intimamente ligadas às atividades extrativas e agropecuárias²²⁸.

Roberto Simonsen defende no Brasil a adoção de Planos Quinquenais, semelhantes aos que existiam na União Soviética, onde o governo fazia uma programação para o desenvolvimento econômico do país a cada quinquênio, como forma de aumentar a renda nacional e acabar com o pauperismo. Para tanto, propõe prioridades nas inversões brasileiras:

“as maiores verbas da planificação seriam, sem dúvida, utilizadas na eletrificação do país, na mobilidade de suas várias fontes de combustíveis e na organização de seus equipamentos de transporte, Abrangeria o programa a criação de moderna agricultura de alimentação e a promoção dos meios apropriados à intensificação da nossa produção agrícola em geral. Seriam criadas indústrias-chave, metalúrgicas e químicas, capazes de garantir uma relativa auto-suficiência ao nosso parque industrial e a sua necessária sobrevivência na competição internacional”²²⁹.

Torna-se também necessária a capacitação técnica da mão-de-obra brasileira para o desenvolvimento do país, com “a montagem de novas escolas de engenharia, a vulgarização de institutos de pesquisas tecnológicas, industriais e agrícolas, a intensificação do ensino profissional”²³⁰. A preocupação de Simonsen com a capacitação dos profissionais se evidencia quando ele propõe a criação do SENAI (Serviço Nacional da Indústria), como forma de aperfeiçoar a mão-de-obra para as indústrias brasileiras.

Havia, contudo, duas preocupações para levar adiante esse Plano de Desenvolvimento da Economia Brasileira: a primeira diz respeito às formas de obtenção de financiamento, porque o Brasil não dispunha de capitais suficientes; a segunda refere-se ao grau de intervencionismo do Estado na economia, pois com o findar da Guerra tornava-se evidente que haveria um surto de liberalismo nas economias dos países do mundo todo.

²²⁸ De acordo com Simonsen, “a parte nuclear de um programa dessa natureza, visando a elevação da renda em um nível suficiente para atender aos imperativos da nacionalidade, tem que ser constituída pela industrialização. Essa industrialização não se separa, porém, da intensificação e do aperfeiçoamento da nossa produção agrícola, a que ela está visceralmente vinculada” Idem, op. cit, pp.33-4.

²²⁹ Idem, op. cit, p.34. Contudo, cabe frisar que Simonsen não compactua com um Socialismo de Estado, está, na verdade, longe disso.

²³⁰ Idem, op. cit., p.35.

As respostas a essas preocupações estavam nas reservas brasileiras no exterior obtidas através das exportações durante a Guerra. Roberto Simonsen acreditava que o governo brasileiro poderia disponibilizar parte desse crédito e a outra parte viria de um empréstimo adquirido nos Estados Unidos, de país a país. O valor do empréstimo, apesar de elevado, representaria uma pequena porcentagem da renda nacional daquele país²³¹. A inovação estaria na forma de pagamento desse financiamento, pois “os juros seriam, inicialmente, substituídos pela participação, por determinado prazo, nos resultados das exportações industriais e, eventualmente, nos saldos de novas exportações, em geral, de forma a evitar-se a supercapitalização dos investimentos”²³².

A intensidade da interferência do governo brasileiro na economia seria “discutida” entre as “entidades de classe”, com a preocupação de que a intervenção não prejudicasse as indústrias já instaladas e não permitisse a concorrência das nossas indústrias com as indústrias estrangeiras²³³.

Ao final de seu Parecer, Roberto Simonsen chega às seguintes conclusões²³⁴:

- I) a evolução econômica brasileira vem se processando a um ritmo inferior às necessidades da população;
- II) a renda nacional necessita ser quadruplicada dentro do menor prazo possível;
- III) nossa renda nacional praticamente estacionária não aumentará com a simples iniciativa privada;
- IV) o Governo Federal tem reconhecido a insuficiência da iniciativa privada, promovendo direta ou indiretamente a fixação de importantes atividades no país;
- V) é aconselhável a planificação de uma nova estrutura econômica para alcançarmos uma suficiente renda nacional;
- VI) essa planificação organizada com a cooperação das classes produtoras, deverá se estender ao nosso aparelhamento de ensino, às pesquisas tecnológicas, à formação

²³¹ “O Brasil poderia empenhar pelo menos 50% de suas atuais disponibilidades no estrangeiro. Evitar-se-ia, dessa forma, uma deflação, tão prejudicial quanto a inflação a que ora assistimos”. Ainda, “a obtenção do financiamento geral poderia ser negociado com os Estados Unidos. Os suprimentos anuais de que careceríamos – boa parte em aparelhamentos e equipamentos a serem importados – representariam menos de 0,2% da renda nacional norte-americana” Idem, op. cit., p.35.

²³² Idem, Ibidem.

²³³ Com isso, “proporcionar-se-iam, ao mesmo tempo, os meios indispensáveis à renovação do aparelhamento já existente(...). Não seria concebível que, enquanto o país desenvolvesse um formidável esforço no sentido de montar o seu equipamento econômico, fosse ele, em pleno período construtivo, perturbado pela concorrência da produção em massa, de origem alienígena” Idem, op. cit., p.36.

²³⁴ Idem, op. cit., pp.36-7.

profissional, à imigração selecionada, e ao grande incremento de nossas atividades agrícolas, industriais e comerciais;

VII) o financiamento deverá ser negociado dentro dos moldes de cooperação econômica e as amortizações serem condicionadas ao aumento da produtividade resultante da reorganização econômica do país;

VIII) no período de execução da planificação econômica, deverão ser adotadas normas de política que assegurem o êxito dos cometimentos previstos²³⁵.

²³⁵ Sobre as discussões no CNPIC para a aprovação do parecer do Conselheiro Roberto Simonsen antes de seu envio para o Presidente Getúlio Vargas, confira CORSI, op. cit., pp.171-83.

III.3.2. A Política Econômica segundo Eugênio Gudin

Eugênio Gudin, no seu Parecer, intitulado “Rumos da Política Econômica”, apresentado ao Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, no dia 23 de março de 1945, faz, inicialmente, um resumo das propostas de Roberto Simonsen, e conclui que as constatações do Conselheiro são corretas, entretanto, as propostas para as solucionarem são equivocadas. Nas palavras de Gudin:

“as considerações desenvolvidas pelo Conselheiro Roberto Simonsen em seu Relatório, no tocante à debilidade de nossa economia e ao pauperismo de nossas populações, salutar reação já agora firmada contra o espírito do ‘porque-me-ufanismo’, são irrefutáveis(...). Traçam bem o quadro de uma economia de pobreza. Não há tampouco como divergir dos objetivos gerais visados no Relatório(...). Não há, pois divergência quanto aos objetivos a colimar(...). No tocante, porém, aos métodos a adotar, à análise da conjuntura econômica que se quer remediar e aos princípios gerais a que deva obedecer a política econômica, não posso, como se verá deste parecer, acompanhar a orientação do ilustre Relator do plano econômico”²³⁶.

O cálculo da renda nacional, realizado pelo Ministério da Fazenda e utilizado por Roberto Simonsen em seu Parecer, será questionado por Gudin, cujo valor a seu ver está completamente equivocado, pois não computa a parcela paga com serviços, não inclui os

²³⁶ Eugênio GUDIN. Rumos de política econômica. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, pp.53-4.

juros, entre outros problemas²³⁷. Ao propor o aumento da renda racional, questiona Gudin qual renda nacional que Roberto Simonsen deseja quadruplicar, já que a utilizada por ele não tem “valor algum”.

Eugênio Gudin questionará a intervenção do Estado na economia, por acreditar que a economia liberal não é a responsável pelos problemas ocorridos no início do século, e sim equívocos de ordem política, que trouxeram a Primeira Guerra Mundial e posteriormente a Grande Depressão. Outro problema identificado que também não tem relação com o liberalismo econômico é a mudança de direção da economia mundial, que passou da Inglaterra para o “inexperiente Estados Unidos”. De acordo com Gudin:

“Não cabe assim à economia liberal a responsabilidade desses desastres. Originalmente, a Grande Depressão foi o resultado de um fenômeno político: a Guerra Mundial de 1914, que abalou profundamente o sistema que a economia liberal havia construído em um século. Subsidiariamente, incumbe a responsabilidade aos desacertos praticados pelo grande, mas ainda inexperiente, país que passara repentinamente, de país devedor à posição do maior credor do mundo e líder da economia mundial”²³⁸.

O planejamento econômico promovido pelo governo Roosevelt em 1933, para conter os impactos da Grande Depressão, denominado *New Deal* e elogiado por Simonsen, será avaliado por Gudin como maléfico, pois o governo estava entrando na seara da iniciativa privada: “(...) vasta e desabusada intervenção do Estado, ‘planificando’ as atividades econômicas no domínio da ação e da iniciativa privada”²³⁹.

Além de criticar o *New Deal*, o autor também condena a intervenção econômica adotada por outros governos, como Hitler na Alemanha, Salazar em Portugal e Stalin na União Soviética. Condena principalmente a proposta de Simonsen de realização de Planos Quinquenais. Para Gudin, “invocar o exemplo da Rússia para justificar planos econômicos no Brasil e em outros países é demonstrar completo desconhecimento do caso russo”²⁴⁰.

²³⁷ Dentre os erros apontados pelo Relator, “o maior erro, porém, do cálculo feito pelo Ministério do Trabalho está em que ele inclui na renda nacional o valor das mercadorias importadas do estrangeiro (!) (que são renda nacional dos países que exportaram e não nossa) e subtrai o valor das mercadorias que exportamos (!) (que são legitimamente renda nacional brasileira)”. Idem, op. cit, p.59.

²³⁸ Idem, op. cit, p.67. Enquanto a Inglaterra era um grande importador, os Estados Unidos produziam 46% da produção mundial, o que alterou o comércio internacional e vários países começaram a encontrar dificuldades para vender seus produtos.

²³⁹ “O estadista democrático que se meter a planificar a vida econômica será logo defrontado pela alternativa de assumir poderes ditatoriais ou abandonar seus planos”. Idem, op. cit, p.68.

²⁴⁰ Idem, op. cit., p.71.

A proposta do Conselheiro Roberto Simonsen levaria, na concepção de Gudin, a um intenso intervencionismo de Estado, fugindo do ideário liberal, que deveria ser o *desideratum* brasileiro, principalmente porque, em sua opinião, a diferença entre a ideologia liberal e a coletivista é bastante evidente, o que demonstra a necessidade de implementarmos a filosofia liberal, pois:

“para a filosofia liberal, o ideal é o mercado em livre concorrência e a mobilidade de fatores de produção; é a produção regulada pelo sufrágio ininterrupto dos preços traduzindo a demanda efetiva de mercadorias e serviços. Para a filosofia coletivista, o ideal é um plano perfeito imposto por uma autoridade onipotente. Para a filosofia coletivista, é o Estado totalitário. A diferença entre as duas filosofias é radical e irreconciliável. O coletivismo serve-se do poder do Estado para administrar a produção e o consumo; o liberalismo utiliza esse poder para preservar e favorecer a liberdade das trocas, que é o princípio essencial de seu modo de produção”²⁴¹.

No Brasil, em sua análise, evidencia-se uma participação muito grande do Estado na economia e, “se é para a Democracia e a Economia Liberal que desejamos caminhar, então urge mudar de rumo e ao invés de ainda mais ampliar o campo industrial do Estado, devemos ao contrário, fazer voltar à iniciativa privada as empresas industriais em mãos do Governo”²⁴². Gudin discorda da argumentação de que a economia privada não dispõe de recursos suficientes para atuar em determinadas áreas da economia e que o Estado deveria atuar; discorda, inclusive, da formação de empresas mistas, com capital privado e capital Estatal, isto porque:

“a participação do Estado afugenta o capital privado, pelo justo receio da forçosa preponderância que o Estado exercerá na administração da empresa e na escolha de seus dirigentes, feita, em regra, sob critérios políticos(...). O capital privado foge de colaborar com o capital do Estado porque não confia na capacidade e eficiência administrativas do Estado”²⁴³.

Eugênio Gudin criticará a forma de financiamento sugerida por Roberto Simonsen para a execução de seu programa econômico. Para Gudin, é preciso dar totais condições para que o capital estrangeiro se interesse em investir em nosso país, principalmente o dos Estados Unidos, mas “qual será o capital estrangeiro que para aqui afluirá, ao ver que o

²⁴¹ Idem, op. cit, p.68.

²⁴² Idem, op. cit., p.81.

²⁴³ Idem, op. cit, p.82.

Governo realiza operações de crédito ‘de Governo a Governo’ para suprir capital e assim assumir a tutela de indústrias nacionais, ‘evitando novas iniciativas concorrentes?’²⁴⁴. Inclusive os capitais nacionais não se arriscariam em empreendimentos industriais por virem as indústrias já instaladas protegidas pelo Estado²⁴⁵.

O autor elenca a inflação como o maior desafio a ser solucionado na economia brasileira²⁴⁶ e, para isso, propõe medidas para estancá-la e chamará a atenção da Comissão para três princípios, que julga fundamentais para se tomar medidas de política econômica.

1º Princípio – Uma vez atingido o ‘emprego total’, novos empreendimentos farão subir os preços, mas não farão crescer a produção.

2º Princípio – Para uma situação de inflação e de emprego total (como a atual) o remédio é estancar a inflação e não a de tentar estancar a produção.

3º Princípio – Porque se impõe a necessidade de moderar as ‘obras novas’²⁴⁷.

O aumento das atividades durante o período de Guerra, principalmente em função do setor de investimentos públicos, além do setor destinado à produção de artigos de consumo que não podiam mais ser importados, somados às convocações do serviço militar fizeram com se criasse, na visão de Gudin, “uma situação de hiperemprego e de hiperinvestimento, com o agravante de realizarmos os investimentos com material e mão-de-obra a preços de Guerra”. A partir dessa constatação, necessário se faz,

“corrigir, quanto antes, o grave desequilíbrio de nossa Economia, reduzindo o nível de nossas atividades no setor de investimento ao limite dos fatores de produção e de transporte de que dispomos, depois de satisfeita a economia de consumo, aguardando que o término da Guerra nos permita obter novos elementos de produção(...). É de se esperar que então cessará também o fluxo ininterrupto das emissões de papel-moeda, causado pela carência de importações”²⁴⁸.

²⁴⁴ Idem, op. cit., p.83.

²⁴⁵ O papel do Estado liberal, na esfera das atividades privadas seria, nas palavras de Gudin “como dizem os ingleses, ‘o de estabelecer as regras do jogo, mas não o de jogar’. Isso não importa, porém, de forma alguma, em dizer que o Estado se desinteresse da Economia, aqui ou em qualquer outro país. No Brasil nunca precisamos tanto de uma colaboração inteligente e eficaz do Estado para o progresso de nossa economia como na atual conjuntura, em que é premente a necessidade de uma série de medidas legislativas e administrativas capazes de *permitir* e *facilitar* a expansão e o progresso econômico do país” Idem, op. cit, p.84.

²⁴⁶ De acordo com HOLLANDA FILHO, op. cit., p.5, “a receita básica implicava na busca do equilíbrio orçamentário que deveria ser obtido, principalmente, por meio da redução dos investimentos públicos, produtivos e improdutivos. Isto porque ele via nos elevados gastos do governo – na construção e modernização das estradas de ferro e rodovias, instalação (Cia Siderúrgica Nacional) e a ampliação (Cia Vale do Rio Doce) de empresas estatais em setores de insumos básicos etc. – a principal fonte de pressões inflacionárias da época”.

²⁴⁷ Idem, op. cit., pp.95-9.

²⁴⁸ Idem, op. cit, p.101.

Para Gudin, no Brasil vive-se ainda o “espírito mercantilista”, em que se deve exportar muito e importar pouco, para ele só exporta muito quem importa muito. No Comércio Internacional, o que deve ser levado em consideração é a “relação de trocas”²⁴⁹. No Brasil, o que se deveria fazer é: “primeiro, controlar a inflação; segundo, promover e liderar a formação de organismos internacionais para a legítima defesa dos preços dos produtos primários (suprir créditos temporários em conjuntura de deficiência); terceiro, criar e manter as condições indispensáveis a atrair capital estrangeiro”²⁵⁰. Em relação à balança comercial, o governo não deveria se preocupar com ela, pois esta é “apenas uma das contas do balanço de pagamentos”.

Quanto ao protecionismo, Gudin mostrar-se-á partidário de List, que como vimos no *Capítulo II*, propõe uma proteção às indústrias para que estas possam se desenvolver. Em suas palavras:

“O único argumento em favor do protecionismo aduaneiro é o de que ele é necessário para dar às indústrias nascentes do país o tempo indispensável para adquirirem a experiência e se familiarizarem com a técnica de uma produção nova. Foi com base nesse argumento que Frederico List, o arauto do protecionismo propôs a sua adoção na Alemanha da segunda metade do século XIX. E, de fato, vinte e cinco anos depois da Guerra de 1870, a indústria alemã concorria com as indústrias inglesa e americana em todos os mercados mundiais. List dizia que os direitos aduaneiros deviam ser ‘moderados e temporários’, não superiores a 25% porque, dizia ele, se a indústria precisa de proteção maior, então haverá pouca probabilidade de que ela jamais se torne independente. Vinte e cinco a trinta anos era o prazo que List indicava como suficiente para o amparo a qualquer indústria nacional”²⁵¹.

Diferente de List, Manoiesco propõe que essa proteção não seja limitada em sua porcentagem e no prazo de vigência. Esta proposta resultará na seguinte crítica de Gudin ao autor romeno:

“este livro do Sr. Manoiesco foi mandado traduzir para o português pelo ‘Centro das Indústrias de São Paulo’ e distribuído como uma espécie de bíblia do protecionismo. Entendia o autor que o protecionismo estava a carecer de uma base intelectual condigna(...)”

²⁴⁹ Porque “as transações do comércio internacional têm de ser encaradas em seu aspecto real de troca de mercadorias por outras mercadorias. E a maior ou menor vantagem que um país tira do comércio internacional depende da quantidade de mercadorias que ele entrega pela exportação em troca das que recebe por importações. Essa vantagem é expressa pela ‘relação de trocas’ (*terms of trade*), que é o quociente do índice de preços das mercadorias que se exportam. Assim, por exemplo, quando em 1927, o Brasil, dava uma saca e meia para receber uma tonelada de trilhos, sua ‘relação de trocas’, isto é, sua vantagem no comércio internacional, era muito maior do que quando, em 1937, tinha de dar 15 sacas para receber a mesma tonelada de trilhos” Idem, op. cit., pp.102-3.

²⁵⁰ Idem, op. cit., p.105.

²⁵¹ Idem, op. cit., p.107.

Vale a pena acabar aqui, de uma vez, com essa suposta teoria do Sr. Manoilescu, que aqui, graças à inexistência de estudos econômicos, ainda há quem invoque”²⁵².

Para Gudin, no Brasil há um abuso das tarifas aduaneiras, que além de serem elevadas, se eternizam; para sustentar sua argumentação, dá como exemplo o caso da indústria têxtil, a qual acusa de incorrer num elevado protecionismo e não conseguir se desenvolver; nessa situação, o maior prejudicado seria o consumidor brasileiro que, em sua visão, tem de comprar produtos de qualidade questionável e com preços elevados.

Em um país como o Brasil, o grau de protecionismo deveria ser medido, de acordo com Eugênio Gudin, por dois componentes – a tarifa propriamente dita e a taxa cambial –, pois a taxa cambial cadente faz com que aumente a proteção à mercadoria nacional. Em suas palavras:

“As mercadorias importadas encarecem desde logo proporcionalmente à queda da taxa cambial, enquanto o custo de produção das mercadorias produzidas no país só muito lentamente vai subindo. Daí a margem de proteção de que se beneficia a indústria nacional durante esse período. A mercadoria estrangeira encarece desde logo, ao passo que o custo de produção da mercadoria nacional só muito lentamente se vai agravando”²⁵³.

Reconhece Eugênio Gudin que, na atual conjuntura, com a taxa cambial elevada, esta atua influenciando negativamente o grau de protecionismo, pois diminui o preço das mercadorias do estrangeiro e eleva o preço da mercadoria nacional, o que resulta numa desproteção à indústria nacional, o que torna necessário o reajustamento de nossa taxa cambial. Com isso, revela-nos o autor:

“Excepcionalmente – e pela primeira vez, creio eu, em nossa história econômica – verifica-se neste momento o fenômeno oposto. O poder de compra da moeda nacional decaiu consideravelmente; os salários são repetidamente elevados por lei e por força da inflação, ao passo que as taxas cambiais estão francamente acima das taxas naturais correspondentes à paridade do poder de compra. A indústria nacional sofre atualmente de uma desproteção. Sua margem de proteção em vez de ser igual à tarifa aduaneira *mais* o efeito do câmbio cadente é igual a esta tarifa *menos* o efetivo de um câmbio artificialmente mantido a taxa *mais* elevada que a real. No momento atual, está muito reduzida a importação de mercadorias estrangeiras concorrentes das nacionais, mas se, restabelecida a normalidade das trocas internacionais, se quiser assegurar à nossa indústria a margem protecionista que lhes dá a tarifa aduaneira, importa reajustar as taxas cambiais ao nível natural da paridade

²⁵² Idem, op. cit, p.109.

²⁵³ Idem, op. cit, p.111.

do poder de compra. Na atual situação, quem goza de proteção é a mercadoria estrangeira e não a nacional”²⁵⁴.

Apesar de reconhecer que a indústria nacional está numa situação atípica em relação ao protecionismo, Gudín continuará, em seu Parecer, acusando a indústria dos abusos que ela incorre de uma proteção, e também do regime de licença prévia. O debate entre liberais e industrialistas, incluía ainda, nas palavras de Bielschowsky,

“a questão do mecanismo de licença prévia para as importações, introduzido em janeiro de 1945, com o objetivo explícito de evitar a utilização das reservas cambiais, acumuladas durante a guerra, na importação de ‘produtos suntuários ou dispensáveis’. Embora não tivesse objetivo protecionista era denunciado pelos liberais como mais um instrumento de manipulação de favores aos industriais. O mecanismo foi extinto em dezembro do mesmo ano(...). A licença prévia para importações foi reativada em 1947, como medida de emergência contra a crise cambial”²⁵⁵.

O regime de licença prévia, cuja argumentação para sua introdução é também precaver-se contra o *dumping*, será acusado por Gudín de servir para proibir a concorrência com as indústrias já instaladas, pois para se resolver o problema do *dumping*, necessário se faz restabelecer a paridade do poder de compra do cruzeiro em relação ao dólar: enquanto o dólar pouco perdeu de seu poder de compra no período de Guerra, o cruzeiro perdeu 50% de seu valor e, com o câmbio deslocado de sua taxa natural, as mercadorias nacionais encareciam. Para reverter esta situação, tem-se que reajustar a taxa cambial e não adotar o regime de licença prévia, em que as indústrias mais uma vez se protegem²⁵⁶.

Eugênio Gudín questionará a argumentação utilizada por Simonsen de que os países industrializados são ricos e os países de economia agrícola ou extrativa são pobres, isto é, de que indústria significa riqueza. Para se contrapor a essa afirmação, Gudín utilizar-se-á do exemplo do desenvolvimento da Argentina, país de economia agrícola e possuidor de riquezas. De acordo com Gudín:

²⁵⁴ Idem, op. cit, pp.111-2.

²⁵⁵ BIELSCHOWSKY, op. cit., p.277.

²⁵⁶ “Só há um remédio que é o de encarar a realidade da considerável depreciação permanente do cruzeiro por força de nossa inflação e ir acertando as taxas de câmbio na paridade do poder de compra. Em vez disso, adotamos a ‘licença prévia’, isto é, a simples proibição das importações de tudo quanto puder concorrer com a indústria nacional. É uma medida extremamente perigosa, a meu ver; é o regime do monopólio integral da indústria nacional correspondente a uma tarifa aduaneira igual ao infinito. É, além do mais, uma medida de pura economia totalitária, em que o Estado é quem passa a decidir o que se pode e o que não se pode importar” Gudín, op. cit, p.113.

“Onde as terras são férteis e planas, onde se praticam a irrigação e a drenagem, onde se dispõe dos conhecimentos técnicos e dos elementos necessários à adubação, onde se faz uso das máquinas agrícolas para preparar o solo, para semear, para capinar e mesmo para colher, onde se disseminam a instrução e a técnica, a economia agrícola pode formar um país muito rico e de alto padrão de vida. Para nós brasileiros, basta que olhemos para a Argentina”²⁵⁷.

O que se deve fazer, na concepção de Eugênio Gudín, é aumentar a produtividade na agricultura²⁵⁸, pois no caso da indústria, o excesso de protecionismo cria um desestímulo ao aumento da produtividade, uma vez que nenhum industrial vai querer incorrer em custos para elevar a produtividade de sua indústria se ela está protegida da concorrência e com seus lucros garantidos. Em suas palavras:

“Para que há de o industrial substituir velhas máquinas por máquinas moderna? Para que aumentar a despesa, contratando técnicos ou pagando pesquisas se as coisas, indo como vão, vão muito bem e lucrativamente? E se elas andarem mal para ele, andarão mal também para os colegas e nesse caso aí estão as associações de classe para obter o aumento da tarifa ou a licença prévia”²⁵⁹.

Dentre as conclusões de Eugênio Gudín, destacaremos algumas que versam sobre o comércio exterior e a política aduaneira mais aconselhável para o Brasil no período que se inaugura:

IX) recomenda-se uma tarifa aduaneira de proteção às indústrias nacionais cujas possibilidades econômicas lhes permitam, no futuro, tornarem-se independentes e dispensar a proteção;

X) a margem de proteção aduaneira a ser concedida às indústrias nacionais não pode ultrapassar 33% sobre o valor médio dos produtos similares importados, da mesma qualidade;

XI) a tarifa aduaneira deverá ser periodicamente revista;

XII) deve-se proceder a uma gradativa aproximação das taxas cambiais ao nível da paridade do poder de compra do cruzeiro e das moedas estrangeiras, acabando-se com o regime de licença prévia;

²⁵⁷ Idem, op. cit, p.115.

²⁵⁸ Torna-se imprescindível “aumentar a nossa produtividade agrícola, em vez de menosprezar a única atividade econômica em que demonstramos capacidade para produzir vantajosamente, isto é, capacidade para exportar. E se continuarmos a expandir indústrias que só podem viver sob a proteção das ‘pesadas’ tarifas aduaneiras e do câmbio cadente, continuaremos a ser um país de pobreza, ao lado do rico país que é a Argentina” Idem, op. cit, p.116.

²⁵⁹ Idem, op. cit, p.122.

XIII) recomenda-se que, de cinco em cinco anos, se proceda a um inquérito industrial com o fim de gradativamente reduzir a margem protecionista;

XIV) orienta-se para a efetivação de um acordo internacional com o objetivo de preservar a relativa estabilidade dos preços dos produtos primários²⁶⁰.

²⁶⁰ *Idem*, op.cit., pp.133-41.

III.3.3. A Réplica de Roberto Simonsen

Em sua réplica a Eugênio Gudín, encaminhada à Comissão de Planejamento Econômico, em junho de 1945, Roberto Simonsen reitera a necessidade de os países no pós-guerra substituírem o planejamento que adotavam por outro, para evitar crises de grandes proporções. No Brasil, não seria admissível que se abrisse a economia à concorrência estrangeira, sob pena de comprometer o desenvolvimento alcançado no período²⁶¹.

Contestando a visão de Gudín sobre o intervencionismo estatal na economia russa²⁶², argumenta Simonsen que a experiência desse país no planejamento de sua economia, indubitavelmente, fará com que sua transição de uma economia de Guerra para uma economia de paz seja feita de forma mais competente do que em outros países como o Brasil, em que “a fraqueza e a instabilidade econômica nos levaram à adoção de uma série

²⁶¹ De acordo com Simonsen, “não seria concebível que enquanto o país desenvolvesse um formidável esforço no sentido de montar o seu equipamento econômico, fosse ele em pleno período construtivo perturbado pela concorrência da produção em massa, de origem alienígena” Roberto SIMONSEN. O Planejamento da economia brasileira. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudín, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977, p.148.

²⁶² Afirma Simonsen: “é de se acentuar que o sistema de governo, a coletivização da propriedade e o planejamento econômico desse país são três coisas diferentes, historicamente entrelaçadas, mas que não têm, lógica ou praticamente, dependência uma das outras” Idem, op. cit, pp.150-1.

de planejamentos parciais e intervencionismos de Estado sempre reclamados pelos produtores em dificuldade e, quase sempre, mais tarde, por estes mesmos condenados”²⁶³.

O planejamento econômico não está, de acordo com Simonsen, preso às escolas políticas ou às economias antidemocráticas²⁶⁴. Além do que, não compreende o autor do Parecer a relação existente entre o planejamento e a iniciativa privada, por isso o condena com tanto vigor. Para Simonsen, a relação entre o planejamento e a iniciativa privada é a seguinte:

“o planejamento econômico é uma técnica e não uma forma de governo. Não exclui os empreendimentos particulares. Pelo contrário. Cria um ambiente de segurança de tal ordem que facilita o melhor e mais eficiente aproveitamento da iniciativa privada, que está intimamente ligada ao conceito da produtividade(...). O planejamento econômico, sendo uma grande arma contra a instabilidade econômica, concorre para assegurar a sobrevivência das instituições políticas, das médias e pequenas empresas, propicia maiores facilidades para o controle e combate aos *trusts* e proporciona a melhor utilização da propriedade privada em benefício da coletividade”²⁶⁵.

Roberto Simonsen acusa Eugênio Gudín de fazer ataques pessoais a ele e aos trabalhos efetuados pelo Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, não se restringindo ao debate. Uma crítica mais geral que Simonsen faz ao relatório de Gudín é a de que,

“(...) o relator, mostrando-se filiado ao liberalismo econômico, não se cingiu a uma mera crítica doutrinária, combatendo o projeto por negar a necessidade do intervencionismo no campo econômico para incrementar o progresso do país ou por acreditar – não obstante toda a experiência do passado – que a simples iniciativa privada, dentro de um processo natural de evolução, seria suficiente para a solução de todos os problemas econômicos e sociais que nos afligem. Não, S. S^a. vai além; fazendo um articulado apaixonado contra os trabalhos elaborados pelo Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial, agride insolitamente o modesto autor do primeiro parecer e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, referindo-se acerbamente aos estudos do Conselho”²⁶⁶.

Para Simonsen, Gudín não compreende o verdadeiro relacionamento que tem de haver entre a agricultura e a indústria em uma nação, por isso, defende entusiasticamente a

²⁶³ Idem, op. cit., p.151.

²⁶⁴ Tanto é, que “o Estado liberal vem planejando, de há muito e progressivamente. Se a expressão é nova, a realidade é velha. O planejamento apresenta-se, hoje, como técnica de maior vulto, porque os problemas se tornaram muito complexos e enormes têm sido os progressos verificados nas ciências econômicas, sociais e na tecnologia em geral”. Idem, op. cit, p.153.

²⁶⁵ Idem, op. cit, pp.153-4.

²⁶⁶ Idem, op. cit, p.157.

agricultura e relega à indústria uma posição secundária, além de não reconhecer os progressos obtidos pela indústria nacional no período, por isso Gudin é contra a industrialização do país, pois:

“é partidário convicto da agricultura, mostrando não compreender, no seu alto, verdadeiro sentido, o curial entrosamento das duas atividades – rural e industrial(...). Julga um princípio errado supor-se que os países industrializados são ricos e os de economia agrícola ou extrativa são pobres. Nega que exista uma só indústria nacional que tenha atingido o ‘grau de maturidade capaz, se não de exportar, ao menos de dispensar a proteção para o mercado interno’. É desconhecer o nosso parque industrial e fazer do brasileiro um juízo pouco lisonjeiro. É desconhecer que exportamos produtos industriais e que vários desses produtos têm sido bem recebidos no estrangeiro. É atacar a indústria nacional pelo simples prazer de criticar, pelo desejo de ver o Brasil um eterno dependente de outros povos”²⁶⁷.

Não aceitará Simonsen a crítica efetuada por Gudin sobre o cálculo da Renda Nacional brasileira, realizada pelo Ministério do Trabalho e utilizada por ele, pois, em sua concepção, a questão relevante é a metodologia utilizada pelo Ministério e, de acordo com a metodologia utilizada, as contas se encontram corretas²⁶⁸.

Com a evolução da sociedade, torna-se necessário um controle governamental sobre os interesses individuais, tanto em governos liberais, mesmo que mais restrito, quanto nos governos totalitários, pois:

“Acreditava-se no século XIX que a riqueza da comunidade era igual à soma total do bem-estar material dos indivíduos e que assim, cada um, desejando melhorar a sua própria condição econômica, contribuía, automaticamente, para a riqueza da comunidade em geral. Acreditava-se, ainda, que a atividade econômica era auto-reguladora e que a iniciativa particular, no regime da concorrência dos interesses individuais, era controlada pelo jogo desses próprios interesses. Desnecessário era, portanto, o controle governamental no regime dos negócios. Mas a devastação das riquezas naturais, a ausência de defesa em relação a múltiplos fenômenos meteorológicos, as sucessivas crises econômicas, a existência da miséria em meio à abundância, a crescente concentração de riquezas em mãos de um pequeno número, a exploração do homem pelo homem, toda uma série de imensos problemas criados pelas grandes aglomerações urbanas, *a profunda diferenciação na evolução entre as nações ricas e as nações pobres*, a impossibilidade do sistema de preços refletir, num dado momento, as condições prováveis dos mercados futuros, tornaram

²⁶⁷ Idem, op. cit, p.151.

²⁶⁸ De acordo com Simonsen, “se o Ministério do Trabalho adotou, para o cálculo da renda nacional, o conceito do consumo, é evidente que teria de excluir do total da produção os valores exportados, que não foram consumidos pelos habitantes do país. Se esses valores que foram exportados já estavam incluídos no cálculo da produção, como acrescentá-los, novamente, somando a exportação, como quer o Sr. Gudin? Propondo acrescer ao cálculo da renda nacional brasileira o valor das exportações e diminuir o das importações revela o autor dessa proposição a sua incompreensão sobre o verdadeiro conceito de renda e movimento de capitais” Idem, op. cit, p.170.

evidente a insuficiência do primitivo automatismo social e econômico, admitido pelos economistas clássicos”²⁶⁹.

Para se ter uma idéia, elucida o autor que os Estados Unidos utilizam-se de um controle governamental, através do protecionismo, há mais de um século, o que propiciou a eles transformarem-se em grande potência industrial. Em suas palavras:

“As tarifas protecionistas adotadas por mais de 120 anos nos Estados Unidos nada mais foram do que um instrumento de planejamento, almejando a larga intensificação da sua grandeza, transformando-o, durante o século XIX, de país agrícola em potência industrial. A regulamentação dos monopólios teve em mira encorajar e manter a concorrência entre as pequenas empresas, no interesse dos consumidores. A legislação trabalhista é uma intervenção para proporcionar uma melhor segurança na vida dos assalariados. A fiscalização dos gêneros alimentícios e dos medicamentos foi uma forma de intervenção, objetivando a proteção do consumidor. A defesa dos recursos naturais é planejada para garantir a sua conservação, a sua continuidade e o seu uso inteligente e eficiente. Toda uma sucessão de serviços públicos foi criada em setores onde a ausência de probabilidades de lucros não despertava a iniciativa particular”²⁷⁰.

Mais recentemente, para conter a crise da Grande Depressão, utilizaram-se de uma política econômica amplamente intervencionista, o *New Deal*, que, apesar de condenada por Eugênio Gudín, permitiu àquela nação sair da crise. Além do que, quando implementada essa política intervencionista por parte do presidente Roosevelt, já se sabia que ela seria temporária, até se arrefecer da crise, apesar de que algumas medidas continuaram a existir, principalmente as relacionadas “à política agrária e à legislação trabalhista”. Eis o *desideratum* do *New Deal*, de acordo com Simonsen:

“visou, principalmente combater a depressão de 1929, coordenando as produções industrial e agrícola, eliminando a competição excessiva que prejudicava os próprios produtores, promovendo a construção de obras públicas, agindo sobre a moeda, o crédito e a balança do comércio, facilitando, enfim, um retorno à prosperidade, pelo combate ao desemprego, pelo aumento e melhor repartição da renda nacional e consequente elevação do nível de vida das classes menos favorecidas. No campo monetário, além de outras medidas, desvalorizou o dólar, influenciou para aumentar o meio circulante, estimular a exportação, proteger o mercado interno, elevar o preço de importantes produtos e diminuir o desemprego, em uma conjuntura realmente difícil”²⁷¹.

²⁶⁹ Idem, op. cit, p.181.

²⁷⁰ Idem, op. cit, p.183.

²⁷¹ Idem, op. cit, p.186.

Simonsen, contra a concepção liberal de Gudin, acusa-lo-á de não reconhecer que o liberalismo só é vantajoso para países de riqueza já consolidada e, mesmo assim, para se desenvolverem, utilizaram-se em grande medida do protecionismo, para promover suas indústrias, sua agricultura e se tornarem grandes nações, como é o caso dos Estados Unidos que, “após haverem consolidado a sua indústria, com 120 anos de protecionismo à *outrance*, com reiteradas ascensões no valor de suas tarifas, desfraldam hoje a bandeira do liberalismo”. Além da Inglaterra, ainda que “campeã do liberalismo no comércio internacional, só o adotou depois de ter sua indústria montada e em condições de absoluta superioridade, precisando, além disso, viver de seus navios e dos seus entrepostos comerciais. Nenhum país ergueu um sistema industrial sem proteção”²⁷².

Para os países pobres, persistir no regime liberal seria, cada vez mais, ficar dependentes dos países desenvolvidos e não poderem se desenvolver, ou seja, não se industrializar. Indaga Simonsen: “se copiassem essa nova política, como poderiam os países pobres, devedores e ainda não industrializados, evitar uma cristalização de sua inferioridade?”. Além disso, “as medidas de policiamento, as simples ‘regras do jogo’, serão suficientes para assegurar a todos os indivíduos e todas as nações as mesmas oportunidades para alcançarem um razoável padrão de vida?”²⁷³. As respostas a essas indagações são negativas, pois um regime protecionista é a melhor maneira de um país se desenvolver; basta olhar para a história dos países de riqueza já consolidada, além do que, em muitos casos, justifica-se um protecionismo duradouro e não “limitado e temporário”, como propõe Gudin.

Para Roberto Simonsen, Gudin faz uma defesa do livre-cambismo em condições ideais, ou seja, inexistentes na realidade atual, principalmente para países como o Brasil. Caso o Brasil adotasse as propostas do Relator, voltaria ao estatuto de uma “Fazenda Ultramarina”, pois Gudin não conhece nosso verdadeiro desenvolvimento. Nas palavras de Simonsen:

²⁷² Idem, op. cit., pp.143-4. Em consonância com a identificação de Roberto Simonsen, temos, de acordo com Suzana Cristina FERNANDES. *Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira*. Dissertação (Mestrado), UNICAMP: Instituto de Economia, 2001, p.19, que “Paul Bairoch em seu livro publicado em 1933 questiona a idéia de predomínio do sistema livre-cambista no século XIX. Segundo Bairoch, existem mais mitos do que verdades nesta tese, pois somente a Inglaterra teve uma fase de livre-cambismo; os demais países adotaram rapidamente o sistema protecionista, sendo que os Estados Unidos nunca tiveram sido livre-cambistas de fato. O autor vai mais longe, afirmando que a fase do liberalismo teve mais conseqüências negativas do que positivas para a economia”.

²⁷³ Idem, op. cit, p.193.

“desconhece S.S^a. o estado quase colonial da nossa economia, a nossa posição demográfica, a insuficiência de ‘empregadores’ para o aumento e a diversificação de nossa produção e quer ‘copiar’ para o nosso país as ‘regras do jogo’ sugeridas para nações supercapitalizadas, em que se procuram evitar as depressões econômicas e harmonizar os vários fatores já existentes, para se conseguir, de fato, uma melhor e mais estável distribuição de renda nacional²⁷⁴.”

Há, de acordo com Simonsen, um desconhecimento do protecionismo aduaneiro adotado pelo Brasil, pois se analisarmos no período de 1934 a 1944, ou seja, 10 anos, perceber-se-á que a tarifa brasileira diminuiu de 33,4%, em 1934, para 10,6% em 1944, e mesmo assim acusam-se as tarifas de estarem encarecendo o custo de vida no Brasil. Apesar de Gudín reconhecer que no momento atual quem goza de proteção é a mercadoria estrangeira, suas propostas para se resolver este problema são limitadas, pois:

“propõe o Relator, entre outras sugestões, que se limite em 33% a margem máxima de proteção às indústrias que mereçam ser instaladas no país. Esse enunciado é simples ‘hieroscopia’. Por que não 10% ou 100%? – Aí como em outros casos, nota-se um injustificável dogmatismo e a ausência de um critério, com base científica”²⁷⁵.

Roberto Simonsen conclui sua réplica argumentando que somente a industrialização poderia aumentar o padrão de vida da população brasileira, e esta industrialização deveria ocorrer com a intervenção direta do Estado na economia, planejando, promovendo um protecionismo às indústrias, não permitindo a concorrência estrangeira, pois só a partir do desenvolvimento dessas indústrias poderemos aumentar nossa renda nacional em níveis satisfatórios.

²⁷⁴ Idem, op. cit, p.195.

²⁷⁵ Idem, op. cit, p.205.

III.3.4. Tréplica de Eugênio Gudin (Carta à Comissão de Planejamento)

Em sua tréplica, enviada à Comissão de Planejamento Econômico, no dia 24 de agosto de 1945, Eugênio Gudin ressalta que não fez acusações pessoais a Roberto Simonsen, mas atacou a classe a qual ele representa, que auferiu lucros extraordinários, favorecida com a situação de Guerra e protegida pelo Estado brasileiro, à custa dos interesses do consumidor. Em suas palavras:

“O calor de minha crítica aos ‘interesses reacionários’, não provém de azedumes pessoais, nem visa as indústrias do Dr. Roberto Simonsen e sim a política da classe de que é S. S^a. expoente máximo e que, não satisfeita de realizar durante a Guerra lucros astronômicos, ainda tem a coragem de invocar (e obter) no após-guerra o amparo do Estado para elevar ao infinito as tarifas aduaneiras através da ‘licença prévia’ e de invocá-lo ainda para ‘não permitir que se prejudiquem as atividades já em funcionamento com a instalação de iniciativas concorrentes’”²⁷⁶.

²⁷⁶ Eugênio GUDIN. Carta à Comissão de Planejamento. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977, p.220.

O cálculo da renda nacional utilizado por Roberto Simonsen é mais uma vez criticado, justamente em sua metodologia. Gudin explicará, de forma contundente, quais as contas que estão inseridas no Balanço de Pagamentos²⁷⁷.

Reconhece Gudin que numa economia de Guerra exige-se uma participação maior do Estado, principalmente no que diz respeito às mercadorias que devem ter prioridade na produção; o que não deve acontecer é o Estado continuar sua intervenção após as “circunstâncias excepcionais”. Adverte o autor:

“em casos de grave comoção econômica, como a que atingiu o mundo ocidental em 1930 e que foi produto da primeira Guerra Mundial e dos graves erros econômicos e políticos que se seguiram, é claro que o Estado não pode ficar indiferente, como Roosevelt não ficou em 1933. *O perigo está em querer prosseguir o regime econômico de emergência*, ditado por circunstâncias excepcionais, da mesma forma que em matéria política governos procuram, não raro, prorrogar o estado de sítio mesmo depois de cessadas as justas causas que o motivaram”²⁷⁸.

Eugênio Gudin reitera os abusos cometidos pelo protecionismo brasileiro, apesar de concordar que algumas indústrias brasileiras merecem uma proteção do Estado, contudo, “ampare o Estado as indústrias merecedoras de proteção, incentive a formação de novas indústrias pela concessão de favores, indo até a garantia de juros ou à subvenção, se necessário, mas não participe diretamente dos empreendimentos industriais”²⁷⁹.

Gudin se defende da acusação de que é contra a indústria nacional, assumindo que é contra a forma pela qual a indústria está se estabelecendo, principalmente devido às barreiras alfandegárias. Argumenta:

“Eu não faço nem nunca fiz guerra à indústria nacional. Num país montanhoso, com terras pobres de húmus e ricas de erosão, seria um contra-senso não nos procurarmos industrializar. (...) O que eu tenho combatido são os abusos do protecionismo desatinado e propalado como ‘científico’, da ‘licença prévia’, da supressão de iniciativas concorrentes e dos lucros astronômicos”²⁸⁰.

²⁷⁷ “As contas de um país referentes a todas as suas transações correntes com os outros países constituem o que se chama de ‘balanço anual de pagamentos em conta corrente’ ou ‘balanço de rendimentos’. Esse balanço inclui todas as transações internacionais do país durante o ano, com exclusão do movimento de capitais e ouro. É clara a necessidade dessa exclusão dos capitais na conta corrente anual; se, por exemplo, um país realiza, em determinado ano, empréstimos externos, o valor desses empréstimos não constitui renda do país nesse ano, pela mesma razão por que um indivíduo não diz que ganhou mais em determinado ano porque nesse ano tomou capitais emprestados”. Idem, op. cit, p.222.

²⁷⁸ Idem, op. cit, p.228.

²⁷⁹ Idem, Ibidem.

²⁸⁰ Idem, op. cit, p.229.

Ainda, discordará de Simonsen quando ele revela a baixa que houve em nossa tarifa protecionista, estando ela em cerca de 10%; para Gudin, ela está acima dos 24%. Em suas palavras:

“Dá o Dr. Simonsen um quadro demonstrativo de que a margem protecionista média baixou em 1934 a cerca de 10%. Uma análise mais cuidadosa das estatísticas mostra porém, desde logo, que essa margem protecionista para a indústria nacional é muito maior(...). Na verdade, feitas que possam as correções para apurar a margem protecionista de que goza a indústria nacional, verificar-se-ia que ela é, na realidade, bem superior aos 24% supra-indicados. Tenho, por exemplo, diante dos olhos vários despachos de mercadorias com similar nacional, que pagaram 70% e 80% e mais de direito sobre o valor”²⁸¹.

Para Gudin, Roberto Simonsen não quer concorrência – quer um intenso protecionismo. Para a modernização das indústrias, alega tornar-se necessário um empréstimo por parte do Estado junto ao governo dos Estados Unidos; Gudin é contra essa orientação e defende a abertura da economia à concorrência, pois nessa situação as indústrias brasileiras, por necessidade de se manterem no mercado, irão procurar modernizar seu aparelhamento, aumentando, com isso, a sua produtividade – e só as empresas ineficientes irão ruir.

O debate ocorrido entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin demonstra uma distinção bastante evidente entre os setores da classe dominante²⁸², pois de um lado temos Simonsen, defensor incondicional do desenvolvimento econômico brasileiro, através da industrialização, como a única forma de se promover o aumento da renda nacional brasileira e fomentar uma demanda interna. As indústrias que haviam se desenvolvido no

²⁸¹ Idem, op. cit., pp.230-1. BIELSCHOWSKY, op. cit., p.246, ressalta que “para se fazer justiça a Simonsen é necessário assinalar que, de fato, o grau médio de proteção à indústria nacional no fim da guerra não era mais elevado como no momento da instituição do sistema tarifário de 1934. Isto indica que havia uma boa dose de confusão entre proteção tarifária e a proteção oferecida pelas dificuldades de importação no período bélico, nas discussões da época. Os ataques liberais ao protecionismo alfandegário faziam-se mais por força de tradição do que de análise acurada daquilo que ocorria”.

²⁸² Reiterando a importância do debate temos, de acordo com BALESTRIEIRO, op. cit., p.86, que “a controvérsia sobre o planejamento econômico foi, por um lado, um debate entre um líder industrialista da época com um economista liberal de grande expressão. Provavelmente, em nenhum dos dois lados havia alguém mais apto para representar suas posições”. Para DOELLINGER, op. cit., p.4, “seus protagonistas foram Roberto Simonsen, intelectual renomado e um dos maiores líderes empresariais de todos os tempos, e Eugênio Gudin, homem público destacado, intelectual brilhante e hoje tido como pai do moderno pensamento econômico brasileiro”.

período de guerra precisavam de um apoio governamental, tanto para a reestruturação de seus equipamentos desgastados pela utilização intensa, quanto de uma proteção da concorrência estrangeira, através de medidas de planejamento por parte do Estado brasileiro. Simonsen elucida o exemplo do *New Deal* estadunidense, promovido por Roosevelt, como forma de conter a crise da década de 30, através de uma intensa atuação do governo na economia, adotando medidas de planejamento e promovendo a proteção contra a concorrência estrangeira, além de elogiar o planejamento econômico adotado na União Soviética, através dos Planos Quinquenais. Dessa forma, ressalta a importância da participação ativa do Estado, como ocorreu em outras nações.

De outro lado, Eugênio Gudín criticará os números utilizados por Roberto Simonsen sobre a renda nacional brasileira, elaborada pelo Ministério do Trabalho, a pedido de Simonsen. Contudo, apesar da renda nacional ser baixa e precisar ser elevada, a contundência da crítica de Gudín aos erros cometidos pelo Ministério fez com que o debate acerca da renda se restringisse ao acerto ou erro do cálculo. Gudín criticará qualquer participação do Estado na economia, argumentando que todas as experiências fracassaram, inclusive o *New Deal*. Defenderá com muita ênfase a agricultura, discordando da argumentação de que agricultura é sinônimo de pobreza, e indústria é sinônimo de riqueza. Utilizará a argumentação de que o Brasil vive uma situação de pleno emprego, o que o faz esquivar-se das orientações de Keynes. Contradiz-se um pouco em relação ao protecionismo, ao afirmar que naquele momento, devido à valorização cambial, a indústria brasileira estava sofrendo de uma desproteção e, ao mesmo tempo, acusa os excessos cometidos pela indústria no que tange ao protecionismo.

Quando questionado sobre o principal motivo do debate, Eugênio Gudín, em uma entrevista, de 1979, é claro: “se você me perguntar de onde brotou esse debate, qual foi o espírito que o inspirou, eu lhe responderei sinteticamente: o protecionismo excessivo que a indústria paulista exigia”²⁸³. Nem mesmo os exemplos citados por Simonsen do desenvolvimento de países como a Inglaterra, os Estados Unidos, entre outros, que só conseguiram se desenvolver através de uma política protecionista de desenvolvimento às indústrias, não levaram Gudín a admitir a promoção de uma política protecionista no Brasil. Exceto numa situação bastante específica, na qual não explicitou muito bem a sua posição e

²⁸³ Eugênio GUDÍN. *Eugênio Gudín (depoimento, 1979)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC-História Oral, 1980, p.145.

deu razão ao protecionismo segundo List, mantendo, entretanto, uma discordância radical com as proposições de Manoilescu.

Considerações Finais

O debate ocorrido entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudín marca a posição não apenas dos dois autores sobre a economia brasileira, seus problemas e a melhor maneira para resolvê-los, mas sim de todos os setores da burguesia nacional, sejam eles industriais ou agrários.

Nesse sentido, o debate contribui para melhor esclarecer os problemas atuais da nossa sociedade, pois tanto Simonsen quanto Gudín deixaram um legado que continua influenciando, de maneira direta e indireta, inúmeros economistas e historiadores brasileiros.

De um lado, podemos dizer que Roberto Simonsen, com suas contundentes acusações sobre a situação que países como o Brasil poderiam incorrer devido à dependência exclusiva do setor agrícola e do comércio internacional, influenciou o pensamento da CEPAL. A CEPAL, inaugurada no mesmo ano da morte de Simonsen chama a atenção para este problema, elucidando que os ganhos de produtividade que podem ocorrer em certos setores agrícolas destinados à exportação são, em grande medida, apropriados pelos países industriais; estes estabelecem seus preços e, ao promoverem incrementos de produtividade de suas manufaturas, apropriam-se integralmente desses benefícios, sem distribuí-los por todos os países, inclusive por aqueles que se

especializassem naquilo que melhor produzissem, respeitando as suas “vantagens comparativas”.

Roberto Simonsen foi um precursor da tese da CEPAL, pois já chamava a atenção para esse fenômeno, argumentando que a igualdade jurídica entre as nações significava uma vassalagem dos países menos desenvolvidos aos mais desenvolvidos, no que redundava que cada vez mais a situação dos países agrários se tornaria pior, principalmente porque os déficits de suas balanças comerciais aumentariam sobremaneira com o passar do tempo.

Por isso, defendia nosso autor a necessidade de se desenvolver nosso parque industrial, porque somente ele nos daria condições de competirmos de maneira mais igualitária com os países desenvolvidos, e também para melhorarmos a nossa situação de baixa renda nacional.

O protecionismo, nesse sentido, seria o instrumento imprescindível para nossa industrialização, pois baseado na história econômica dos países desenvolvidos, encontrou Simonsen no protecionismo o instrumento utilizado por eles para seu desenvolvimento.

De outro lado, Eugênio Gudín acreditava que deveríamos nos especializar naquilo que melhor produzíamos; através dessa especialização, respeitando nossas “vantagens comparativas”, nos beneficiaríamos com o comércio internacional na troca de produtos agrícolas com produtos manufaturados.

Gudín não era totalmente contrário à industrialização brasileira, mas defendia que a agricultura poderia suprir nossas necessidades e que não seria necessário o Estado atuar para promover o desenvolvimento industrial; bastava que os ganhos de produtividade conseguidos na agricultura liberassem trabalhadores para outros setores. Assim poderia haver industrialização sem prejuízo para a “comunhão nacional”, principalmente porque identificava nosso autor uma limitação dos fatores de produção, já que no Brasil havia pleno emprego.

Admitiu Eugênio Gudín que um certo protecionismo poderia ser necessário, em situações de exceção, como por exemplo, a Grande Depressão, entretanto condenou o *New Deal* adotado nos Estados Unidos e os Planos Quinquenais defendidos por Simonsen. Utilizou-se também de List para justificar o protecionismo, defendendo que este deveria ser limitado em seu tempo de vigência e em sua taxa, mas identificava no Brasil um excessivo

protecionismo, o que complementava sua argumentação contra o estabelecimento do mesmo.

A intensa participação tanto de Roberto Simonsen quanto de Eugênio Gudin nos demonstra que nenhum ficou passivo diante dos acontecimentos e das mudanças que estavam ocorrendo no Brasil. Nunca se furtaram em participar ativamente, seja no setor privado, seja nos órgãos governamentais, ou ainda com trabalhos intelectuais de grande repercussão e alcance.

Afirmar quem teve razão nas disputas travadas não é o objetivo do nosso trabalho; entretanto, o que podemos perceber, com a vantagem do tempo, é que em determinados momentos históricos os pressupostos de Roberto Simonsen estiveram mais em voga e, em outros momentos, Eugênio Gudin parece ter ficado mais em evidência.

Contudo, não podemos nos furtar de afirmar que hoje, no processo histórico nacional, não há dúvidas de que Eugênio Gudin e suas posições acerca da melhor forma de alcançarmos nosso desenvolvimento estão mais presentes na nossa sociedade, através do ideário neoliberal. Desde o governo Fernando Collor de Mello, passando pelos dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso e continuado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, as mudanças recentes ocorridas na economia brasileira parecem ter seguido as idéias de Eugênio Gudin.

Não é à toa que muitos economistas tidos como de uma vertente mais liberal ou ortodoxa não se privam de afirmar que foram, em grande medida, influenciados por Eugênio Gudin. Lembremo-nos de que ele foi o responsável por criar o curso de economia no Brasil e de lançar o primeiro manual de economia, que amplamente difundido nas Universidades, influenciou várias gerações de economistas.

Hoje em dia é muito comum discutir se um país deve ou não adotar medidas de caráter protecionista, se essas medidas beneficiam ou não o desenvolvimento do país que resolve adotá-las. Os países mais desenvolvidos defendem a não utilização desse expediente, pois fere os princípios do neoliberalismo, entretanto, será que esses países não promovem o subsídio e o protecionismo para muitos de seus setores industriais e agrícolas?

Recentemente, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi à Europa pedir para alguns países desse Continente abolir os subsídios e o protecionismo que estavam adotando para certos setores de sua economia. Na OMC (Organização Mundial do Comércio), o governo

brasileiro está sempre lutando para a abolição do protecionismo dos Estados Unidos em relação ao aço brasileiro. Não seria mais contundente, em vez de tentar retirar esse apoio dos países desenvolvidos para certas atividades, que nós mesmos nos utilizássemos do protecionismo, para também alcançarmos um desenvolvimento econômico compatível com as necessidades de nossa população?

A resposta não é fácil, mas ao analisarmos como os países industrializados se desenvolveram e continuam a se desenvolver, adotar algumas salvaguardas e promover uma proteção a determinados setores de nossa economia não constituiria um abuso, pelo contrário.

Esperamos que este trabalho tenha de alguma forma, contribuído para que possamos refletir melhor algumas questões presentes no momento atual, através de uma recuperação de nossa história econômica, por meio de autores que marcam uma evidente distinção em seus pontos de vista para o desenvolvimento nacional, uma vez que esse debate não se encontra superado.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHÃO, Cinthia. Eugênio Gudin: disseminador do *laissez faire* no Brasil. In: DANTAS, José (org.). *Gudin-Bulhões-Furtado: matrizes do pensamento econômico brasileiro*. Maringá: Eduem, 1999.

Anais do I Congresso Brasileiro de Economia. Volume 1, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica Mauá, 1943

Anais do II Congresso Brasileiro de Economia. Volume 2, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica Mauá, 1944

Anais do II Congresso Brasileiro de Economia. Volume 3, Rio de Janeiro, Oficina Gráfica Mauá, 1946

Anais do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria dos anos de 1947 – 1948 – 1949. Rio de Janeiro: Departamento de Economia Industrial.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir (org.). *Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

Atas do Centro das Indústrias de São Paulo e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Diversas Atas.

- AURELIANO, Liana. *No limiar da industrialização*. 2. ed. Campinas: UNICAMP - IE, 1999.
- AZEVEDO, Aldo. Roberto Simonsen (O Organizador). In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano IV, Agosto de 1948, Nº 45, p.30-31.
- AZEVEDO, Oswaldo Benjamin. Roberto Simonsen: líder em todas as fases de sua vida produtiva, grande condutor de harmonia e descobridor de futuros condutores de homens. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano IV, Agosto de 1948, Nº 45, p.23-24.
- BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.
- BAER, Werner. As diferentes perspectivas da industrialização no Brasil. In: *Digesto Econômico – Eugênio Gudin: 100 anos*. São Paulo, Maio/Junho, 1986.
- BALESTRIERO, Geraldo Élvio. *Gênese do Planejamento Econômico no Brasil*. São Paulo, 1996, mimeo. Tese (Doutorado), USP/FFLCH.
- BASTOS, Humberto. *Experiência ou Imprevidência*. São Paulo: Publicação do Centro de Cultura Econômica. 1960.
- BASTOS, Humberto. *O Pensamento Industrial no Brasil: introdução à História do Capitalismo Industrial Brasileiro*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1952.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *A Dependência em Progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954)*. Campinas: UNICAMP. IE, 2001. (Tese, Doutorado).
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. As aporias do liberalismo periférico: comentários à luz dos governos Dutra (1946-1950) e Cardoso (1994-2002). In: *Economia e Sociedade*. Campinas: v.12, n.2(21), p.245-274, jul./dez. 2003.
- BEAUD, M. *História do capitalismo - de 1500 aos nossos dias*. 3. ed, São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. O Rei da vela: a crise de energia que abate o Brasil é apenas um capítulo das conseqüências econômicas de mr. Cardoso. *Revista Carta Capital*. ano VII, n. 148, jun. 2001.

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Prefácio. In: BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudín: capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: EDUC, 1996.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Ideologia e Desenvolvimento: Brasil, 1930-1964. In: LOUREIRO, Maria Rita (org). *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BORGES, Maria Angélica. Capitalismo: o conceito que matiza o pensamento de Eugênio Gudín. *Pesquisa & Debate*. São Paulo, Agosto de 1995.
- BORGES, Maria Angélica. Eugênio Gudín: as controvérsias do neoliberalismo caboclo. *Revista de Economia Política*. v. 20. n. 4 (80), out.-nov. 2000.
- BORGES, Maria Angélica. *Eugênio Gudín: capitalismo e neoliberalismo*. São Paulo: EDUC, 1996.
- BUARQUE, Cristovam. Apresentação. In: LIST, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- BULHÕES, Octávio Gouvêa. Eugênio Gudín. In: *Digesto Econômico – Eugênio Gudín: 100 anos*. São Paulo, Maio/Junho, 1986.
- BULHÕES, Octávio Gouvêa. O Ministro Eugênio Gudín. In: KAFKA, Alexandre. Et al. *Gudín visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. O fraturador de mitos e profeta incômodo. In: KAFKA, Alexandre. Et al. *Gudín visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- CAMPOS, Roberto. O importante é ver o que os outros não vêem. In: *Digesto Econômico – Eugênio Gudín: 100 anos*. São Paulo, Maio/Junho, 1986.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel, *O Capitalismo Tardio – contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10. ed. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

- CARNEIRO, Paulo de Berredo. O exemplo e a lição de Eugênio Gudín – traços de sua personalidade. In: KAFKA, Alexandre. Et al. *Gudín visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- CARONE, Edgard. Introdução. In: SIMONSEN, Roberto. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: EDUSP, 1973.
- CARONE, Edgard. Roberto C. Simonsen e sua Obra. In: *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, 11(4), out/dez de 1971.
- Centro das Indústrias do Estado de São Paulo. *Anteprojeto de Reforma da Tarifa das Alfândegas – com base no projeto de 1920*. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus, 1929.
- CHACEL, Julian. Eugênio Gudín – o professor. In: KAFKA, Alexandre. Et al. *Gudín visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- Conselho Interamericano de Comércio e Produção. *Inquérito Continental Sobre Fomento e Coordenação de Indústrias*. Montevideu, 1946.
- CORSI, Francisco Luiz. O I Congresso Brasileiro de Economia. In: *IV Congresso Brasileiro de História Econômica*. São Paulo, 2 a 5 de Setembro de 2001.
- CORSI, Francisco Luiz. *Os Rumos da Economia Brasileira no Final do Estado Novo (1942-45)*. Dissertação de Mestrado, IFCH-UNICAMP, 1991, p.132.
- CIPOLLA, Carlo. *Introdução ao Estudo da História Económica*. Lisboa: Edições 70, 1993
- D’OVIDIO, Levebvre. O Fim da Economia Dirigida?. In: *Revista Digesto Econômico*, Nº 25, Dezembro de 1946, Ano III, p.76-78.
- DANTAS, Humberto. O engrandecimento e a Consolidação do Parque Industrial Brasileiro. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano I, Novembro de 1945, Nº 12, p.30-31.
- DEVISATE, Antonio. Introdução. In: SIMONSEN, Roberto. *Simonsen e a Operação Pan-Americana*. São Paulo, Serviço de Publicações do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1958.

- DOELLINGER, Carlos Von. Introdução. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e Metamorfoses - um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil: 1930 - 1960*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- FANGANIELLO, Helena. *Roberto Simonsen e o Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: 1970, mimeo. Tese (Mestrado), USP/FEA.
- FARIA, Godofredo. *O Mal é o Protecionismo: exame da situação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: ACBF, 1932.
- FERNANDES, Suzana Cristina. *Amaro Cavalcanti e a luta pela industrialização brasileira*. Dissertação (Mestrado), UNICAMP: Instituto de Economia, 2001
- FERRAZ, Mariano. A FIESP e a Conferência das Classes Produtoras. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano I, Maio de 1945, Nº 6, p.13-15.
- FLÔRES, Jorge Oscar de Mello. Um episódio do prof. Eugênio Gudin como homem público In: *Digesto Econômico – Eugênio Gudin: 100 anos*. São Paulo: Maio/Junho, 1986.
- FONSECA, Annibal. *Filinto de Almeida e Roberto Simonsen*. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy Editora, 1952.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 15. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
- GALBRAITH, John Kenneth. Interlúdio. In: _____. *Uma vida em nossos tempos*. 2. ed. Brasília: UNB, 1986. p. 91-105.
- GALBRAITH, John Kenneth. Washington, 1940. In: _____. *Uma vida em nossos tempos*. 2. ed. Brasília: UNB, 1986. p. 106-21.
- GENNARI, Adilson Marques. *Réquiem ao Capitalismo Nacional: a lei de remessa de lucros no governo Goulart*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1999.

GERSCHENKRON, Alexander. *El atraso económico en su perspectiva histórica*. Barcelona: Ediciones Ariel, 1968.

GUDIN, Eugênio. A Desvalorização da Libra (resumo de uma Conferência realizada na Faculdade de Ciências Econômicas). In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, Ano 3, Nº 3, Setembro de 1949.

GUDIN, Eugênio. *Análise da Situação Econômica e Monetária do Brasil (depoimento prestado pelo Sr. Eugênio Gudin perante a Comissão de Inquérito Econômico e Social da Assembléia Constituinte)*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1946.

GUDIN, Eugênio. *Câmbio e Café: 1933-1934*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1934.

GUDIN, Eugênio. *Capitalismo e sua Evolução*. Conferência realizada na Liga de Defesa Nacional. Rio de Janeiro: 14 de maio de 1936.

GUDIN, Eugênio. Carta à Comissão de Planejamento. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

GUDIN, Eugênio. Desenvolvimento econômico. In: _____. *Análise de problemas brasileiros*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.

GUDIN, Eugênio. *Ensaio sobre problemas econômicos da atualidade*. Rio de Janeiro – São Paulo: Civilização Brasileira, 1945.

GUDIN, Eugênio. *Eugênio Gudin (depoimento, 1979)*. Rio de Janeiro, FGV/CPDOC-História Oral, 1980

GUDIN, Eugênio. *Inflação: importação e exportação, café – crédito, desenvolvimento – industrialização*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1959.

GUDIN, Eugênio. *Notas à Margem dos Problemas Econômicos da Constituinte*. Rio de Janeiro: Almanak Laemmert, 1934.

GUDIN, Eugênio. *Notas Sobre Orçamentos, Conversibilidade e Estabilização*. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Comércio, 1929.

- GUDIN, Eugênio. *Origens da crise mundial, Política econômica do Brasil, Política financeira e Relatório Niemeyer*. Almanak Laemmert Rio de Janeiro. Coletânea de artigos publicados em *O Jornal*. 1932.
- GUDIN, Eugênio. O Valor do Cruzeiro. In: *Revista Digesto Econômico*, Nº 26, Janeiro de 1947: Ano III, p.22-32.
- GUDIN, Eugênio. *Para um Mundo Melhor: ensaio sobre problemas de após-guerra*. Rio de Janeiro – São Paulo: Civilização Brasileira. 1943.
- GUDIN, Eugênio. Planejamento econômico. *Revista Digesto Econômico*. São Paulo, ano VII, nº 77, abril de 1951.
- GUDIN, Eugênio. Planejamento. In: _____. *Análise de problemas brasileiros*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.
- GUDIN Eugênio. *1 - Pressão Inflacionária, 2 - Salte no Abismo, 3 - A Política de Crédito, 4 - Licença Prévia e Taxas Cambiais*. Rio de Janeiro: Correio da Manhã, 1948.
- GUDIN, Eugênio. *Princípios de Economia Monetária*. Volume 1, 4.ed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1965.
- GUDIN, Eugênio. *Princípios de Economia Monetária*. Volume 2, 4.ed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1968.
- GUDIN, Eugênio. Problemas econômicos gerais. In: _____. *Análise de problemas brasileiros*. Rio de Janeiro: Agir, 1965.
- GUDIN, Eugênio. Rumos de política econômica. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- GUDIN, Eugênio. Taxa de Juros. In: *Revista Digesto Econômico*, Nº 27, Fevereiro de 1947, Ano III, p.65-75.
- HABERLER, Gottfried Von. Protecionismo Alfandegário. In: *Revista Digesto Econômico*, Nº 35, Outubro de 1947, Ano III, p.55-59.

- HARCOURT-REVINGTON. Friedrich List, Genitor do Nacionalismo Econômico. In: *Revista Digesto Econômico*, Nº 21, Agosto de 1946, Ano II, p.77-80.
- HARCOURT-REVINGTON. O Protecionismo Através das Idades em Teoria e Prática. In: *Revista Digesto Econômico*, Nº 5, Abril de 1945, Ano I, p.34-40.
- HAYEK, F. A. V. *O Caminho da Servidão*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1987.
- HEILBRONER, Robert. O mundo maravilhoso de Adam Smith. In: _____. *A história do pensamento econômico*. São Paulo: Nova Cultural. 1996. p. 43-72.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLLANDA Fº, Sérgio Buarque. *Um debate histórico entre intervencionismo e liberalismo econômico no Brasil: R. Simonsen x E. Gudin*. São Paulo: IPE/USP. Seminário nº 22/99-29.10.1999.
- HUGON, Paul. A Revolução keynesiana e a ciência econômica atual. In: _____. *Doutrinas Econômicas*. 12. ed. São Paulo: Moderna, 1983.
- IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- KAFKA, Alexandre. Eugênio Gudin. In: *Digesto Econômico – Eugênio Gudin: 100 anos*. São Paulo, Maio/Junho, 1986.
- KAFKA, Alexandre. Dr. Gudin e o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. In: KAFKA, Alexandre. Et alli. *Gudin visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- LEÃO, Manoel de Azevedo. Eugênio Gudin como engenheiro. In: KAFKA, Alexandre. et al. *Gudin visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- LÊNIN, Vladimir Ilich. *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 3.ed. São Paulo: Global, 1985.
- LIMA, Heitor Ferreira. A Indústria Paulista no Começo do Século. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano IV, Dezembro de 1947, Nº 37, p.43-47.

LIMA, Heitor Ferreira. *História do Pensamento Econômico no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

LIMA, Heitor Ferreira. *Mauá e Roberto Simonsen*. São Paulo: Editora Edaglit, 1973.

LIMA, Heitor Ferreira. *3 Industrialistas Brasileiros: Mauá – Rui Barbosa – Roberto Simonsen*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

LIST, Georg Friedrich. A História. In: _____. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LIST, Georg Friedrich. A Teoria. In: _____. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LIST, Georg Friedrich. As Políticas. In: _____. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LIST, Georg Friedrich. Os Sistemas. In: _____. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

LODI, Euvaldo. A Indústria e o Momento Inicial. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano II, Janeiro de 1946, Nº 14, p.26-28.

LUZ, Nícia Vilela. *A Luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930*. 2 ed., São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MAGALHÃES, Dario de Almeida. Eugênio Gudín – publicista e jornalista liberal. In: KAFKA, Alexandre. Et al. *Gudín visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.

MAKSOUUD, Henry. Defesa da liberdade. In: *Digesto Econômico – Eugênio Gudín: 100 anos*. São Paulo, Maio/Junho, 1986.

MALAN, Pedro. Et al. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/1952)*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.

MANOILESCO, Mihail. *Theoria do proteccionismo e da permuta internacional*. São Paulo: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1931.

- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- MARÇAL, Heitor. O Regime Protecionista no Brasil. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano III, Novembro de 1947, Nº 36, p.32.
- MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K & ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MOFFITT, M. *O dinheiro do mundo: de Bretton Woods à beira da falência*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MORAES, Reginaldo. *Celso Furtado. O subdesenvolvimento e as idéias da Cepal*. São Paulo: Ática, 1995.
- NASCIMENTO, Benedicto Heloiz. O Desenvolvimento no sistema nacional de economia política de Frederico List. In: *IV Congresso Brasileiro de História Econômica*. São Paulo, 2 a 5 de Setembro de 2001.
- OLIVEIRA, Francisco. *A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- OLIVEIRA, Francisco. *A Economia da Dependência Imperfeita*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco. O Ornitorrinco. In: _____. *Crítica à razão dualista. Ornitorrinco* 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- OSÓRIO SILVA, Lígia. A crise política no quadriênio Bernardes: repercussões políticas do “Caso da Itabira Iron”. In: LORENZO, Helena & COSTA, Wilma Peres (orgs). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: UNESP, 1997.
- OSÓRIO SILVA, Lígia. Feudalismo, Capital Mercantil, Colonização. In: MORAES, João Quartim & DEL ROIO, Marcos (orgs). *História do Marxismo no Brasil*. Vol IV (Visões do Brasil). Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- PEREIRA, Antônio Horácio. *Imposto Sobre Lucros Extraordinários - comentários gerais: histórico, sistemas do tributo e legislação*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito Ltda, 1944.

- POLANY, Karl. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- PINTO, Aníbal. Heterogeneidade estrutural e modelo de desenvolvimento recente. In: SERRA, José. *América Latina: ensaios de interpretação econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.
- RANGEL, Ignácio. Cem anos de Brasil. In: *Digesto Econômico – Eugênio Gudin: 100 anos*. São Paulo, Maio/Junho, 1986.
- REDAÇÃO. Criado o Conselho de Economia da Confederação Nacional da Indústria: importante discurso do Senador Roberto Simonsen. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano III, Agosto de 1947, Nº 33, p.40-41.
- REDAÇÃO. Economia Livre ou Economia Dirigida?. In: *Revista Digesto Econômico*, Nº 25, Dezembro de 1946, Ano III, p.47-48.
- REDAÇÃO. Homenagens à Memória do Senador Roberto Simonsen em Santo André: inauguração de uma herma do ilustre industrial – Avenida Roberto Simonsen. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano IV, Setembro de 1948, Nº 46, p.29.
- REDAÇÃO. Homenagem ao Dr. Roberto Simonsen. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano III, Abril de 1947, Nº 29, p.38-39 e 50.
- REDAÇÃO. Homenagem da Federação das Indústrias ao seu Presidente. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano II, Novembro de 1946, Nº 24, p.68-70.
- REDAÇÃO. O Congresso Brasileiro da Indústria Debateu Problemas de Vital Importância para a Economia do País. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano I, Janeiro de 1945, Nº 2, p.35-38.
- REDAÇÃO. O Dr. Roberto Simonsen na Academia Brasileira de Letras. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano II, Novembro de 1946, Nº 24, p.47-51.
- REDAÇÃO. O Falecimento do Dr. Roberto Simonsen. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano IV, Junho de 1948, Nº 43, p.41-52.

REDAÇÃO. O Sr. Valentim Bouças e a proposta Simonsen sobre o Plano Marshall. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano IV, Dezembro de 1947, Nº 37, p.48.

REDAÇÃO. Reúnem-se as Classes Produtoras. In: *Revista Digesto Econômico*, Nº 6, Maio de 1945, Ano I: p.13-14.

REDAÇÃO. Roberto Cochrane Simonsen. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano IV, Maio de 1948, Nº 42, p.21.

Revista Carta Capital, 6 de junho de 2001.

REZENDE, Tito & LAET, José Carlos. *Comentários à Nova Tarifa das Alfândegas*. Rio de Janeiro: Revista Fiscal e de Legislação de Fazenda, Vol I, 1958.

Roberto Simonsen: Homem e Obra. [Rio de Janeiro?]: Serviço Social da Indústria, Departamento Nacional, 1957.

Roberto Simonsen: o engenheiro que levou à indústria brasileira para a Idade Moderna. In: *Revista IstoÉ*, Biografias de Grandes Empresários. Nº 30, 1998

RODRIGUES, Jorge Martins. Planejar ou não Planejar, Eis a Questão. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano II, Março de 1946, Nº 16, p.59.

SCANTIMBURGO, João. As lições do economista e humanista. In: *Digesto Econômico – Eugênio Gudin: 100 anos*. São Paulo, Maio/Junho, 1986.

SCHOUCHANA, Felix. *O Debate Simonsen . Gudin: propostas alternativas para o desenvolvimento brasileiro*. 1982. mimeo. Tese (Mestrado), UFMG/CEDEPLAR.

SICILIANO Jr, Alexandre. *Agricultura, Comércio e Indústria no Brasil (em face do regimen aduaneiro)*. São Paulo: Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1931.

SILVA, Francisco de Assis & BASTOS, Pedro Ivo de Assis. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1983.

SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1981.

- SIMONSEN, Mario Henrique. Eugênio Gudín e a teoria da inflação. In: KAFKA, Alexandre. Et al. *Gudin visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- SIMONSEN, Roberto. A Conferência de Teresópolis. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano I, Abril de 1945, Nº 5, p.13.
- SIMONSEN, Roberto. A Defesa da Indústria. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano I, Fevereiro de 1945, Nº 3, p.12-13.
- SIMONSEN, Roberto. *A Indústria em face da Economia Nacional*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunaes, 1937.
- SIMONSEN, Roberto. Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra: Geografia e Política Industrial (Conferência Pronunciada a 8 de outubro de 1943 no Auditório dos Serviços Hollerith, no Rio de Janeiro). In: _____. *Simonsen e a Operação Pan-Americana*. São Paulo, Serviço de Publicações do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo: 1958.
- SIMONSEN, Roberto. A Planificação da economia brasileira. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudín, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- SIMONSEN, Roberto. Aspectos da Política Econômica Nacional. In: *Discursos pronunciados na Câmara Federal dos Deputados*, 11 de Setembro de 1935.
- SIMONSEN, Roberto. Congresso Brasileiro da Indústria. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano I, Janeiro de 1945, Nº 2, p.12-13.
- SIMONSEN, Roberto. *Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos*. São Paulo: FIESP, 1943.
- SIMONSEN, Roberto. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*; seleção, notas e bibliografia de Edgard Carone. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1973.
- SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil: 1500-1820*. 8. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

- SIMONSEN, Roberto. "Memorandum". In: *Anais do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria dos anos de 1947, 1948 e 1949*. Rio de Janeiro, 1951.
- SIMONSEN, Roberto. Moeda e Economia. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano III, Junho de 1947, Nº 31, p.35-36.
- SIMONSEN, Roberto. *Níveis de Vida e a Economia Nacional*. São Paulo: Centro de Estudos e Ação Social, 1940.
- SIMONSEN, Roberto. Obra que Honrará o Patronato Brasileiro. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano II, Junho de 1946, Nº 20, p.23-25.
- SIMONSEN, Roberto. O Planejamento da economia brasileira. In: *A Controvérsia do planejamento na economia brasileira; coletânea da polêmica Simonsen X Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- SIMONSEN, Roberto. O Plano e suas prováveis repercussões na América Latina. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano III, Novembro de 1947, Nº 36, p.33-36.
- SIMONSEN, Roberto. O Plano Marshall e suas Prováveis Repercussões Econômicas na América Latina (Relatório apresentado na XXVI Reunião Plenária da Comissão Executiva do Conselho Interamericano de Comércio e Produção: Rio de Janeiro: outubro de 1947). In: _____. *Simonsen e a Operação Pan-Americana*. São Paulo, Serviço de Publicações do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1958.
- SIMONSEN, Roberto. O Plano Marshall e um Novo Critério nas Relações Internacionais (Conferência Pronunciada a 28 de abril de 1948 no Clube Militar, no Rio de Janeiro). In: _____. *Simonsen e a Operação Pan-Americana*. São Paulo, Serviço de Publicações do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1958.
- SIMONSEN, Roberto. Os Industriais de São Paulo e o SESI. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano II, Maio de 1946, Nº 18, p.25-26.
- SIMONSEN, Roberto. Política Econômica Brasileira: Sugestões para o Delineamento de uma Política Econômica para o Período de Paz. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano II, Março de 1946, Nº 16, p.20-22.

SIMONSEN, Roberto. Política Econômica. In: *Revista Industrial de S. Paulo*. Ano I, Dezembro de 1944, Nº 1, p.13.

SIMONSEN, Roberto. *Rumo à Verdade*. São Paulo: Editora Limitada, 1933.

SIMONSEN, Roberto. Sugestões para uma Política Econômica Pan-Americana: problemas do desenvolvimento econômico Latino-Americano. (Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria, Rio de Janeiro). In: _____. *Simonsen e a Operação Pan-Americana*. São Paulo: Serviço de Publicações do Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1958.

SIMONSEN, Mario Henrique. Gudin, o cartesiano dialético. In: *Digesto Econômico – Eugênio Gudin: 100 anos*. São Paulo, Maio/Junho, 1986.

SINGER, Paul. Apresentação. In: RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SMITH, Adam. As Causas do aprimoramento das forças produtivas do trabalho e a ordem segundo a qual sua produção é naturalmente distribuída entre as diversas categorias do povo. In: _____. *A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina do Livro, 1990.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SODRÉ, Nelson Werneck. Indústria e Protecionismo. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano IV, Dezembro de 1947, Nº 37, p.28-30.

SODRÉ, Nelson Werneck. Tendências da Industrialização no Brasil. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano IV, Junho de 1948, Nº 43, p.20-22.

STREET, Jorge. *Notas à Margem das Tarifas Aduaneiras*. Rio de Janeiro: Confederação Industrial do Brasil, 1933.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. Nova Edição. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000.

- TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. 3. ed. Campinas: Unicamp-IE, 1998.
- TEIXEIRA, Ib. O patriota Eugênio Gudín. In: *Digesto Econômico – Eugênio Gudín: 100 anos*. São Paulo, Maio/Junho, 1986.
- VALLE, Álvaro. Homenagem a Eugênio Gudín. In: *Digesto Econômico – Eugênio Gudín: 100 anos*. São Paulo, Maio/Junho, 1986.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis. A opção neoliberal. In: *Digesto Econômico – Eugênio Gudín: 100 anos*. São Paulo, Maio/Junho, 1986.
- VIANA, Sampaio. As Tarifas Brasileiras. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano III, Julho de 1947, Nº 32.
- VIANA, Sampaio. Política Industrial e Tarifas. In: *Revista Industrial de S. Paulo*, Ano III, Agosto de 1947, Nº 33.
- VIEIRA, José Maria Gouvêa. Eugênio Gudín: três contribuições à teoria econômica. In: KAFKA, Alexandre. Et al. *Gudín visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- WERNECK, Américo. *Tarifas e Finanças*. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1919.